

THIAGO LEONEL PIERRONI

**O *IMPEACHMENT* DE 2016 REPRESENTA O FIM DO
LULISMO? UMA ANÁLISE BASEADA NO CHOQUE ENTRE
CONVENÇÕES DE DESENVOLVIMENTO**

FLORIANÓPOLIS
2017

THIAGO LEONEL PIERRONI

**O *IMPEACHMENT* DE 2016 REPRESENTA O FIM DO
LULISMO? UMA ANÁLISE BASEADA NO CHOQUE ENTRE
CONVENÇÕES DE DESENVOLVIMENTO**

Dissertação submetida como
requisito parcial para a obtenção do
grau de mestre em Ciências
Econômicas pela Universidade
Federal de Santa Catarina
Orientadores: Prof. Dr. Marcelo
Arend (UFSC).

Florianópolis
2017

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca
Universitária da UFSC.

Pierroni, Thiago

O impeachment de 2016 representa o fim do lulismo?
Uma análise baseada no choque entre convenções de
desenvolvimento / Thiago Pierroni ; orientador, Marcelo
Arend, 2017.
119 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de
Santa Catarina, Centro Sócio-Econômico, Programa de Pós-
Graduação em Economia, Florianópolis, 2017.

Inclui referências.

1. Dilma. 2. lulismo. 3. impeachment. 4. Convenções
de desenvolvimento . I. Arend, Marcelo. II. Universidade
Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em
Economia. III. Título

Thiago Leonel Pierroni

O IMPEACHMENT DE 2016 REPRESENTA O FIM DO LULISMO? UMA ANÁLISE BASEADA NO CHOQUE ENTRE CONVENÇÕES DE DESENVOLVIMENTO

Esta Dissertação foi julgada adequada para obtenção do Título de mestre e aprovada em sua forma final pelo Programa de Pós Graduação em Ciências Econômicas da Universidade Federal de Santa Catarina.

Área de concentração: Globalização e Desenvolvimento Econômico
Florianópolis, 29 de maio de 2017.

Prof. Jaylson Jair da Silveira, Dr.
Coordenador do Curso

Banca Examinadora:

Prof.^a Marcelo Arend, Dr.^a
(presidente)
Orientador
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof.^a Jaylson Jair da Silveira, Dr.^a
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof.^a Eva Yamila Amanda da Silva Catela, Dr.^a
Orientadora
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof.^a xxxx, Dr.^a
Orientadora
Universidade xxxx

À minha mãe
(*in memoriam*)

AGRADECIMENTOS

Fazer um depoimento de agradecimento é tão importante quanto arriscado. Importante porque se chegamos onde chegamos, ainda que o componente esforço individual tenha seu papel relevante, ele sozinho não explica tudo. A nossa ação sozinha não explica tudo. E isso é porque contamos com a ajuda tanto de instituições e como também de outras pessoas.

Por outro lado, fazer um agradecimento é arriscado porque se corre o risco de cometer o “sacrilégio” de cometer a deselegância de esquecer de alguém que foi ou é importante para nós. Há quem diga que “pessoas esquecidas” em texto de agradecimentos não sejam leitoras de textos pré-textuais de textos acadêmicos, o que me tranquiliza.

Posto tudo isso – quanta bobagem dita (!) – vamos a parte séria. Em primeiro lugar, gostaria de agradecer ao Governo Federal por ter me concedido uma bolsa de incentivo à pesquisa no mestrado no curso de Pós Graduação em Ciências Econômicas na UFSC – permita-me respirar – confesso que quando fiz a avaliação da ANPEC, as minhas projeções mais otimistas não apontavam aprovação neste processo seletivo tão disputado – e sim, passei na ANPEC e também a acreditar naquele conceito de Keynes chamado de “variáveis não-ergódicas”. Quero agradecer também por toda a infraestrutura que o Estado me proporcionou, não apenas agora na pós, como também ao longo da graduação, seja através do custeio da bolsa de estudos como já mencionei, mas também a todo custeio que envolve uma universidade e os subsídios que ela proporciona, como salários de professores e funcionários, energia elétrica, alimentação estudantil, entre outros.

Sobre o programas de pós: É muito comum e rotineiro ouvir a crítica nas redes sociais – eita, me entreguei - de que os cursos de pós graduação no Brasil não sabem lidar com “afastamentos” de estudantes em razão de problemas psicológicos. No entanto, se existe um curso de pós que sabe lidar com pessoas desta natureza este é o curso de pós em Economia na UFSC porque lá – ou aí, a depender de onde você esteja lendo – tive todo o apoio que me foi muito importante para a minha permanência no programa. Neste sentido, quero registrar meu profundo agradecimento a todos os professores do Departamento de Economia, especialmente – em ordem alfabética.

Agradeço à professora Eva, por todo apoio que me foi conferido como membro da banca examinadora e também como professora e vice-coordenadora do programa.

Agradeço ao professor Jaylson por ter me ajudando a tirar as dúvidas de Solow e poder realizar as avaliações da disciplina em razão dos problemas médicos *a posteriori* por fazer a interlocução para que o professor Marcelo me aceitasse como orientando e também por me ajudar a escolher as disciplinas para o último semestre do mestrado.

Agradeço ao professor e orientador Marcelo por todo apoio na condução desta dissertação, professor Marcelo sempre foi bastante prestativo, inclusive, me auxiliando em algumas tarefas das disciplinas que realizei durante este semestre e também agradeço pela oportunidade de ter feito estágio docência com ele – algo me diz que levo jeito pra ser professor, a conferir. Peço desculpas por todo tipo de infortúnio que minha procrastinação lhe causou e ratifico o óbvio: todo e qualquer erro nesta dissertação é de minha total responsabilidade.

Agradeço aos meus amigos Mário, Clóvis e Zito. Quero agradecer ao pessoal “da firma” – estes neoclássicos imperdidos que resolveram dar este apelido à sala de estudos do terceiro andar com quem tomamos cafés: Adilson, Ivan, João, Kleverson, Mamadu e Felício. E também agradecer a Evelise por todo o suporte conferido ao longo do curso. E há quem diga que se os agentes fossem racionais, eles não casariam – isso é uma bobagem (!). Neste sentido, quero agradecer a todo o apoio, carinho e amor que recebo tanto da minha companheira Vanessa – e também de toda sua família - quanto de todos da minha família: ao meu pai, ao meu irmão Fabio, a minha irmã Adriana, aos meus cunhados Ednelson e Fernanda e aos meus sobrinhos a Jé, a Carol, o Dani, a Gabi e a Lelê. E, por fim, agradecer de coração e com muitas saudades minha mãe por todo amor, carinho e apoio que ela pode me proporcionar`.

RESUMO

Uma convenção de desenvolvimento consiste em uma forma de olhar para o presente, ver o que precisa ser melhorado para alcançar determinado objetivo no futuro. Sendo assim, uma convenção de desenvolvimento precisa estabelecer prioridade. Durante os governos de FHC a prioridade foi a estabilidade monetária (convenção institucionalista restrita). A partir de Lula, uma vez com a estabilidade monetária assegurada, a prioridade passa a ser a inclusão social (convenção neodesenvolvimentista).

Políticas econômicas gestadas durante Lula I (Bolsa Família, valorização do salário mínimo e crédito consignado) seriam responsáveis por um realinhamento eleitoral em 2006 – durante sua reeleição – onde pela primeira vez os mais pobres votam em peso em um candidato à esquerda do espectro político e a classe média se afasta de sua candidatura, em razão do escândalo de corrupção do mensalão à época. A convenção neodesenvolvimentista ganha força a partir daí, mas já perde suas forças devido ao forte ativismo estatal durante o governo Dilma. Além disso, empresários se distanciam do pacto firmado em 2011 com Dilma e centrais sindicais (coalizão neodesenvolvimentista) e compõem a coalizão financista, fortalecendo as bases de apoio para o *impeachment* em 2016.

Palavras-Chaves: convenções de desenvolvimento, lulismo, Dilma, *impeachment*

ABSTRACT

A development convention consists of a way of looking at the present, seeing what needs to be improved to achieve a particular goal in the future. Therefore, a development agreement needs to prioritize. During the governments of FHC the priority was monetary stability (restricted institutionalist convention). Starting with Lula, once monetary stability is assured, the priority becomes social inclusion (neodevelopmental convention). Economic policies developed during Lula I (Bolsa Familia Programme, valuation of the minimum wage and payroll loans) would be responsible for an electoral realignment in 2006 - during his reelection - where for the first time the poorest vote in weight on a candidate to the left of the political spectrum and the middle class departs from its candidacy, due to the scandal of corruption of the at the time called *mensalão*. The new desenvolvimentism convention gains momentum thereafter, but it loses its strength due to strong state activism during the Dilma government. In addition, entrepreneurs distance themselves from the pact signed in 2011 with Dilma and union centrals (neodevelopment coalition) and make up the coalition financier, strengthening the bases of support for impeachment in 2016.

Key words: development convention; lulismo; Dilma; impeachment

LISTA DE GRÁFICO

Gráfico 1: Curvas de Oferta de Curto e Longo Prazos.....	34
Gráfico 2: Curva de Phillips Versão Lucas	36
Gráfico 3: Grau de Independência X Taxa de Inflação.....	38
Gráfico 4: Bolsa Família – Número de Famílias Atendidas (Milhões) .	69
Gráfico 5: Evolução do Salário Mínimo Real (2001 = 100)	70
Gráfico 6: Saldo da carteira de crédito em relação ao PIB (%)	72
Gráfico 7: Variação Anual do Consumo das Famílias (em %)	73
Gráfico 8: Taxas de Pobreza - Percentual da População em Extrema Pobreza e Pobreza no País (1995-2013).....	79
Gráfico 9: Evolução das Classes Econômicas.....	80
Gráfico 10: Coeficiente de Gini no Brasil (1995-2013).....	82
Gráfico 11: Participação dos Salários no PIB	82

LISTA DE TABELA

Tabela 1: Intenção de voto por renda familiar no 1 ° turno de 2006	64
Tabela 2: Intenção de voto por renda familiar mensal no 2 ° turno de 2006.....	64
Tabela 3: Intenção de voto por renda familiar no 2 ° turno das eleições de 2002 e 2006 (em %).....	66
Tabela 4: Intenção de voto por escolaridade nos segundos turnos de 2002 e 2006 (em %)	67
Tabela 5: Intenção de voto por renda familiar no segundo turno de 1989	74
Tabela 6: Concordância/discordância com o uso de tropas contra greves por renda familiar mensal, 1990.....	75
Tabela 7: Definição de classes econômicas.....	79
Tabela 8: Intenção de voto por renda familiar mensal no 1 ° turno de 2010 (em %).....	84
Tabela 9: Intenção de voto por renda no segundo turno/2010.....	85
Tabela 10: Pesquisa de intenção de voto por renda familiar para o segundo turno de 2014	87
Tabela 11: Pesquisa de intenção de voto por escolaridade para para o segundo turno de 2014 (em %).....	88
Tabela 12:Retorno sobre Investimento e Selic/Over (%).....	102

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	15
1.2 - OBJETIVOS	17
1.2.1 – Objetivo geral	17
1.2.2 – Objetivos Específicos	17
1.3 - METODOLOGIA	18
2 – BRASIL NO INÍCIO DO SÉCULO XXI E SUAS CONVENÇÕES DE DESENVOLVIMENTO.....	21
2.1 – O CONCEITO DE CONVENÇÃO DE DESENVOLVIMENTO	21
2.2 - CONVENÇÃO INSTITUCIONALISTA RESTRITA, A NOVA ECONOMIA INSTITUCIONAL E A TEORIA DA POLÍTICA ECONÔMICA NOVO-CLÁSSICA	24
2.2.1 – Convenção Institucionalista Restrita.....	25
2.2.2 – A Nova Economia Institucional	27
2.2.3- A Teoria da Política Econômica Novo-Clássica	30
2.3 - CONVENÇÃO NEODESENVOLVIMENTISTA, A POLÍTICA MONETÁRIA KEYNESIANA E CATEGORIAS ANALÍTICAS DE VELHO INSTITUCIONALISMO	42
2.3.1 – Convenção de Desenvolvimento Neodesenvolvimentista	42
2.3.2 – A Política Monetária de Keynes e dos Pós-Keynesianos.....	45
2.3.3 - As categorias analíticas do velho institucionalismo	49
2.4 - COEXISTÊNCIA DAS DUAS CONVENÇÕES.....	52
2.5- CONCLUSÃO	54
2. O PACTO SOCIAL CONSERVADOR MODERNIZANTE: O LULISMO.....	55
2.1 - LULA I : UM GOVERNO CONSERVADOR	55
2.2 - LULA 2: A INFLEXÃO ECONÔMICA	61
2.3 - REALINHAMENTO ELEITORAL	62
2.3.1- Eleições de 2006.....	63

2.3.2 - As bases materiais da adesão do subproletariado	67
2.3.3 - O Conservadorismo Popular	73
2.4 - O <i>NEW DEAL</i> BRASILEIRO	76
2.4.1 - Combate à pobreza monetária e “Nova classe média”	77
2.5 - LULISMO COMO REFORMISMO FRACO	81
2.7 – O SEGUNDO TESTE DO LULISMO: ELEIÇÕES DE 2014	86
2.9 - CONCLUSÃO DO CAPÍTULO	88
3 – DILMA: O LULISMO ACELERADO	89
3.1 – NOVA MATRIZ ECONÔMICA	89
3.2 – A RUPTURA COM O LULISMO <i>SUI GENERIS</i> : UMA TENTATIVA DE REFORMISMO FORTE	91
3.3 – REORDENAMENTO DAS COALIZÕES DE CLASSES....	92
3.4 – CINCO INTERPRETAÇÕES E UMA SÍNTESE: CUTUCANDO ONÇAS.....	97
3.5- ANÁLISE CRÍTICA DO GOVERNO DILMA	99
3.5.1 – O Pacto Desenvolvimentista Fracassa	103
3.6 - CONCLUSÃO.....	107
4. CONCLUSÃO	109
REFERÊNCIAS	115

1. INTRODUÇÃO

Se existe uma distinção entre o Plano Real e os planos heterodoxos de combate à inflação que o antecederam se deve ao fato de que ele teve, dentre outras coisas, maior capacidade em reduzir o nível de incerteza e aumentar o grau de coordenação entre os atores econômicos, ou seja, o Plano Real é o ponta pé inicial do surgimento de uma convenção de desenvolvimento – neste caso, especialmente, a convenção de desenvolvimento institucionalista restrita, na qual a estabilidade de preços é a prioridade do governo (ERBER, 2011).

Ainda que a estabilidade de preços gere um efeito de distribuição de renda positiva no curto prazo, ao chegar no fim do segundo governo de Fernando Henrique Cardoso o Brasil se depara com outro problema de grande complexidade: a questão da inclusão social. Dezenas de milhões de brasileiros e brasileiras estavam abaixo da linha da pobreza, mas a convenção vigente não conseguia avançar no sentido de resolver este problema. Neste sentido, a partir de Lula, pouco a pouco, emerge outra convenção de desenvolvimento: a neodesenvolvimentista. A partir de Lula, o governo começa a tomar determinadas medidas econômicas que impactam diretamente na qualidade de vida dos mais pobres, a elencar as três principais: o Programa Bolsa Família – política de transferência de renda elogiado por organismos multilaterais; a política de valorização do salário mínimo e a inovação no setor financeiro chamada crédito consignado. Tais medidas vão gerar repercussão a nível eleitoral através do realinhamento eleitoral que se dá durante as eleições presidenciais em 2006 – e este realinhamento aliado às políticas voltadas aos mais pobres fica conhecido com o lulismo. (SINGER, 2012)

Os governos Lula (2003-2010) foram bastante louvados na medida em que permitiram uma ascensão econômica de dezenas de milhões de pessoas - o que veio a ser conhecido através do *marketing* do partido político como “a nova classe média” - e, portanto, ficou reconhecido como um governo que tinha como agenda principal o combate à pobreza monetária. No entanto, com o crescimento econômico da primeira década do século XXI sendo dependente do *boom* de *commodities* e isso ter se dissipado assim que Dilma Rousseff assume a presidência da República, a sucessora de Lula encontraria dificuldades para manter o mínimo nível de crescimento econômico

necessário para dar continuidade à agenda lulista. Cabe salientar aqui que o lulismo não é sinônimo necessariamente ao político Lula como Chefe do Executivo necessariamente, e sim, uma forma de conduzir a economia em cooperação com Estado para atender aos interesses dos subproletariados.

Sendo assim, a partir de 2011 Rousseff se alia à coalizão produtivista em detrimento da coalizão financeira para promover uma agenda com intervenções mais fortes na economia comparada ao seu padrinho político, Lula, a saber: reforma do setor elétrico, desonerações fiscais e represamento dos preços administrados, redução *a fórceps* das taxas de juros, entre outras coisas. O conjunto de medidas econômicas ficou conhecido tanto na mídia quanto na academia como a Nova Matriz Econômica (NEI).

Em um primeiro momento, houve adesão da burguesia industrial em relação ao programa de Dilma, no entanto, com o passar do tempo e a economia “caminhando de lado”, pouco a pouco, a burguesia industrial se desloca da coalizão produtivista e forma uma frente burguesa para combater o próprio governo do PT (Partido dos Trabalhadores) ao qual havia apoiado e sido beneficiado através de suas medidas, como a redução de custos industriais (redução da energia elétrica, desoneração fiscal) e redução das taxas de juros. Por que a classe social que mais foi beneficiada no governo Dilma se volta contra ela ao ponto de eclodir o *impeachment* em 2016?

Em razão da forte concorrência externa – especialmente de manufaturados asiáticos e em razão do arrefecimento do *boom* das commodities, o governo Rousseff promove uma estrutura de incentivos mais favoráveis para uma reindustrialização na economia, a tal ponto que tamanha intervenção estatal (via reforma do setor elétrico e interferência no sistema financeiro) gerou crise de confiança junto ao empresariado nacional ao fringir um dos pilares centrais da hegemônica convenção institucionalista restrita: o direito de propriedade. Em outras palavras, Rousseff com a “mão forte do Estado” tenta acelerar os passos do lulismo, deslocando-o de um “reformismo fraco” para um “reformismo forte”, ou seja, Dilma ficou “cutucando onças com varas curtas” (SINGER, 2015). Em uma perspectiva mais eberiana, pode-se dizer que pela primeira vez na história do século XXI brasileiro, houve uma tentativa de reversão hierárquica entre as convenções de desenvolvimento, quando se tentou fazer com que a convenção de desenvolvimento neodesenvolvimentista se sobrepusesse à convenção que foi historicamente hegemônica: a convenção de desenvolvimento institucionalista restrita. No entanto, tenta-se compreender

analiticamente, em uma perspectiva de economia política, como se dá este processo, especialmente, como se dá a transmutação da coalizão produtivista – pacto social firmado no prenúncio de Dilma I para promover a reindustrialização formada por centrais sindicais e a FIESP (Federação da Indústria do Estado de São Paulo) sendo representante da convenção de desenvolvimento neodesenvolvimentista – e, mais, se a acomodação da soberania da convenção restrita sobre a neodesenvolvimentista poderia ou não conter elementos da base que sua sustentação à emergência do fenômeno política econômico chamado lulismo através de sua subclasse chamada de subproletariado (ERBER, 2011; SINGER, 2012, 2015).

Em outras palavras, em razão de não conseguir solucionar um processo inflacionário recente, a convenção de desenvolvimento neodesenvolvimentista sofre duas baixas: em primeiro lugar, quando Dilma promove o seu “estelionato eleitoral” ao acomodar um ministro da Fazenda vinculado ao partido da oposição (PSDB) das eleições anteriores: Joaquim Levy. A segunda baixa reside no *impeachment* da presidente, quando aí não apenas existe um membro da equipe econômica vinculado à convenção institucionalista restrita, mas quando toma uma equipe econômica é formada por economistas alinhados a esta convenção de desenvolvimento. O governo interino de Michel Temer promove uma agenda que foi derrotada nas eleições presidenciais de 2014. A partir daí, questiona-se a possibilidade de manutenção do lulismo no período *pós-impeachment* no Brasil.

1.2 - OBJETIVOS

1.2.1 – Objetivo geral

- Explicar de que maneira o governo Dilma Rousseff tentou reverter a hierarquia entre as convenções de desenvolvimento institucionalista restrita e a neodesenvolvimentista e analisar a possibilidade de sobrevivência do lulismo no período *pós-impeachment*

1.2.2 – Objetivos Específicos

- Explicar o que são as convenções de desenvolvimento (institucionalista restrita e neodesenvolvimentista) com suas respectivas bases teóricas (ERBER, 2011; CARVALHO, 2000);
- Narrar de que maneira a intervenção estatal promovido através de Dilma Rousseff tentou abalar a subordinação da convenção neodesenvolvimentista em relação à convenção institucionalista restrita (BRESSER-PEREIRA, 2016; SINGER, 2015).

1.3 - METODOLOGIA

A presente dissertação se utiliza predominantemente de revisão bibliográfica, as fontes bibliográficas consistiram basicamente de livros e artigos acadêmicos. O primeiro capítulo, por exemplo, o qual discorre sobre convenção de desenvolvimento, o texto central de análise é o artigo publicado por Erber (2011), aliado a ele, em um segundo plano, o livro texto de Carvalho et al. (2000) é utilizado para embasar as fontes teóricas dos dois tipos de convenção de desenvolvimento: as teorias econômicas neoclássica e keynesiana as quais correspondem, respectivamente, às convenções de desenvolvimento institucionalista restrita e neodesenvolvimentista. Ademais, acopladas a cada uma das convenções, há para a primeira, a institucionalista restrita, uma seção sobre a contribuição da Nova Economia Institucional (NEI), com a contribuição de Douglas North (1990) e quanto à última, a convenção neodesenvolvimentista, categorias analíticas do antigo institucionalismo, a exemplo de democracia e igualdade, por exemplo, foram extraídas da tese de doutorado de Conceição (2001).

O segundo capítulo da presente dissertação apresenta como texto central o livro de Singer (2012). O objetivo principal deste capítulo é explicar o que se convencionou chamar de lulismo e, para isso, recorrem-se as hipóteses defendidas pelo autor em questão, a exemplo do realinhamento eleitoral ocorrido durante as eleições de 2006, a “nova classe média”, entre outros aspectos eleitorais e econômicos.

Por fim, o derradeiro capítulo tem como foco apresentar o que veio a ocorrer no primeiro mandato de Dilma Rousseff e de que maneira o seu forte intervencionismo estatal tenta acelerar a marcha do lulismo. Para tanto são utilizados basicamente dois artigos acadêmicos: Singer (2015) e Bresser-Pereira (2016). Singer (2015) aponta eixos fundamentais da condução da política macroeconômica de Dilma Rousseff sinalizando, por exemplo, em qual texto a equipe econômica se

baseou para tomar as iniciativas que mais tarde o ministro da Fazenda Guida Mantega veio a chamar de Nova Matriz Econômica (NME), substituindo o tripé macroeconômico ortodoxo (câmbio flutuante, superávit primário e metas de inflação) em um tripé macroeconômico desenvolvimentista (câmbio “sujo” depreciado, juros artificialmente baixos e abdicação de disciplina fiscal). Ademais, narra-se como as coalizões desenvolvimentistas e financeiras – representadoras das convenções neodesenvolvimentista e institucionalista restrita, respectivamente – se relacionaram ao longo do período e, especialmente, como se deu a composição da coalização desenvolvimentista ao longo do seu primeiro governo.

2 – BRASIL NO INÍCIO DO SÉCULO XXI E SUAS CONVENÇÕES DE DESENVOLVIMENTO

Partindo do pressuposto que a economia é ontologicamente política, o presente capítulo tem como objetivo demonstrar, em primeiro lugar, o que vem a ser uma convenção de desenvolvimento. A segunda e terceira seções demonstrarão cada uma das duas convenções de desenvolvimento que existiram ao longo da primeira década e meia do século XXI no Brasil: a convenção institucionalista restrita e a convenção neodesenvolvimentista (ERBER, 2011).

Haverá também demonstração da base que fornece sustentação teórica para cada uma das convenções de desenvolvimento, sendo que a convenção institucionalista restrita se baseia nos pressupostos da Nova Economia Institucional (NEI), especialmente, com a contribuição do ganhador do prêmio Nobel Douglas North (1990) e da corrente teórica neoclássica (CARVALHO, 2000). Já para a convenção de desenvolvimento neodesenvolvimentista há a contribuição da corrente teórica keynesiana e também haverá inserção de categorias analíticas do velho institucionalismo cuja relevância ficará mais clara ao longo da dissertação (CARVALHO, 2000; CONCEIÇÃO, 2001).

2.1 – O CONCEITO DE CONVENÇÃO DE DESENVOLVIMENTO

Segundo Erber (2011), o processo de desenvolvimento, por meio de transformações estruturais, traz aos atores sociais uma incerteza substantiva. Portanto, para minimizar esta incerteza e melhorar a coordenação entre tais atores surge a necessidade de criar instituições, pelas quais se estabelecerão as “regras do jogo”.

Nos planos cognitivo e comportamental estas regras estão estruturadas por convenções. Formalmente, temos uma convenção se, dada uma população P, observamos um comportamento C que tem as seguintes características: (i) C é compartilhado por todos os membros de P; (ii) cada membro de P acredita que todos os demais seguirão C e (iii) tal crença dá aos membros de P razões suficientes para adotar C (Órlean, 2004 *apud* Erber, 2011: 32).

Para conseguir dar cabo de reduzir incertezas e aumentar o nível de coordenação, as regras detalham tanto agendas positivas quanto negativas:

uma hierarquia de problemas que devem ser enfrentados (p.ex. controle de inflação, distribuição de renda), soluções para esses problemas que são aceitáveis (p. ex. metas de inflação) ou não (p. ex. controles administrativos de preços), organizações encarregadas (o Banco Central), assim como regras e regulamentos (Regras de Basileia). Ou seja estabelecem uma ordem para a transformação. (ERBER, 2011: 32)

Segundo Erber (2011), o poder de tais regras é ampliado ao haver coerência através de uma metáfora histórica, sendo esta uma história, uma teoria que explica como o presente surgiu do passado e, principalmente, como o futuro será se as regras forem seguidas. Nas palavras de Erber (2011), trata-se de uma teleologia. Portanto, para o autor, um conjunto de regras aliado às agendas positiva e negativa e que gera, por sua vez, uma teologia subjacente, constitui uma convenção, ou seja, uma “representação coletiva” (Jodelet, 1989 *apud* Erber, 2011).

Sendo assim,

uma convenção de desenvolvimento¹ [...] trata das transformações estruturais que devem ser introduzidas na sociedade, estabelecendo o que há de “errado” no presente, fruto do passado, qual o futuro desejável, quais estruturas devem ser mudadas e as agendas de mudança, positiva e negativa. Uma convenção surge da interação entre atores sociais, mas é externa a esses atores e não pode ser reduzida à sua cognição individual – ou seja, é um fenômeno emergente, em que o todo não é redutível às partes (De Wolf & Holvoet, 2005 *apud* Erber, 2011).

¹ Existem basicamente quatro aspectos levantados por Erber (2011) que definem uma convenção de desenvolvimento: (i) Busca-se o que está errado no presente para almejar onde se quer chegar no futuro e quais estruturas devem ser mudadas; (ii) é apresentada como “projeto nacional” que levam ao “bem

Ademais, Erber (2011) insere três categorias analíticas para convenções: a força, a legitimidade e o conteúdo cognitivo. Segundo o autor, a força de uma convenção é proporcional ao tamanho de P e ao poder político e econômico dos seus membros. Já a legitimidade depende da fé depositada por seus aderentes no seu conteúdo cognitivo e, acima de tudo, da adequação de seus resultados às expectativas dos membros da população P. Por fim, o conteúdo cognitivo de uma convenção de desenvolvimento é composto de conhecimentos codificados² e conhecimentos tácitos³, estruturados por um “núcleo duro”, de natureza axiomática, que organiza o conhecimento, e por um “cinturão protetor”, que operacionaliza este conhecimento e o adapta às condições específicas. (ERBER, 2011)

Os conhecimentos codificados tendem a se traduzir em regras formais de conduta, frequentemente dotadas de um poder coator externo – o Estado, ao passo que os conhecimentos tácitos são normalmente expressos por regras em que a força de coação reside na aprovação do grupo. Embora os conhecimentos codificados tenham, forçosamente, que ser

² Para Erber (2011), a origem dos conhecimentos codificados se dá em duas áreas: as ciências e a religião. Quanto à primeira parte, dá-se especialmente na área de ciências sociais (economia, ciências sociais e políticas) que são elaborados por *experts* na academia internacional. Desta versão mais erudita, é desdobrada uma versão mais simplificada e normativa através das organizações internacionais (Banco Mundial e FMI), a mídia e a própria academia (através de manuais), que se expressam por indicadores empíricos, a exemplo o de “boa governança” do Banco Mundial, e também por receituário de política, a exemplo do decálogo do Consenso de Washington. Quanto à última parte – a de origem religiosa – ela se dá por meio de mitos, fábulas e cerimônias de iniciação, que são compartilhados pelos membros da população P. Este conhecimento tem como objetivo estabelecer laços comunitários e também a de reduzir a incerteza, ao mostrar que, cumpridas determinadas condições, é possível sair de situações “más” (o pecado, a inflação, a pobreza) e chegar a situações “boas” (a virtude, a estabilidade, a riqueza).

³ “O conhecimento tácito refere-se às percepções não codificadas sobre como a sociedade “é” e como “deveria ser”, compartilhadas pelos membros da população P, que resultam da experiência dos atores e que são transmitidas, dentro da mesma geração e entre gerações, através de vários mecanismos culturais e educacionais – por exemplo, provérbios como “manda quem pode, obedece quem tem juízo” (ERBER, 2011: 34-5).

adaptados às condições locais para se transformarem em regras de conduta, é nos conhecimentos tácitos, que refletem a vivência dos atores quanto à sociedade, e na interação entre os dois tipos de conhecimento, que a especificidade local mais se manifesta, até pela ineficácia das regras formais (as leis que “não pegam”). Os conhecimentos tácitos e as regras informais de conduta são importantes na concepção e implementação das convenções de desenvolvimento, mas, atemo-nos aqui, por razões de espaço, aos conhecimentos codificados de base científica. [...] No entanto, a natureza cumulativa do processo de constituição e difusão de uma convenção de desenvolvimento torna-se dependente em relação à trajetória que vinha sendo seguida. Assim, se surgem problemas distintos daqueles que a convenção identificou como prioritários e que demandam soluções não compatíveis com o núcleo duro da convenção, esta entra em crise e tende a ser substituída por outra convenção. (ERBER, 2011: 35)

Erber (2011) aponta como exemplo de crise de convenções a substituição do desenvolvimentismo e do socialismo pelo neoliberalismo quando aconteceu a crise da dívida externa na América Latina e quando houve a derrocada do socialismo na Europa Oriental, respectivamente.

Ademais, a perda de hegemonia por uma convenção de desenvolvimento não significa que tenha havido o seu desaparecimento: quando o nacional-desenvolvimentismo foi hegemônico, por exemplo, os liberais não deixaram de apresentar uma convenção alternativa (Bielschowsky, 1988 *apud* Erber, 2011). Por falar em liberais, a próxima seção vai discorrer sobre o representante do liberalismo, a convenção institucionalista restrita.

2.2 - CONVENÇÃO INSTITUCIONALISTA RESTRITA, A NOVA ECONOMIA INSTITUCIONAL E A TEORIA DA POLÍTICA ECONÔMICA NOVO-CLÁSSICA

A presente seção tem como objetivo, em primeiro lugar, demonstrar conceitualmente o que vem a ser a convenção institucionalista restrita, em quais órgãos do governo ela está “ancorada”, qual é a sua prioridade e qual sua estratégia para alcançar tal prioridade, além de quais são os valores compartilhados pelos membros que aderem a tal convenção. Em segundo lugar, busca-se trazer elementos conceituais de North (1990) e, por fim, a contribuição da teoria da política econômica novo-clássica, no qual serão apresentados três concepções desta vertente teórica econômica: (i) o processo de formação de expectativas racionais; (ii) tese de independência do Banco Central e (iii) regime de metas de inflação (CARVALHO *et al*, 2000)

2.2.1 – Convenção Institucionalista Restrita

De acordo com Erber (2011), a convenção institucionalista restrita é radicada em, ao menos, dois órgãos chaves do governo federal: Ministério da Fazenda e Banco Central. Tal convenção tem a visão de estimular uma sociedade competitiva, meritocrática, buscando eficiência por meio do mercado.

O embasamento teórico de tal convenção se dá por meio da Nova Economia Institucional (NORTH, 1990 *apud* ERBER, 2011). Tal convenção de desenvolvimento tem como objetivo o estabelecimento de normas e organizações que garantam o correto funcionamento dos mercados, de forma que estes cumpram suas funções de alocar recursos de modo mais produtivo, gerando poupança, investimento e, em consequência, crescimento econômico por meio de tal ciclo virtuoso econômico. Para garantir maior eficiência na alocação de recursos tanto no tempo presente quanto no tempo futuro, são necessárias a garantia dos direitos de propriedade e a redução dos custos de transação, sendo que estas demandam instituições estatais eficientes (ERBER, 2011).

Dada a conhecida carência brasileira em inovação e infraestrutura, o Estado deveria ter um papel ativo no seu fomento. Para esta última havia, no Ministério da Fazenda, uma clara preferência pelo modelo principal-agente, no qual o Governo (o principal) fixa as diretrizes de política e a Agência, apoiada em regras estáveis e transparentes de gestão, executa tais diretrizes e

presta contas ao principal por sua execução. Este modelo, destinado a evitar as ineficiências do suprimento direto de serviços por instituições estatais e, ao mesmo tempo, reduzir os riscos de “captura” das agências pelos seus regulados, havia sido adotado no Brasil nos setores privatizados (com variados graus de sucesso) e [...] para a execução do regime de metas inflacionárias pelo Banco Central (ERBER, 2011: 38).

Dentre outras premissas, tem como objetivo a redução de pobreza via política de “focalização” em políticas públicas, a exemplo do que ocorre com o programa Bolsa Família. Tal focalização é incentivada, por exemplo, por um importante órgão multilateral internacional: o Banco Mundial. A convenção institucionalista restrita tem como prioridade principal a estabilidade de preços, pois os mais pobres são mais prejudicados com a inflação devido ao imposto inflacionário⁴. (ERBER, 2011)

A estabilidade de preços e a expectativa dos atores econômicos de que esta é duradoura constituem parte indispensável desta convenção, posto que afetam não apenas as transações correntes como os contratos futuros e, portanto, a poupança e o investimento. Ao mesmo tempo, afeta positivamente a equidade, posto que os “pobres” tendem a ser mais afetados pela alta inflação. [...] O cânone liberal condiciona a estabilidade ao estabelecimento de regras formais que disciplinem

⁴ A variação de preços varia de acordo com seu perfil de consumo das famílias: famílias com níveis de renda mais baixos apresentam uma proporção maior da renda em relação aos gastos fixos, tais como alimentação e transporte. Portanto, quando há um choque de oferta de alimentos em razão de um período de seca, por exemplo, a elevação de preços de alimentos vai gerar maior impacto nas famílias mais carentes de recursos do que naquelas que são mais abastadas, tendo em vista que, às primeiras, o componente alimentação dentro do orçamento familiar é maior do que em relação às últimas. Isso também pode ser considerado como imposto inflacionário, tendo em vista que a inflação reduz o poder de compra dos assalariados - já que a reposição salarial acontece apenas uma vez por mês; já um comerciante consegue de maneira mais rápida e fácil reajustar os preços e, conseqüentemente, proteger sua massa de lucro frente a períodos inflacionários, ao contrário dos assalariados, por exemplo.

o comportamento do Governo e dos agentes privados. (ERBER, 2011: 39)

Para dar cabo de tal prioridade da convenção institucionalista restrita – a estabilidade de preços – tal convenção tem como estratégia a manutenção do tripé de política macroeconômica: superávit primário, câmbio flutuante e metas de inflação. No entanto, como em toda política econômica, há tanto perdedores quanto ganhadores. Quanto aos perdedores, há uma nítida transferência dos mais pobres aos mais ricos, dada a tributação regressiva. Dada a condição Mundell Fleming, há a prevalência do binômio câmbio apreciado- alta taxa de juros o que gera ao setor privado encarecimento de acesso ao crédito, tanto para pessoas físicas/jurídicas na aquisição de bens de maior valor (bens duráveis), como também financiamento do capital de giro das empresas. (ERBER, 2011)

Pela ótica do câmbio, o câmbio apreciado dificulta o escoamento e a competitividade de seus bens comercializáveis. Já, por último, do lado dos ganhadores, quem ganha com a manutenção do tripé macroeconômico são os setores financeiro, importadores e bancário (lucros triplicaram de 2003 a 2007, de 15 % para 23 %). Por fim, a convenção institucionalista restrita, como respeita o direito á propriedade e aos contratos, não coloca em discussão tanto o problema da dívida pública como reformas estruturais. (ERBER, 2011)

A próxima seção vai abordar aspectos relevantes à Nova Economia Institucional, dando enfoque à contribuição Douglas North (1990).

2.2.2 – A Nova Economia Institucional

De acordo com Conceição (2001), os principais proponentes da Nova Economia Institucional (NEI) são Ronald Coase e Oliver Williamson. O surgimento de tal linha de pesquisa dentro da teoria econômica se deu com a publicação em 1937 de *The Nature of the Firm* de Coase. O foco de análise é de ordem microeconômica, em especial, em teoria da firma em uma análise que mistura história econômica, economia dos direitos de propriedade, sistemas comparativos, economia do trabalho e organização industrial. Há três hipóteses centrais dentro da NEI:

em primeiro lugar, as transações e os custos a ela associados definem diferentes modos institucionais de organização; em segundo lugar, a tecnologia, embora se constitua em aspecto fundamental da organização da firma, não é um fator determinante da mesma; e, em terceiro lugar, as “falhas de mercado” são centrais à análise (CONCEIÇÃO, 2001: 111).

Em seu artigo publicado em 1937, Coase afirma dois aspectos que irão permear a discussão dentro da NEI: (i) não é a tecnologia, mas as transações e seus respectivos custos que constituem o objeto central da análise e (ii) a incerteza e, de maneira implícita, a racionalidade limitada são elementos-chave na análise dos custos de transação. De acordo com Coase, citado por Conceição (2001), a redução dos custos de transação de uma firma se dá de duas maneiras: (i) mecanismo de preços, uma vez que isso geraria “economia de custos de transação” e (ii) permuta de contrato incompleto por vários completos, tendo em vista que contratos incompletos elevam o custo de negociação e de concentração.

Já Williamson aponta que Coase não teria analisado com a devida profundidade a teoria da firma, embora reconheça que tenha havido significativo avanço teórico no sentido de melhor compreender a firma dentro dos mercados em comparação com a análise dos neoclássicos. Segundo Conceição (2001), Williamson traz dois novos conceitos para a corrente de pensamento econômico: racionalidade limitada e oportunismo. Daí surgem as chamadas “falhas de mercado”.

2.2.2.1 - A Contribuição de Douglas North

Segundo North (1991), ao longo da história, as pessoas sempre fizeram transações com outras pessoas e organizações. Ocorre que essas transações são repletas de incertezas. Entretanto, tais incertezas geram custos de transação, tais como o custo de medição e os custos de execução. Para reduzir essas incertezas as sociedades desenvolvem as instituições, ou seja, “as regras do jogo”.

Na primeira página de seu artigo, North (1991:97) define “*the institutions are the humanly devised constraints that structure political, economic and social interaction*”. De acordo com ele, elas consistem tanto em regras informais (sanções, tabus, costumes, tradições e códigos

de conduta) quanto também em regras formais (constituições, leis, regras de propriedade). Como historiador econômico, North (1991) aponta que as instituições surgiram ao longo da história da humanidade com o objetivo de manter ordem no sistema econômico e também de reduzir as incertezas quanto aos processos de troca. Assim, as instituições determinam os custos de transação e de produção em uma economia e a rentabilidade e a viabilidade econômica de se enveredar nas atividades econômicas. De acordo com o autor, a história é uma consequência, em grande parte, da evolução institucional das economias só pode ser entendido como parte de uma história, sendo assim, a evolução institucional é vista como um processo, no qual o passado em grande parte determina o presente e este, por sua vez, é, em grande medida, determinante para o futuro. Em outras palavras, o conjunto das instituições forma a matriz institucional das sociedades que é dependente da trajetória (*path dependence*), isto é, as instituições atuais são limitadas pela trajetória histórica das instituições do passado. Por sua vez, esta matriz institucional fornece a estrutura de incentivos da economia e favorece o desenvolvimento do Estado para assumir a proteção e execução dos direitos de propriedade de forma impessoal.

Segundo North (1994), as organizações são constituídas por grupos de indivíduos ligados por atingir determinados objetivos. Elas podem ser divididas em três categorias: (i) econômica (sindicato, firmas, fazendas familiares, cooperativas, etc.); (ii) política (Senado, câmara municipal, etc.) e (iii) social (igrejas, clubes, associações atléticas, etc.).

As organizações interagem entre si e a matriz institucional reduzindo assim os custos de transação. A redução dos custos de transação, por sua vez, aumenta a produtividade e o desempenho econômico das sociedades ao longo do tempo. Assim o desempenho histórico das economias só pode ser entendido como parte de uma história de evolução incremental das instituições. Por exemplo: o investimento dos comerciantes em conhecimento e habilidades gradualmente e incrementalmente altera a estrutura institucional básica, incluindo costumes, preceitos religiosos e regras formais.

Em suma, o institucionalismo é uma vertente teórica econômica pouco conhecida dentro da academia, no entanto, seu poder de análise é bastante primoroso, especialmente, quando se trata de objetos de estudo cujo foco é a economia política, tal como a presente dissertação.

2.2.3- A Teoria da Política Econômica Novo-Clássica

Ao focar agora a discussão na teoria da política econômica novo-clássica, Milton Friedman, o maior expoente do monetarismo, tentou demonstrar durante as décadas de 1950 e 1960 que a moeda importa, promovendo, assim, uma grande revolução anti-keynesiana. Porém, no final da década de 1970, surgiram as contribuições de três grandes economistas: Thomas Sargent, Neil Wallace e Robert Lucas - fundadores da teoria da política monetária novo-clássica -, sendo que o último foi ganhador do Prêmio Nobel em 1995. Tais economistas se voltaram parcialmente contra Friedman e radicalmente contra as ideias dos keynesianos. Quanto à crítica ao Friedman, em vez de conceber as expectativas adaptativas, utilizaram o conceito de expectativas racionais; já os keynesianos eram contrários a qualquer forma de intervenção do governo na economia. (CARVALHO *et al*, 2000). As próximas subseções trazem elementos conceituais da teoria da política econômica novo-clássica, a saber: o processo de formação de expectativas racionais; a eficácia da política monetária de surpresa; as curvas de Phillips de Lucas; independência do Banco Central e regime de metas de inflação.

2.2.3.1- O Processo de Formação de Expectativas Racionais

A vertente novo-clássica está baseada em muitas das hipóteses monetaristas, no entanto, a principal divergência entre Lucas e Friedman é que a hipótese sustentada pelo primeiro é que os agente são maximizadores de satisfação (utilidade), ou seja, eles também maximizam a utilização das informações que recebem. Portanto, para Lucas, os agentes formam expectativas tanto olhando para trás (*backward-looking*) quanto para frente (*forward-looking*). Por este motivo é que, para o ganhador do Prêmio Nobel de 1995, as expectativas não são adaptativas, e sim, racionais. (CARVALHO *et al*, 2000).

Ao afirmar que as expectativas são racionais, parte-se do pressuposto que todo e qualquer agente possui a mesma maneira de entender a economia e que tal maneira corresponde à verdadeira forma de operação da economia. O exemplo que Carvalho *et al* (2000) fornece é o seguinte: todos os agentes têm consciência de que um aumento da oferta monetária se desdobra em um aumento da inflação. Ao sinalizar isso, o governo passa a informação para a sociedade de que haverá

aumento do nível de preços e de salários, portanto, cabe aos agentes se anteciparem e fazer esse reajuste nestas variáveis nominais. Em síntese, para Lucas, política monetária é ineficaz para modificar variáveis reais (emprego e produto) (CARVALHO et al, 2000).

Segundo Carvalho et al (2000), para os monetaristas, quando a taxa corrente de desemprego se encontra com a taxa natural, a economia se encontra em posição de equilíbrio. Entretanto, para os economistas novo-clássicas, independentemente de onde estiver a taxa corrente de desemprego, a economia sempre estará em equilíbrio, tendo em vista que famílias e empresas estarão tomando decisões que maximizem sua satisfação e lucro, respectivamente. É por meio do estudo da função de oferta de Lucas (equação 1) que é possível se demonstrar porque a política monetária é ineficaz quando o governo tem como objetivo reduzir a taxa corrente de desemprego (U_t) em relação à taxa natural (U_n):

$$U_t = U_n - \alpha(P_t - P_t^e) > 0 \quad \alpha > 0 \quad (\text{Equação 1})$$

P_t é a inflação no período t , P_t^e é a inflação esperada para esse mesmo período e α é um parâmetro positivo. Ainda assim é possível se ampliar a função de oferta de Lucas (ver equação 2):

$$U_t = U_n - \alpha (P_t - P_t^e) + \beta \quad (\text{Equação 2})$$

O termo β representa todos os outros fatores não-monetários que são capazes de afastar a taxa de desemprego corrente da taxa natural, a exemplo de choques tecnológicos. Entretanto, optou-se por utilizar a equação 1, tendo em vista que o objeto de análise se refere apenas a variáveis tais como preço, moeda e expectativas. Através da equação 1, a taxa corrente de desemprego é igual à taxa natural quando a realidade confirma as expectativas de inflação.

$$P_t^e = E (P_t / I_{t-1}) \quad (\text{Equação 3})$$

Sendo assim, a leitura que se faz da equação 3 é a seguinte: a expectativa de inflação para o período t leva em consideração todas as informações, I , obtidas até o período imediatamente anterior, $t - 1$.

De acordo com Carvalho et al (2000), as informações são processadas pelos agentes obedecendo o modelo tanto monetarista quanto novo-clássico (ver equação 4):

$$P_t = M_t + d_t \quad (\text{Equação 4})$$

Neste modelo, M_t é a variação do estoque de moeda e d_t um aumento não-esperado de demanda pelo produto no período t . Sendo assim, como sinaliza Carvalho *et al* (2000), as expectativas de variação do nível de preços estão diretamente relacionadas com as expectativas de variação do estoque monetário, como mostra a equação 5:

$$P_t^e = M_t^e \quad (\text{Equação 5})$$

Sendo assim, a partir das equações 3,4 e 5 parte-se da hipótese de que os agentes têm consciência da regra de variação do estoque monetário, ou seja, sendo $M_t^e = M_t$ e $d_t = 0$ Logo, não haveria frustração dos agentes em relação às suas expectativas de preços. Substituindo as equações 4 e 5 na equação 1, obtém-se:

$$U_t = U_n - \alpha(M_t - M_t^e) \quad (\text{Equação 6})$$

Portanto, “a taxa corrente de desemprego seria sempre igual à taxa natural se os agentes conhecessem a regra de variação do estoque monetário e se não houvesse nenhum choque de demanda” (CARVALHO *et al*, 2000: 217).

Em resumo, pode-se dizer que, de acordo com a política econômica novo-clássica, quando o governo anuncia uma elevação da oferta monetária, os agentes responderão a esta decisão da autoridade monetária elevando o preço dos seus bens e de seus serviços, sem contratar nenhum trabalhador adicional. Isto quer dizer que as decisões de política monetária expansionista gera apenas elevação do nível de preços que corresponda ao aumento do estoque de moeda e isso não gera impacto nas variáveis reais da economia (desemprego e produto).

2.2.3.2 - A Eficácia da Política Monetária de Surpresa

Segundo Carvalho *et al* (2000), Sargent e Wallace (1975) mostram que as políticas monetária que geram surpresa nos agentes são as que poderiam provocar efeitos nas variáveis reais da economia. Para isso, seria necessário apenas que o governo adotasse uma regra de expansão monetária, como se demonstra na função demonstrada na equação 7:

$$M_t = \omega (U_{t-1} - U_n) + \theta \quad (\text{Equação 7})$$

Neste modelo, ω é um parâmetro positivo e θ constitui em um elemento de política monetária apenas conhecido pelos governantes. Sendo assim, os agentes formariam suas expectativas de acordo com a equação 8:

$$M_t^e = \omega (U_{t-1} - U_n) \quad (\text{Equação 8})$$

Ao substituir as equações 7 e 8 em 6, obtém-se:

$$U_t = U_n - \omega\theta \quad (\text{Equação 9})$$

A equação demonstra, segundo Carvalho *et al* (2000), de que a taxa natural de desemprego não coincidirá com a taxa corrente de desemprego quando os governantes acionarem, assim, as expectativas dos agentes seriam frustradas em relação ao estoque monetário gerando oscilação do nível de preços.

2.2.3.3 - A Curva de Phillips de Lucas

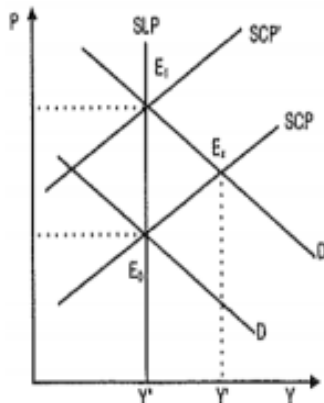
De acordo com Carvalho *et al* (2000), adotando a hipótese de que os empresários apresentam restrição de informação em relação ao componente surpresa (θ) por parte do governo, ainda sob o pressuposto de expectativas racionais, eles apreenderiam de maneira equivocada o movimento de preços decorrente de uma variação positiva do estoque monetário e expandiriam suas produções contratando mais trabalhadores, isso porque o aumento do estoque monetário na ótica dos empresários não estaria ancorado no aumento do estoque monetário e sim em um aumento da demanda ($d > 0$). Assim, a regra de maximização de lucros tem que ser atendida (receita marginal é igual a custo marginal). Portanto, se a receita marginal (preço do produto) aumentou, isto torna possível o aumento do custo marginal (salário dos trabalhadores). Em consequência, os empresários ofertam nível de salários real maior do que o nível de salário real rejeitado por um grupo de trabalhadores - aquele que, em um *trade off* entre ter trabalho e lazer, dado o nível de salário oferecido pelo mercado, preferem o lazer. Assim,

os empresários contratam mais trabalhadores e a taxa corrente de desemprego se torna menor do que a taxa natural.

Passado um determinado período necessário para que os agentes - empresários e trabalhadores - tomassem consciência do que realmente aconteceu na economia, parte dos trabalhadores retornaria à condição de desempregados voluntários e a produção retornaria ao seu nível original que corresponde ao da taxa natural de desemprego. Isso porque os empresários teriam a percepção de que o aumento de preços não se dava em razão de aumento de demanda, isto quer dizer, um movimento que se demonstrasse favorável ao aumento da produção e sim um aumento neutro. Em relação à parcela dos trabalhadores, ela adotaria a perspectiva de que o aumento de salário era de ordem nominal e não real.

De acordo com Carvalho *et al* (2000), esta dinâmica macroeconômica pode ser vista como uma versão de Lucas para a Curva de Phillips.

Gráfico 1: Curvas de Oferta de Curto e Longo Prazos



FONTE: CARVALHO *et al* (2007: 130)

Como se pode ver no gráfico 1, uma expansão monetária que se utiliza do elemento surpresa desloca a curva de demanda (de D para D'). Assim, o produto aumenta de Y^* para Y' . Neste gráfico,

A curva de oferta vertical SLP [...] indica que no longo prazo, que é a situação em que, por definição, inexistem choques (de demanda ou monetário), o produto da economia é gerado pela

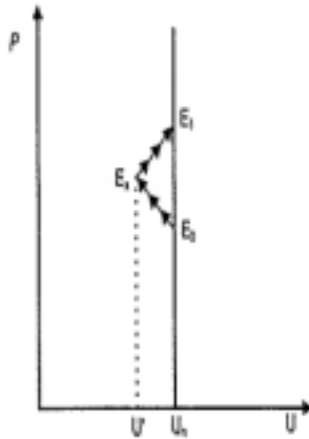
quantidade de trabalhadores que estão empregados quando a taxa de desemprego é igual à taxa natural. Portanto, no longo prazo, o produto da economia não pode ser alterado por intermédio de políticas macroeconômicas. No mesmo gráfico, a curva de oferta *SCP* positivamente inclinada indica que no curto prazo, que é a situação em que a economia pode sofrer, por exemplo, um choque de política monetária, o produto pode ser maior que o produto Y^* . A política monetária pode alterar o produto apenas no curto prazo (CARVALHO, 2000: 219).

O gráfico 2 demonstra que a curva de Phillips versão Lucas é capaz de reduzir o desemprego de U_n para U' apenas temporariamente.

Quando tal elevação do nível de preços é percebida por empresários e trabalhadores, a produção é reduzida (a curva de oferta vai de *SCP* para *SCP'*) e o desemprego volta ao seu ponto original equivalente à taxa natural (de U' para U_n) (CARVALHO et al, 2000: 219-220).

A economia novo-clássica sugere que o governo não deve querer gerar surpresas junto aos agentes, pois, se assim o fizer, pode gerar desconfiança e um ambiente de incertezas em relação ao governo. Se um governo tem como histórico implementar política monetária que surpreendem os agentes, isso pode tornar as expectativas inflacionários mais “nervosas”. Para evitar isso e fazer com que o Banco Central adote medidas que não fujam da convencionalidade, economistas defendem a ideia de banco central independente e política de metas de inflação, ambas concepções serão discutidas a seguir.

Gráfico 2: Curva de Phillips Versão Lucas



FONTE: CARVALHO *et al* (2007: 130)

2.2.3.4 -Independência do Banco Central

De acordo com Carvalho *et al* (2000), depois da assinatura do Tratado de Maastricht de unificação da Europa, emergiu uma volumosa literatura acerca da independência dos bancos centrais. Para o autor, dentre as inúmeras publicações que se deram à época, umas das que mais apresentam maior relevância são aquelas assinadas por Charles Goodhart e Alex Cukierman, sendo que o último chegou a elaborar métodos de avaliação de grau de autonomia dos bancos centrais. Segundo Cukierman, Webb e Neyapti (1992) citado por Carvalho *et al* (2000), existem três formas de avaliar o grau de independência de um Banco Central:

O primeiro é o grau de rotatividade dos dirigentes. Quanto maior é o tempo de permanência do seu presidente, maior é o grau de independência. O autor, entretanto, impôs restrições a esse critério de avaliação. Reconheceu que um presidente pode permanecer por muitos anos à frente de um Banco Central sem que este fato seja um indicador de um grau de independência elevado. Um presidente pode ser subserviente às diretivas governamentais e, exatamente por este motivo, ser mantido no cargo por um longo tempo. O segundo critério são

os estatutos do Banco Central que estabelecem o seu objetivo e os limites para a interferência do executivo sobre a política monetária. A análise dos estatutos também é considerada por Cukierman com reservas. Primeiro, porque as leis são incompletas, isto é, não podem especificar com precisão regras claras de relação entre o Banco Central e o governo para todas as contingências possíveis. Como consequência, os vácuos são preenchidos, por exemplo, pela força política. Em segundo mesmo quando a lei é bastante detalhada, a prática real pode se afastar das regras estatutárias. O terceiro instrumento utilizado para medir o grau de independência é um questionário sobre os objetivos do Banco Central e sua relação com o governo, que é enviado a especialistas de cada país. Sobre este critério, o autor parece demonstrar maior confiança, embora o índice que elaborou seja um média das três medidas apresentadas (CARVALHO et al, 2000: 221-222).

Segundo Carvalho *et al* (2000), os trabalhos empíricos de Cukierman e seus dois colegas conseguiram estabelecer correlações negativas elevadas entre o grau de independência de bancos centrais e as taxas de inflação em seus respectivos países. Citado por Carvalho *et al* (2000), Alesina e Summers (1993) relacionaram o grau de independência dos bancos centrais de 14 países com a média das taxas de inflação do período 1955-88 destas economias. Como apontado pelo gráfico 3, existe um alto grau de correlação entre as variáveis analisadas.

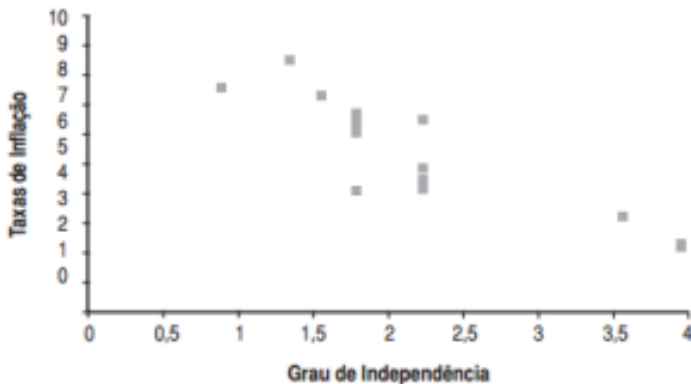
Os defensores da independência dos bancos centrais reconhecem que tem como arcabouço teórico de defesa a contribuição dada à política econômica novo-clássica.

Goodhart reconhece que a curva de Phillips de longo prazo vertical compõe os fundamentos teóricos da proposta de independência. Cukierman considera que políticas monetárias discricionárias podem somente temporariamente reduzir a taxa de desemprego. O custo de melhoria temporária de variáveis reais é, contudo, a inflação. (CARVALHO et al, 2000: 222).

Citado por Carvalho *et al* (2000), Cukierman, Webb & Neyapti (1992) dizem que a independência do banco central está para além da independência da condução da política monetária em relação ao governo, significa que a independência do Banco Central está acima de qualquer objetivo perseguido pelas autoridades políticas em nome da estabilidade de preços.

Além disso, a independência dos bancos centrais se apoia no trinômio credibilidade-reputação-delegação. Segundo Carvalho *et al* (2000), os gestores de política econômica podem priorizar resultados positivos em variáveis reais da economia (emprego e produto) em detrimento de estabilidade de preços, especialmente, em épocas eleitorais. Ao adotar tal manobra de política monetária expansionista, por exemplo, isso pode afetar a reputação do Banco Central junto aos investidores. Sendo assim, o conceito de reputação está vinculado ao grau de confiança dos agentes junto aos dirigentes do Banco Central, a qual deve ser medida pelo seu comportamento progressivo.

Gráfico 3: Grau de Independência X Taxa de Inflação



FONTE: ALESINA & SUMMERS (1993 *apud* CARVALHO *et al*, 2007: 132)

A tese da IBC [independência do Banco Central] objetiva delegar a política monetária a um agente que mantenha a sua reputação, a credibilidade nas regras monetárias e, conseqüentemente, mantenha a inflação em patamar aceitável e reduza a variabilidade do produto. (CARVALHO *et al*, 2000: 223).

Os custos de desinflação serão nulos, quando as autoridades monetárias têm elevada reputação e suas políticas são consideradas viáveis. Nesta circunstância, uma vez que as autoridades monetárias anunciam o enxugamento referente à expansão do estoque monetário responsável pela inflação, os agentes darão crédito à instituição e não vão reajustar preços e salários - aceitando a eliminação da inflação existente. Assim, os salários reais não se alterarão, levando em consideração que preços e salários não serão mais reajustados e o desemprego permanecerá compatível com o nível da taxa natural. Por consequência, dada a elevada reputação do banco central, a desinflação irá ocorrer sem gerar custos sociais (aumento do nível de desemprego), constituindo, portanto, em um resultado bastante distinto das políticas monetárias sugeridas pelo monetarismo friedmaniano.

Para o conceito de delegação, Carvalho *et al* (2000) cita os trabalhos de Rogoff e Walsh⁵. Sendo que para Rogoff

Se a política monetária for delegada a um agente cujas preferências sejam mais avessas à inflação do que as preferências da sociedade, seria possível sustentar uma taxa de variação do nível de preços mais baixa do que aquela que ocorreria se o presidente do Banco Central tivesse as mesmas preferências sociais. Logo, um presidente do Banco Central com tais preferências reduziria as perdas de bem-estar social associadas a eventos inflacionários e à instabilidade do produto. Em suma, Rogoff sugere um presidente do Banco Central conservador em relação às preferências sociais. Um presidente que necessariamente deve dirigir uma entidade independente para que possa fazer prevalecer suas decisões monetárias (CARVALHO et al, 2000: 224).

Já Walsh sugere que haja um contrato entre o Banco Central e o governo. Neste contrato, deve haver custos (perda de cargo, por exemplo) ao presidente do Banco Central e à sua diretoria quando o nível de inflação ultrapassar o nível considerado ótimo pelo governo.

Para Fischer (1994 *apud* Carvalho *et al*, 2000), o modelo Rogoff pode ser definido como um Banco Central com independência de

⁵ Carvalho *et al* (2000) não aponta bibliografia específica tanto de Rogoff quanto de Walsh.

objetivos e instrumentos, ao passo que o modelo Walsh pode ser definido como um Banco Central com independência de instrumentos apenas, dado o contrato firmado entre as partes (Banco Central e governo/parlamento). Sendo de um caso ou de outro, ambos modelos de independência do Banco Central estarão calcados no trinômio credibilidade-reputação-delegação.

2.2.3.5 - Regimes de Metas de Inflação

Segundo Carvalho *et al* (2007), o regime de metas de inflação foi implementado em diversos países a partir da década de 1990 e ela está ancorada em dois pressupostos: (i) fracasso da adoção do regime de regras de expansão monetária friedmaniana, especialmente a partir das dificuldades enfrentadas pelo Federal Reserve (FED) a partir de 1979, em razão do aumento de inovações no mercado financeiro e também de maior mobilidade de capitais; (ii) como demonstrado através da crítica de Lucas à curva de Phillips, a política monetária é ineficaz para impactar variáveis reais da economia de forma sustentada.

Sendo assim, o objetivo principal do regime de metas de inflação é a de manter a taxa de inflação em patamares baixos e de maneira estável. Em adoções mais flexíveis de tal regime, o objetivo de estabilidade de preços pode ser acompanhado do objetivo de manter a estabilização do produto corrente em níveis próximos da taxa potencial de crescimento, no entanto, apenas em condições em que somente a estabilidade de preços não seja violada.

De acordo com Carvalho *et al* (2007), para atingir o objetivo da meta de inflação é anunciada uma meta numérica para inflação, seja em um ponto ou em um banda, e também um horizonte de tempo para que a meta seja alcançada. Nesta lógica, a taxa de juros de curto atua como principal instrumento de política monetária a qual deve ser calibrada de modo que a taxa de inflação apresente convergência para a meta estipulada.

Aqui a concepção de credibilidade da autoridade monetária (banco central) é de suma importância, tendo em vista que reduz problemas relacionados à inconsistência temporal, ou seja, dar prioridade à busca imediata e temporária de melhoria nas variáveis reais (emprego e produto) em detrimento de perdas duradouras (mais inflação). Assim, “banco central independente proporcionaria uma maior credibilidade junto aos agentes econômicos e sinalizaria um maior

comprometimento da autoridade monetária com baixa inflação” (CARVALHO et al, 2007: 140).

Nesta receita macroeconômica, não pode haver constrangimento fiscal, ou seja, a política fiscal tem que estar subordinada à política monetária, anulando, portanto, a probabilidade futura de ocorrer dominância fiscal. Isso porque em uma conjuntura marcada por déficit fiscal levaria a uma maior emissão de moeda e, conseqüentemente, a retomada da inflação.

Os defensores de tal regime argumentam que a simplicidade e a transparência do regime de metas de inflação possibilita ao público entender mais facilmente a intenção e os efeitos da política monetária, reduzindo assim a incerteza quanto ao comportamento futuro da inflação. E, dependendo do regime de metas de inflação constituído, uma política monetária mais flexível poderia ser adotada (ou seja, alguma discricionariedade poderia ser aceita) em relação à própria meta perseguida e no que diz respeito às condições de desemprego e flutuações na taxa de câmbio, desde que tal flexibilidade não sacrificasse a credibilidade do banco central. Consideram, assim, que o regime de metas de inflação poderia não ser uma “regra de política” rígida, mas uma estrutura para a política monetária em que uma “discricionariedade limitada” poderia ser exercida. (CARVALHO et al, 2007: 140-1).

De acordo com Carvalho *et al* (2007), o regime de metas de inflação foi instituído por meio do Decreto nº 3.088, de 2 de junho de 1999, um pouco depois de o país ter adotado um regime de câmbio flutuante. No Brasil, as metas são propostas pelo Ministério da Fazenda, no entanto, são decididas e anunciadas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), o qual é constituído pelo Ministro da Fazenda, Ministro do Planejamento e o Presidente do Banco Central do Brasil (BCB). A meta de inflação no país se utiliza como *proxy* o IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo), calculado pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). O CMN determina o intervalo de tolerância, o qual tem variado de 2 % e 2,5 % acima e abaixo da meta central. O uso do índice de inflação é cheio.

Foi delegada a responsabilidade pelo cumprimento das metas de inflação ao Banco Central do Brasil. Em contrapartida, o governo delegou as decisões de política monetária, ou seja, o poder de determinar a taxa de juros básica da economia, aos dirigentes do BCB. O Comitê de Política Monetária (COPOM), que é composto pela diretoria do Banco Central, se reúne periodicamente (a cada 45 dias) para estabelecer a taxa de juros (a taxa Selic) que considera adequada ao cumprimento da meta de inflação. Além de determinar a taxa de juros, o COPOM estabelece também o chamado viés – que pode ser de baixa, de alta ou neutro. Por exemplo, quando é estabelecida uma determinada taxa de juros com viés de baixa, isto significa que o presidente do BCB está autorizado pelo COPOM a reduzir a taxa de juros se assim achar conveniente antes da próxima reunião ordinária deste organismo. Quando o viés é neutro, não há autorização concedida ao presidente do BCB. Contudo, o presidente do BCB sempre poderá convocar uma reunião extraordinária do COPOM para alterar a taxa de juros. (CARVALHO *et al*, 2007: 142)

Em não havendo o cumprimento da inflação dentro das bandas estipuladas, o presidente do Banco Central tem que enviar uma carta (aberta ao público) direcionada ao Ministro da Fazenda, explicando os motivos que não levaram ao sucesso de tal política monetária, como também o que será feito para convergir à taxa de inflação corrente dentro dos parâmetros estipulados pelo CMN como também o horizonte de tempo que será necessário para alcançar tal objetivo.

2.3 - CONVENÇÃO NEODESENVOLVIMENTISTA, A POLÍTICA MONETÁRIA KEYNESIANA E CATEGORIAS ANALÍTICAS DE VELHO INSTITUCIONALISMO

2.3.1 – Convenção de Desenvolvimento Neodesenvolvimentista

A convenção neodesenvolvimentista fica explícita no discurso de Lula, quando ele usa metáfora, comparando a sociedade à uma família ou à uma equipe esportiva. A prioridade de tal convenção é a inclusão social. Tal convenção é aceita, no entanto, ela é totalmente subordinada à convenção institucionalista restrita, de tal maneira que os interesses de grupos financeiros não são ameaçados. (ERBER, 2011)

O embasamento teórico é o keynesianismo. Busca-se, portanto, a expansão da demanda agregada (consumo, investimentos, gastos do governo e exportações). Na convenção neodesenvolvimentista o Estado adquire papel fundamental ao ser agente estimulante da economia como um todo através de mecanismos que permitam incentivar a demanda agregada, promovendo um mercado de consumo de massas com crescimento econômico e elevação dos salários reais. (ERBER, 2011)

Como sinaliza economista da Unicamp:

Sob o ponto de vista dos determinantes do crescimento, a ampliação do consumo de massas fundada na redistribuição da renda seria o fator dinâmico primordial. Esta ideia tem um ponto de partida muito forte que é o reconhecimento da relevância do mercado interno enquanto esteio do crescimento em economias como a brasileira. Por sua vez, propõe uma inversão radical nos determinantes do crescimento ao atribuir um papel chave ao consumo de massas e à redistribuição da renda (CARNEIRO, 2012: 774)

De acordo com Erber (2011), a convenção de desenvolvimento neodesenvolvimentista foi proposta inicialmente no Plano Plurianual de Aplicações (PPA) 2003-2007, ampliada pela Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE). A convenção neodesenvolvimentista foi reforçada, a partir de 2006, pela mudança de equipe no Ministério da Fazenda e pela reeleição do Presidente Lula. A convenção neodesenvolvimentista repousa em cinco pilares, de acordo com Erber (2011):

- 1) Investimento em infraestrutura (especialmente, energia, logística e saneamento), a ser feito majoritariamente por empresas estatais e privadas, sendo estas últimas financiadas pelo BNDES e, em menor grau, diretamente pelo Estado.
- 2) Investimento residencial incentivado pelo crédito, público e privado, amparado por maiores garantias dos credores.

- 3) Círculo virtuoso entre o aumento do consumo das famílias explicado pelos aumentos de salário mínimo, das transferências do Bolsa Família, da expansão do emprego formal e do crédito e também pelo aumento do investimento em capital fixo e inovação, incentivado pela desoneração fiscal e pelo crédito dos bancos públicos;
- 4) Investimentos em inovações, via incentivos fiscais, crédito subsidiado e subvenções;
- 5) Política externa independente, que privilegia as relações com outros países em desenvolvimento (América Latina e BRICS) e busca confirmar o Brasil como protagonista no processo de mudanças na arquitetura institucional mundial.

Cabe destacar que, à diferença da antiga convenção desenvolvimentista e da convenção neoliberal, o governo Lula, colocou no topo de sua agenda através dos mecanismos apontados no que é descrito acima como terceiro pilar neodesenvolvimentista, a redução da pobreza, herdada do longo período em que as duas convenções foram hegemônicas. A agenda atual almeja o consumo de massas e seu investimento derivado, mas também sanar a restrita inclusão econômica, há muito apontada como óbice principal à sustentabilidade do desenvolvimento (Furtado, 1961 *apud* Erber, 2011: 47)

Para Erber (2011), sob a perspectiva política, a forma como a política de inclusão foi implementada é condizente com trajetória de um Estado paternalista que remonta ao varguismo, tendo em vista que isso apresenta como uma das consequências adversas a perda de importância das organizações da sociedade civil, especialmente as que representam “os mais pobres” e o aumento dos poderes locais. Portanto, há aqui nesta convenção de desenvolvimento uma redução dos conflitos sociais – dado o baixo custo fiscal do Programa Bolsa Família, por exemplo – e isso é de interesse dos grupos de maior renda, promovendo, portanto, uma ponte entre as duas convenções aqui descritas.

Ademais, a inclusão social se dá via aumento de renda – e não contempla a redistribuição de riqueza. Para Erber (2011), os detentores de riqueza – especialmente a financeira – têm seus interesses fortemente

preservados pela política de estabilização da convenção institucionalista restrita.

O principal ativo desenvolvido pela política de inclusão é o da educação, através da condicionalidade das transferências à presença das crianças das famílias beneficiadas nas escolas – um efeito intergeracional. Aos adultos, a política oferece poucas “portas de saída”, entre as quais destaca-se a expansão do emprego de baixa qualificação.[...] Este efeito intergeracional é, infelizmente, mitigado pela má qualidade do ensino público. A esta lacuna somam-se outras deficiências no atendimento dos serviços básicos, de responsabilidade do Estado, como saúde, transporte público, segurança pessoal e acesso à proteção legal, que incidem principalmente sobre os “pobres”. (ERBER, 2011: 47-8)

Por outro lado, elevar gastos sociais – a exemplo de saúde e educação – fornece resistência política em razão do aumento da carga tributária ou de esbarrar em um dos pilares do tripé macroeconômico – meta de superávit primário – estipula pela convenção restrita. Segundo Erber (2011), a convenção desenvolvimentista do governo Lula, ainda que apresente um conjunto de relevantes interesses, econômicos e políticos, sua dimensão “inclusiva” também é restritiva. A seguir, a próxima seção trará a abordagem teórica keynesiana, responsável pela sustentação de tal convenção de desenvolvimento.

2.3.2 – A Política Monetária de Keynes e dos Pós-Keynesianos

Ao abordar a política monetária de Keynes e dos pós-keynesianos, destaca-se o fato de que, para tal corrente teórica, a política monetária pode afetar agregados da economia real, tais como nível de emprego e de produção, ou seja, não há neutralidade da moeda para tal vertente econômica. Para isso, recorre-se a quais instrumentos utilizados e como se dá a operação da política monetária. Por último, ao abordar a política monetária novo-clássica, tal seção discorre sobre (i) o processo de formação de expectativas racionais, (ii) a eficácia de política monetária de surpresa, (iii) a curva de Phillips de Lucas, (iv)

independência do Banco Central e, por fim, (v) regime de metas de inflação.

De acordo com Carvalho et al. (2000), a política monetária é um importante instrumento capaz de auxiliar na redução do desemprego para Keynes. Entretanto, os seguidores de Keynes não formam um grupo homogêneo. Por exemplo, para os chamados velho-keynesianos e os keynesianos horizontalistas a política monetária não tem capacidade de reduzir o desemprego, dentre estes, pode-se citar os ganhadores de Prêmio Nobel de Economia Paul Samuelson e Lawrence Klein.

Entretanto, ainda de acordo com Carvalho (2000), há keynesianos que convergem para o mesmo ponto de vista de Keynes: são os chamados pós-keynesianos, a exemplo Hyman Minsky, Paul Davidson, Jan Kregel e Victoria Chick. A presente seção tem objetivo apresentar a teoria da política monetária dessa linha de pensamento keynesiano: na primeira subseção, apresenta-se a visão de Keynes e dos pós-keynesianos acerca do papel da moeda na economia; em um segundo momento, como cada instrumento de política monetária é utilizado; por último, busca-se responder se a política monetária sugerida por Keynes e pelos pós-keynesianos será sempre eficaz. Os pós-keynesianos, assim como Keynes, acreditam que a política monetária é capaz de afetar nível de emprego e renda na economia. Como diria Keynes:

...a moeda joga um papel próprio e afeta motivos e decisões e é, em síntese, um dos fatores operativos na situação, de tal forma que o curso dos eventos não pode ser previsto seja no curto seja no longo período, sem o conhecimento do comportamento da moeda entre o último e o primeiro estágio. E é isso que podemos dizer quando falamos de uma economia monetária. (ARTIGO A MONETARY PRODUCTION ECONOMY DE KEYNES)

Além disso, o economista inglês arremata:

“... não existe uma única posição de equilíbrio de longo período igualmente válida sem se considerar o tipo de política monetária das autoridades. Ao contrário, existem inúmeras posições que correspondem a diferentes políticas” (Keynes, CWJMK: 29, p. 55)

Para Keynes a moeda não é neutra nem no curto e tampouco no longo prazo, sendo assim, a política monetária pode ser eficaz para afetar variáveis reais da economia, a exemplo emprego, renda e produto (CARVALHO et al, 2000).

2.3.2.1 – Os Instrumentos

As autoridades monetárias têm à sua disposição três instrumentos para atingir seus objetivos: (a) a fixação compulsória das reservas bancárias; (b) a determinação da taxa de juros das operações de redesconto (e empréstimos de liquidez); (c) as operações de compra e venda de títulos públicos. (CARVALHO et al., 2000: 167)

De acordo com Carvalho *et al.* (2000), os instrumentos (a) e (b) tem como objetivo alavancar a capacidade de os bancos comerciais conceder crédito de curto prazo para firmas para satisfazer necessidade de antecipação de receita, a exemplo de capital de giro para que as empresas possam pagar os insumos junto aos fornecedores e a folha salarial.

... se uma firma decide empregar trabalhadores para utilizar o equipamento de capital para produzir mercadorias, deve possuir suficiente comando sobre recursos monetários para pagar os salários dos trabalhadores e comprar aquelas mercadorias que tem que adquirir de outras firmas durante o período que se expira antes que o produto possa ser, convenientemente e economicamente, vendido por moeda. (Keynes, CWJMK: 29. p.64)

Para Carvalho *et al.* (2000), como as empresas tinham ativos físicos e/ou financeiros de baixa liquidez - o que inviabilizaria o seu resgate a qualquer momento- cabia aos bancos atender as necessidades de recursos das empresas. Portanto, para empresas existe a necessidade de antecipação de receitas e por parte dos bancos há o interesse em realizar este tipo específico de empréstimo. Isso levando em consideração que este tipo de empréstimo é líquido, tendo em vista que

em questão de pouco tempo a empresa converte o capital em mercadoria, sem contar que o nível de inadimplência (o nível de risco) para o banco é bastante reduzido. Assim, os bancos cumprem um papel essencial em uma economia monetária.

Segundo Carvalho *et. al* (2000), para os pós-keynesianos, as operações de compra e venda de títulos públicos realizadas pelo Banco Central podem afetar decisões empresariais de investimento. Uma vez com dinheiro em mãos, os empresários enfrentam o seguinte dilema: adquirir um capital físico (máquinas, alugar galpões, etc.) ou adquirir um título público. Para resolver este *trade-off* os empresários se utilizam de dois critérios: (i) rentabilidade esperada e (ii) liquidez. “Então, quando a taxa de juros dos títulos públicos é superior ao rendimento esperado dos ativos de capital, os detentores de recursos monetários optam pela compra de títulos - e não realizam investimento”. (CARVALHO et al., 2000: 167)

Portanto, para que uma máquina seja adquirida, o seu rendimento esperado tem que ser maior do que a taxa de juros e liquidez relativa há de ser recompensada pela eficiência marginal do capital. Sendo assim, uma queda da taxa de juros estimula a demanda por bens de capital.

...o aumento da oferta de crédito bancário e a diminuição da taxa de juros das operações de redesconto podem reduzir o número de potenciais tomadores insatisfeitos e aumentar a produção corrente. Contudo, tal política monetária não pode diretamente induzir os empresários a realizar operações de investimento. O investimento somente ocorreria se já existisse uma demanda reprimida por empréstimo para financiar a sua realização anterior ao aumento da disponibilidade de crédito bancário. (CARVALHO et al., 2000: 169)

2.3.2.2 – A Operação da Política Monetária

A economia monetária opera em duas esferas de circulação : a industrial e a financeira. Na primeira, a moeda exerce seu papel como meio de troca, fazendo girar bens e serviços, ao passo que, na segunda, a moeda faz girar ativos financeiros. No entanto, tais esferas não são duas ilhas isoladas em uma economia monetária, essas são intercambiadas

pela moeda. Para Keynes e os pós-keynesianos, a arte da política monetária é fazer com que a moeda viaje da esfera financeira para a esfera industrial. Para isso, cabe ao Banco Central realizar operação de *Open Market* para aumentar o estoque monetário na economia e, assim, reduzir a taxa de juros para estimular estratégias privadas de recomposição de portfólio. (CARVALHO et al., 2000)

2.3.3 - As categorias analíticas do velho institucionalismo

2.3.3.1 - A noção de processo e a “causação circular”

Como foi supracitado, o conceito de processo está presente na abordagem de todos os institucionalistas, apontando que o desenvolvimento econômico não pode ser considerado como algo preestabelecido e, assim, rompendo com o conceito de equilíbrio geral advogado pela teoria neoclássica. Para Veblen, a noção de processo está subordinada ao conceito de causação circular, constituindo, portanto, a espinha dorsal do campo teórico dos institucionalistas (CONCEIÇÃO, 2001).

Para Veblen (*apud* Dugger, 1988: 4 *apud* Conceição, 2001: 96), “o processo de mudança cumulativa na estrutura social realiza-se por meio de uma “sequência cumulativa de causação”, mas de forma não-teleológica, o que não implica, necessariamente, progresso”.

Sendo assim, o processo de mudança cumulativa pode redundar em “deterioração cumulativa”, a exemplo do que Samir Amim chama de “desenvolvimento do subdesenvolvimento”. Segundo Conceição (2001), Veblen está preocupado em explicar a teoria do absurdo, segundo o qual seria responsável pelo surgimento de instituições (*imbecile institutions*) que atrapalham o avanço do progresso em um ou mais setores da economia - aqui um exemplo de mudança para pior.

Por fim, o “paradigma processual” rejeita a ideia preconizada pela teoria ortodoxa, segundo a qual a economia é uma ciência cujo propósito é estudar de que maneira os seres humanos se utilizam de recursos escassos para satisfazer necessidades ilimitadas. Para o autor, os institucionalistas definiram a economia como

“ciência do abastecimento social”, onde as necessidades e os recursos humanos são produto de processos sociais historicamente determinados

e qualitativamente dependentes do progresso tecnológico. Rejeitam definir economia pela ótica da escassez e de desejos ilimitados, porque ambos são resultantes de circunstâncias sociais que as produzem historicamente, não se tratando, portanto, de fenômenos “dados” — e independentes das condições sociais, históricas e culturais —, como o faz a tradição ortodoxa. (CONCEIÇÃO, 2001: 97)

2.3.3.2 - Emulação e *enabling facts*

Segundo Conceição (2001), os mitos autorizados (*enabling myths*) se manifestam em sociedades estratificadas para os institucionalistas radicais (antigo institucionalismo). O autor define tais mitos como “(...) aqueles (...) que mantêm os estratos superiores em sua posição e sua predação sobre a população dominada” (Dugger, 1988: 5 apud Conceição, 2001: 97). Através deles, em especial em uma economia de mercado, o próprio mercado se torna um poderoso mito. Para os institucionalistas há, portanto, uma racionalidade no sentido de explicar como os homens devem pensar e se comportar através de valores.

A partir daí, deriva-se o conceito de cerimonialismo, segundo o qual consiste “(...) comportamento sustentado pelo e emulação e empregado para se obter riqueza e *status*” (Dugger, 1988: 7 apud Conceição, 2001: 97). Portanto, para os institucionalistas radicais, existem duas formas de comportamento: um, o tecnológico, que resulta em produtos úteis e, o segundo, o cerimonial que é predatório, ou seja, não-produtivo.

O economista institucional Conceição (2001) aponta a divergência que há entre mitos autorizados e emulação: enquanto que os primeiros partem de uma norma, de uma regra socialmente aceita, a última parte da ação do indivíduo, no sentido de copiar valores dos extratos superiores da população. Sendo assim, a emulação aliada aos mitos e ao fervor patriótico faz com que se neutralize o poder de transformação social através das classes inferiores por meio de valores, impedindo as pessoas que pertencem a esta classe de perceberem quais mudanças seriam fundamentais e atendessem aos seus interesses.

Para os institucionalistas, ainda segundo Conceição (2001), a noção de mercado emana do exercício da legítima autoridade, indo além das noções de oferta e demanda, como seus determinantes últimos,

como preconiza os neoclássicos. Como o mercado é resultado do conflito de classes, o conceito de mercado se aproxima daquele que foi referido por Marx.

Já poder e status têm as seguintes definições:

Poder é a habilidade de trabalhar no desejo de uns, com a cooperação de outros, ou mesmo com a oposição de outros; status é o exitoso reconhecimento de prestígio, voluntariamente garantido pelos outros. O primeiro é originário do Estado, e o último, da emulação. A combinação de ambos permite à elite exercer sua dominação. (CONCEIÇÃO, 2001: 99-100)

2.3.3.3 - Igualdade

De acordo com Conceição (2001), para os institucionalistas, o progresso constitui em um processo econômico que se manifesta na permanente incorporação dos estratos inferiores da população ao padrão de consumo. Sendo assim, o sentido do processo se dá de baixo para cima e não por meio de melhoria em nível educacional para otimizar a produtividade na economia, como apregoam os neoclássicos - até porque tal receita pode até ser vista como um mito autorizado. No entanto, a superação da pobreza, mesmo em níveis exclusivamente econômicos, não é capaz de levar os mais pobres à condição de poder e *status* de que os mais ricos dispõem na estrutura da sociedade. E os mais pobres não alcançam o poder e *status* dos mais ricos porque não possuem renda e respeito. Assim, a superação da pobreza se daria através de incorporação de rendas maiores pelos mais pobres, promovendo, assim, uma reestruturação do poder e *status* - e não apenas tornando eles mais produtivos. “O progresso dá-se quando o pobre deixa de ser objeto de caridade e passa a reivindicar seus direitos. Mas, para isso ocorra, é necessário redistribuição de renda e poder.” (CONCEIÇÃO, 2001: 101)

2.3.3.4 - Democracia

Ao citar economistas como Clarence E. Ayres, J. Fagg Foster e Marc R. Tool, Conceição (2001) diz que a economia é uma sequência de

problemas, que geram soluções e, com estas, novos problemas, em um processo sem fim. Para que isso ocorra, a manutenção da democracia seria necessária, tendo em vista que, como economia é um processo, as soluções são tentadas, novos soluções surgem, novos problemas surgem, e assim sucessivamente.

A próxima seção se ocupará em explicitar como se dá a convivência entre as duas convenções.

2.4 - COEXISTÊNCIA DAS DUAS CONVENÇÕES

De acordo com Erber (2011), as duas convenções de desenvolvimento apresentam “visões das coisas” e “núcleos duros” distintos e, portanto, atendem a interesses diferentes. Existem diferenças de agendas entre as convenções. A convergência que há entre ambas é o fato de as terem como objetivo ampliar o nível de investimentos baixos no Brasil.

Para os neodesenvolvimentistas, esta é a mola de crescimento e, para tanto, segue, para os investimentos privados, uma estratégia de “pinça”: de um lado amplia o mercado, via consumo familiar e governamental e pelos encadeamentos do investimento público autônomo, e de outro, concede estímulos fiscais e de crédito, via bancos públicos, que reduzem o custo do investimento. Ao mesmo tempo vem ampliando os investimentos públicos, notadamente em infraestrutura e energia. Os diferentes prazos de maturação destas medidas implicam a forte probabilidade de ocorrerem descompassos temporários entre oferta e demanda em mercados específicos, que, num regime de metas de inflação, podem ser acomodados na margem de variação em torno do centro da meta. A previsibilidade das taxas de juros e câmbio, baixa taxa de juros e taxa de câmbio que mantenha as atividades locais competitivas internacionalmente, constituem ingredientes básicos de uma agenda de estímulo ao investimento (ERBER, 2011: 49).

Para um dos órgãos representantes da convenção de desenvolvimento institucionalista restrita – o Banco Central – o aumento da capacidade de oferta é fundamental para assegurar um cenário favorável para inflação futura, evitando que a demanda exerça pressões sobre o nível de preços. Para Erber (2011) há uma nítida hierarquia de prioridades entre as convenções, dado um exemplo⁶ de quando

O temor da pressão da demanda foi um dos principais determinantes da elevação da taxa de juros em setembro de 2004 (alta que durou um ano), visando reduzir o crescimento do PIB, que vinha evoluindo a taxas de cerca de 6 % nos trimestres anteriores. Como resultado, a taxa de crescimento do PIB caiu de 5,7 % em 2004 para 3,2 % em 2005. (ERBER, 2011: 49)

No entanto, durante as fases de redução da Selic há convergência entre os interesses representados pelas duas convenções, tendo em vista que passa haver estímulo à ampliação de oferta de crédito que ocorre junto ao sistema financeiro seja em razão da redução da remuneração dos títulos do Tesouro ou seja via medidas institucionais que reduzem o risco do crédito pessoal e habitacional. Considerando que a velocidade de queda da remuneração de tais operações é menor do que a vista pela queda da Selic, a expansão do crédito aumenta a rentabilidade do sistema financeiro. Do outro lado, o da demanda, o aumento do crédito permite aumento do consumo das famílias. (ERBER, 2011).

Estabelecida entre 2005 e 2008, a convergência rompeu-se com a crise, quando o sistema privado contraiu sua oferta de crédito. Em resposta, sob orientação do Ministério da Fazenda, os bancos públicos ampliaram substancialmente sua participação no mercado, reforçando o peso político da convenção desenvolvimentista. A

⁶ Outro exemplo de conservadorismo no Banco Central se deu em 2008, quando a instituição promoveu um ciclo de elevação da taxa de juros, a qual passou de 11,25 % ao ano em março para 13,75 % em setembro do mesmo ano, embora que, de acordo com o autor, o aumento da inflação no primeiro trimestre se devesse aos preços internacionais, a instituição monetária atribui tal pressão da demanda interna à capacidade produtiva (ERBER, 2011).

convergência restabeleceu-se no segundo semestre de 2009 (ERBER, 2011: 50).

De acordo com Erber (2011), a convivência entre as duas convenções só é possível com a hegemonia da convenção institucionalista restrita, através da manutenção do tripé de políticas macroeconômicas e pelo fato de as políticas neodesenvolvimentistas não interferirem nos interesses representados pela convenção institucionalista restrita.

2.5- CONCLUSÃO

Tentando untar uma seção à outra, pode-se dizer que os “mitos autorizados”, que são “aqueles (...) que mantêm os estratos superiores em sua posição e sua predação sobre a população dominada” (Dugger, 1985: 5 *apud* Conceição, 2001: 97) e na convenção de desenvolvimento institucionalista restrita o mercado se constitui um poderoso mito (ERBER, 2011; CONCEIÇÃO, 2001). Para que o mercado funcione de maneira mais eficiente possível, é necessário que os agentes públicos (*policy makers*) atuem no sentido impedir ou atenuar o surgimento de instituições (*imbecile institutions*) que atrapalhem o avanço do progresso em um ou mais setores da economia – tal como a intervenção do Estado na economia. Entretanto, dada a relação de coexistência entre as duas convenções de desenvolvimento, a intervenção do Estado na economia é deveras limitado, em razão da subordinação da convenção de desenvolvimento neodesenvolvimentista em relação à convenção institucionalista restrita – tudo isso assegurado pela independência do Banco Central, ou seja, independentemente de qual venha a ser o bloco de poder que esteja no Planalto – mais ou menos desenvolvimentista – a prioridade máxima é a manutenção da estabilidade de preços da economia, em segundo plano, a distribuição de renda – respectivamente considerados objetivos das convenções institucionalista restrita e da neodesenvolvimentista.(ERBER, 2011). É adotando tal linha de raciocínio que a chegada de Lula ao poder através da Carta ao Povo Brasileiro foi acertada – porque permitiu uma ambiente macroeconômico de manutenção e aprofundamento do tripé macroeconômico consolidado em 1999, o qual será visto no próximo capítulo.

2. O PACTO SOCIAL CONSERVADOR MODERNIZANTE: O LULISMO

Segundo Singer (2012), o lulismo existe sob o signo da contradição. Conservação e mudança, reprodução e superação, decepção e esperança em um mesmo movimento. De acordo com o cientista político, é em seu caráter contraditório que reside a complexidade de sua interpretação. Mais uma vez, cabe salientar ao fato de que o lulismo, ainda que o radical da terminologia leve a crer, não diz respeito necessariamente ao fato de Lula estar na frente da Presidência da República, e sim, uma forma de conduzir a política econômica de modo a atender aos interesses dos mais pobres (subproletariados).

O presente capítulo tem como objetivo abordar os aspectos mais pertinentes em Singer (2012) sobre o lulismo. Na primeira seção o texto tem como enfoque estabelecer um breve relato histórico dos governos Lula, sendo que o primeiro de seus governos é marcado pelo aprofundamento das políticas neoliberais herdadas de seu antecessor até como se tornou um governo reconhecidamente popular no final do segundo mandato com uma aprovação recorde de alguém que ocupa o posto da presidência da República no país; em um segundo momento, destaca-se a inflexão na condução da política econômica a partir de Lula II - especialmente a partir da crise econômica mundial do *sub prime*; a terceira seção discorre sobre o realinhamento eleitoral que se dá durante as eleições de 2006 e que medidas de políticas econômicas adotadas a partir do mandato de Lula favoreceram a atração do eleitorado mais pobre (subproletariado); na quarta seção, busca-se compreender o porquê de as camadas sociais mais depauperadas não votarem em Lula até 2006; a quinta seção tem como objetivo apresentar a correlação que Singer (2012) estabelece entre o fenômeno socioeconômico chamado lulismo e o *New Deal* dos Estados Unidos, apresentando ambos, portanto, uma agenda de combate à pobreza de longo prazo; a sexta seção aborda três pontos de vistas que sinalizam o caráter de reformismo fraco do lulismo; penúltima seção disserta sobre o primeiro mandato do governo Dilma Rousseff (2011-2014) e por último há o questionamento sobre se houve ou não a manutenção do realinhamento eleitoral pelo lulismo em duas próximas eleições presidenciais (2010 e 2014).

2.1 - LULA I : UM GOVERNO CONSERVADOR

Esta seção inaugural tem como propósito demonstrar a ruptura ideológica do Partido dos Trabalhadores (PT) durante as eleições presidenciais de 2002 e apresentar dados macroeconômicos decorrentes da perpetuação de políticas econômicas em relação àquelas praticadas pelo governo Fernando Henrique Cardoso (FHC) e compará-los com aqueles encontrados depois de oito anos que o PT assumiu a presidência da República.

Segundo Werneck (2014), o PT passou por uma metamorfose na campanha eleitoral de 2002⁷, tendo em vista que, pelo final de 2000, o partido político defendia a execução de um plebiscito cuja finalidade era o de consultar a população se o governo deveria pagar ou não as dívidas interna e externa do país. Tal consulta incluía não apenas as alas radicais do partido ou o baixo clero, mas também contava com o apoio tanto de dirigentes do partido⁸ como também de economistas simpatizantes⁹.

⁷ Segundo Morais e Saad-Filho (2011), há na literatura duas interpretações do porquê que o PT resolveu “romper com a ruptura”: (i) isso seria um produto de fraqueza ideológica do governo Lula, que tinha escolhido trocar de valores ao chegar no poder (Cardim de Carvalho, 2003; Paulani, 2003) e (ii) a continuidade das políticas econômicas de FHC é fruto da conformidade de correlação de forças políticas (Barbosa e Souza, 2010; Morais e Saad-Filho, 2005; Novelli, 2010; Sallum Jr. e Kugelmas, 2004). Já para Coutinho (2003 *apud* Oliveira, 2012), a adesão ao programa econômico de seu antecessor por Lula se deve a (i) apesar dos compromissos históricos de Lula e do PT, o fato era de a oposição nunca contou com um projeto minimamente consistente de política econômica e, uma vez eleita, teve de agarrar-se ao arsenal de instrumentos e modelos econômicos herdados do governo anterior para governar; (ii) diante da gravidade do quadro macroeconômico no final de 2002 - descontrole da situação cambial e inflacionária -, o governo considerando que “a esquerda não tem liberdade para fazer o que a direita faz”, teria optado “pelo risco menor de execução de políticas convencionais e de grosso calibre, visando à retomada imediata de controle sobre câmbio e inflação e (iii) rápido encaminhamento para votação das reformas tributária e previdenciária que provava que o governo não havia perdido seu rumo.

⁸ “O deputado José Dirceu, então presidente do partido, chegou a apresentar projeto de decreto legislativo oficializando o plebiscito. E economistas mais proeminentes e, supostamente, menos radicais do PT haviam tomado o cuidado de publicar artigos assinados na imprensa dando respaldo pessoal ao plebiscito.” (WERNECK, 2014: 359)

⁹ “A economista Maria da Conceição Tavares, ex-deputada federal do PT e na época conselheira de Lula, escreveu em julho de 2000 artigo defendendo a ideia de que “está mais do que na hora de submeter à população um plebiscito nacional sobre a dívida externa que esclareça os prejuízos decorrentes de manter

Com a perspectiva de vitória do PT, houve uma grande desestabilização da economia decorrente da elevação da incerteza dos agentes econômicos em relação à candidatura de Lula, à medida que ele se firmava como franco favorito às eleições a serem realizadas em final de 2002. Tal cenário macroeconômico que demonstrava deterioração dos indicadores de confiança dos agentes econômicos promoveu *enforcement* para a conversão do PT com a publicação da Carta ao Povo Brasileiro, assinada pelo candidato Lula, o qual se comprometeu a respeitar os contratos firmados pelo país, a garantir a quitação das dívidas interna e externa, a preservar o compromisso com a estabilidade monetária, por meio da manutenção do regime de metas inflacionárias e assegurar a geração de elevados superávits fiscais primários para manter a trajetória da relação dívida/PIB (OLIVEIRA, 2012; WERNECK, 2014).

Ao tomar a decisão de concorrer pela quarta vez em 2002, Lula, juntamente com o núcleo dirigente do PT, resolveu modificar a estratégia que haviam adotado nas eleições anteriores para evitar uma nova derrota: em vez da defesa intransigente de um programa econômico radical, que assustava e unia as elites nacionais contra sua candidatura, adotou uma posição moderada e conciliatória, ainda que crítica, com as regras do jogo para tornar-se confiável aos seus olhos e aos da classe média; em vez da recusa terminante de formar alianças espúrias com partidos fisiológicos para não macular e comprometer as bandeiras de luta do partido estimulou sua realização, visando garantir a chegada ao poder. (OLIVEIRA, 2012: 264)

O Ministério da Fazenda do governo de Lula ficou a cargo do médico do interior paulista Antônio Palocci que “se tornara confiável para o capital estrangeiro, ao [...] decantar [...] as virtudes do modelo econômico e a necessidade de o Brasil continuar enquadrado no mesmo receituário para a política econômica contar com a *credibilidade e reputação* no cenário internacional” (OLIVEIRA, 2012: 266). Para

essa situação de submissão às regras do FMI que mantêm o país prisioneiro do capital financeiro internacional” (Folha de S. Paulo, 02/07/2000).” (GIAMBIAGI, 2011:199)

assumir a presidência do Banco Central, indicou-se Henrique Meirelles, que foi presidente do Banco de Boston entre 1984 e 1996 e Presidente do Global Banking no Fleet Boston Financial, em Boston, EUA, entre 1999 e 2002. Ademais, economistas ligados à Fundação Getúlio Vargas, do Rio de Janeiro - conhecido centro acadêmico conservador - passaram a ocupar postos-chave no Ministério da Fazenda, enquanto o Banco Central continuava a ser dirigido por economistas ortodoxos e profissionais oriundos do mercado financeiro (MORAIS; SAAD-FILHO, 2011). Portanto,

[...] a política econômica implementada pelo governo Lula, em seu primeiro mandato manterá, com fidelidade, a arquitetura do modelo econômico do Plano Real, radicalizando-o em alguns aspectos, mas terminará, ao contrário de FHC, sendo beneficiada por um acontecimento inesperado: ausência de crises externas durante todo este período, combinada com o forte crescimento da economia mundial (OLIVEIRA, 2012: 267)

De acordo com Singer (2012) e Giambiagi (2011), a Carta ao Povo Brasileiro não foi apenas um jogo de cena para poder vencer as eleições presidenciais, dadas as seguintes medidas tomadas pelo governo¹⁰:

¹⁰ “Nos primeiros dois ou três meses do seu governo, ainda predominava na linha ”Lula, paz e amor”. Visitou o sertão nordestino, a favela Brasília Teimosa no Recife e fez alarde em torno do programa Fome Zero. Ou seja, acenava com a ampliação das políticas sociais compensatórias, que é a proposta do social-liberalismo. Passados dois ou três meses, foi obrigado, devido à sua própria decisão de elevar o superávit primário, a abandonar os moradores das favelas, já que cortou 85% da verba destinada ao Ministério das Cidades, e se viu, pelas mesmas razões, obrigado a reduzir a ambição do programa Fome Zero. Passou, então, a uma linha mais agressiva - não com os banqueiros, mas com o funcionalismo público. Em meados de 2003, para tocar adiante a reforma fiscal da previdência, quase toda a equipe do governo Lula passou a enfatizar a crítica aos chamados privilégios do servidor público. Seus ministros - Palocci, Gushiken, Berzoini e Guido Mantega - se revezam na crítica e na ofensa aos servidores públicos e aos aposentados em geral, apresentados à nação como trastes indesejáveis. Na linha da ação populista positiva, o governo lançou, em julho, uma nova política compensatória: o microcrédito para empréstimos de até mil reais” (BOITO JR., 2003: 33-34)

- 1) Política de restrição monetária: nos dois primeiros meses de 2003, o Comitê de Política Monetária (COPOM) do Banco Central (BACEN) aumentou os juros de 25 % para 26,5 %;
- 2) Para honrar compromissos oriundos do primeiro item e sem que nenhuma exigência tenha sido feita pelo FMI (Fundo Monetário Internacional) o governo aumentou de 3,75 para 4,25 % a meta de superávit primário para 2003 e manutenção da mesma na Lei de Diretrizes Orçamentárias para o triênio 2004-2006¹¹;
- 3) Política de restrição fiscal ao promover corte de R\$ 14,3 bilhões de reais no orçamento público - quase 1 % do produto estimado para aquele ano;
- 4) O poder de compra do salário mínimo se manteve praticamente congelado em 2003 e em 2004;
- 5) No final de abril de 2003, o presidente Lula entrega ao Congresso projeto de reforma conservadora da Previdência Social. Entre outros itens, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 40 acabava com a aposentadoria integral dos futuros servidores públicos.

A adoção de medidas ortodoxas trouxe impactos negativos à economia: (i) o crescimento econômico caiu de 2,7 % nos últimos doze meses de Fernando Henrique Cardoso (FHC) para 1,3 % do PIB nos primeiros doze meses do governo Lula; (ii) o desemprego aumentou, passando de 10,5 % no último dezembro tucano para 10,9 % no primeiro dezembro petista; (iii) a renda média do trabalhador caiu 12,3 %; (iv) as instituições financeiras tiveram resultado 6,3 % maior. Assim, Oliveira (2003) teria chegado à constatação de que o Brasil era um país de acumulação truncada e de uma desigualdade sem remissão.

No entanto, passados oito anos, o cenário econômico era outro : (i) em dezembro de 2010 os juros tinham caído para 10,75 % ao ano, com taxa real de 4,5 %; (ii) a meta de superávit primário fora reduzida para 2,8 % do PIB; (iii) aumento real do salário mínimo de 6 % apenas para aquele ano de 2010, no acumulado entre 2003 e 2010, houve uma valorização real na ordem de 50 % no período; (iv) cerca de 12 milhões de famílias de baixíssima renda recebiam um auxílio entre 22 e 200 reais

¹¹ “A disposição do governo de elevar ainda mais a taxa básica de juros e anunciar uma meta de política fiscal mais apertada foi decisiva para que a incredulidade do mercado financeiro afinal cedesse.” (WERNECK, 2014: 363)

por mês do Programa Bolsa Família (PBF); (v) o crédito havia se expandido de 25 % para 45 % do PIB, possibilitando o acesso ao consumo das classes sociais mais desfavorecidas, em especial, devido ao crédito consignado. As consequências macroeconômicas foram bastante exitosas: (i) crescimento econômico de 7,5 % em 2010 e (ii) taxa de desemprego na ordem de 5 %, o que se configura para determinados economistas, uma taxa de pleno emprego. Quanto ao grau de concentração de renda, o índice de Gini havia progredido de 0,5886 em 2002 para 0,5304 em 2010. Em entrevista concedida ao jornal Valor Econômico, a economista Maria da Conceição Tavares assinalava que o governo Lula estava tocando três coisas relevantes: “crescimento, distribuição de renda e incorporação social”. Sendo assim, o autor comparando as observações de Oliveira e Tavares, arremata:

O país teria dado seguimento à vocação conservadora, que afogara, no passado, as possibilidades de desenvolvimento democrático, ou estariam certas as avaliações de que a aceleração do crescimento e a redução da desigualdade inauguravam etapa distinta? E, caso estivessem corretas as perspectivas otimistas, como teria sido possível destravar a economia e reduzir a iniquidade sem radicalização política, numa transição quase imperceptível do viés supostamente neoliberal do primeiro mandato para o reformismo do segundo? (SINGER, 2012: 12-13)

Para Singer (2012) teria havido a partir de 2003 uma orientação política que permitiu, contando com a mudança da conjuntura econômica internacional, adoção de políticas para reduzir a pobreza e para a ativação do mercado de consumo de massas interno sem confrontar os interesses do capital. Com a principal crise política que atinge o Partido dos Trabalhadores (PT) - crise do mensalão - foi possível se promover um realinhamento eleitoral que se consolida em 2006. Assim, o surgimento de uma base lulista a partir do segundo mandato, teria permitido ao presidente Lula acelerar o processo de redução da pobreza.

2.2 - LULA 2: A INFLEXÃO ECONÔMICA

A presente seção tem como propósito apontar como se deu a modificação econômica dentro da equipe econômico do governo Lula (desenvolvimentista X ortodoxos) (BARBOSA; SOUZA, 2010).

A partir de 2006 e, especialmente, durante o segundo governo Lula (2007- 2010), a política econômica brasileira sofreu uma inflexão, e os resultados macroeconômicos foram positivos em termos do crescimento do PIB, fortalecimento de grandes empresas nacionais (estatais e privadas), distribuição de renda e redução da pobreza (MORAIS; SAAD-FILHO, 2011: 516)

Segundo Barbosa e Souza (2010), havia no governo Lula duas visões sobre a economia: uma mais próxima ao chamado Consenso de Washington (neoliberal) e outra defensora de um papel mais ativo do Estado no desenvolvimento econômico e social (desenvolvimentista) e, como visto, nos três anos iniciais do governo Lula, a visão neoliberal predominou nas ações de política econômica. Segundo tal abordagem, o crescimento da economia não depende de fatores de curto prazo e, assim, o próprio crescimento não pode ser afetado de forma permanente pela política macroeconômica. Assim, medidas de estímulo monetário, fiscal ou cambial, teriam influência pequena ou, na maioria das vezes, danosa sobre a economia (BARBOSA; SOUZA, 2010). No entanto,

apesar de um forte ajuste macroeconômico (de inspiração ortodoxa) em 2003-2005, a taxa de crescimento do PIB não se acelerou significativamente, conforme seria esperado. Um novo período de elevação da taxa básica de juros entre setembro de 2004 e meados de 2005 — justificado pela “visão predominante da equipe econômica da época” — frustrou o crescimento em 2005, apesar da duplicação das exportações e de uma expansão creditícia apoiada por reformas microeconômicas, especialmente as mudanças na lei de falência e a criação do crédito consignado às rendas de salário e de aposentadorias da previdência social pública (MORAIS; SAAD-FILHO, 2011: 517)

Assim, o grupo ortodoxo foi perdendo espaço dentro do governo Lula e os desenvolvimentistas ganharam força política e propuseram três frentes de ação junto ao governo federal, de acordo com Barbosa e Souza (2010):

(i) a adoção de medidas temporárias de estímulo fiscal e monetário para acelerar o crescimento e elevar o potencial produtivo da economia;

(ii) a aceleração do desenvolvimento social por intermédio do aumento nas transferências de renda e elevação do salário mínimo;

(iii) aumento no investimento público e a recuperação do papel do Estado no planejamento de longo prazo.

Todavia, tais frentes de ação vão poder contar como apoio político o subproletariado de Singer (2012) a partir das eleições presidenciais de 2006, como será visto peça seção a seguir.

2.3 - REALINHAMENTO ELEITORAL

A presente seção tem como objetivo validar a hipótese levantada por Singer (2012), segundo o qual teria havido um realinhamento eleitoral nas eleições de 2006. Para isso, serão apresentados dados estatísticos (mapas, tabelas e infográfico) relativos à distribuição de voto adotando como critério ou o nível de escolaridade ou a renda familiar. Por último, buscar-se-á investigar as motivações econômicas por trás da votação de Lula em 2006 por aquilo que Singer chamou de subproletariado.

De acordo com Singer (2012), o termo “realinhamento eleitoral” foi elaborado nos Estados Unidos para designar a mudança de clivagens fundamentais do eleitorado, que definem um ciclo político longo. Assim, certas conversões de blocos de eleitores são capazes de determinar uma agenda de longo prazo, da qual sequer a oposição ao governo consegue fugir.

Então, Singer (2012) estabelece um paralelo da chegada de Lula ao poder em 2002 com a chegada de Franklin Roosevelt em 1932, quando se forma uma nova maioria capaz de eleger uma agenda política de longo prazo durante a vigência do realinhamento¹². Tanto nos

¹² Independente de quem ocupe o poder, a exemplo do que ocorrera nos Estados Unidos em 1952 e 1956 com vitória dos republicanos e depois vitória dos democratas em 1960 e 1964.

Estados Unidos de Roosevelt quanto no Brasil de Lula a agenda nacional era pautada pelo combate à pobreza. No caso do Brasil, ainda que adoção da nova agenda se inicie em 2002, é apenas em 2006 que se dá a consolidação do lulismo e o realinhamento eleitoral, em uma eleição marcada, por um lado, pelo afastamento de eleitores da classe média em razão das denúncias de corrupção (crise do mensalão¹³) e sua adesão à candidatura do PSDB (Partido da Social Democracia Brasileira) - bloco do antilulismo. Por outro lado, ocorre uma forte aderência do subproletariado¹⁴.

2.3.1- Eleições de 2006

A polarização entre ricos e pobres¹⁵ é visível por meio de dados estatísticos: a reprovação de Lula saltou de 16 % para 40 % entre o eleitorado de ensino superior¹⁶. Depois de três meses, ainda que 65 % dos mais ricos preferiam o pré-candidato do PSDB, nos estratos mais pobres da sociedade (famílias que tinham como renda até cinco salários mínimos) ocorria justamente o contrário: maior aprovação do governo Lula¹⁷ (SINGER, 2012).

¹³ Segundo Singer (2012), o mensalão teria sido um “cerco político-midiático ao presidente” (SINGER, 2012:53), deixando ele na defensiva durante seis meses. Considera-se, portanto, que a fase aguda com reportagem da Veja de 14 de maio 2005 e terminou quando o presidente Lula concedeu entrevista ao Roda Viva em novembro do mesmo ano.

¹⁴ O subproletariado consiste no grupo de trabalhadores que “oferecem a sua força de trabalho no mercado sem encontrar quem esteja disposto a adquiri-la por um preço que assegure sua reprodução em condições normais” (SINGER, 1981:22 apud SINGER, 2012:77). Neste grupo incluem-se empregados domésticos, assalariados de pequenos produtores direto e trabalhadores destituídos de condições mínimas de participação na luta de classes (SINGER, 1981).

¹⁵ Singer (2012) destaca a objeção feita por Oliveira no que diz respeito a este tipo de polarização. A crítica de Oliveira (2003) reside no fato de que não seria possível que 40 milhões de votantes de Alckmin fossem “ricos”. No entanto, Singer faz a ressalva dizendo que dadas as disparidades de renda no país, toda a população que não for composta pelo estrato de baixíssima renda (subproletariado) acaba sendo enquadrado como rico, ou seja, este último grupo também é composto por membros de classe média e classe trabalhadora.

¹⁶ Folha de São Paulo de 23 de outubro de 2005 apud Singer, 2012

¹⁷ Folha de São Paulo de 5 de fevereiro de 2005 apud Singer, 2012.

Segundo Singer (2012), o acirramento de classes sociais iria se fortalecer ao longo de 2006, de tal maneira que, havia uma correlação inversa entre renda e o voto no ex-metalúrgico do ABC, ou seja, os estratos sociais que detinham menor poder aquisitivo votavam mais em Lula, ao passo que setores mais escolarizados e com maior acesso à renda destinariam votos ao então pré-candidato Geraldo Alckmin do PSDB (ver Tabela 1).

Tabela 1: Intenção de voto por renda familiar no 1º turno de 2006

	Até 2 SM	+ de 2 a 5 SM	+ de 5 a 10 SM	+10 SM	TOTAL
Lula	55 %	41 %	30 %	29 %	45 %
Alckmin	28 %	38 %	45 %	44 %	34 %
Heloísa	6 %	9 %	14 %	11 %	9 %
Cristovam	1 %	3 %	4 %	5 %	2 %
Outros	1 %	1 %	0,3 %	1 %	1 %
BR/Nulos /Ind.	8 %	9 %	7 %	9 %	9 %
TOTAL	100 %	100 %	100 %	100 %	100 %

FONTE: IBOPE. PESQUISA COM AMOSTRA NACIONAL DE 3010 ELEITORES REALIZADA ENTRE 28 E 30 DE SETEMBRO DE 2006 apud SINGER (2012: 55)

Tabela 2: Intenção de voto por renda familiar mensal no 2º turno de 2006

	Até 2 SM	+ de 2 a 5 SM	+ de 5 a 10 SM	+10 SM	TOTAL
Lula	64 %	56 %	44 %	36 %	57 %
Alckmin	25 %	35 %	46 %	54 %	33 %
BR/Nulos /ind	10 %	9 %	11 %	10 %	10 %
Total	100 %	100 %	100 %	100 %	100 %

FONTE: IBOPE. Pesquisa com amostra nacional de 8680 eleitores realizada entre 26 e 28 de outubro de 2006 apud Singer (2012: 56)

Como se vê na Tabela 1, nas vésperas das eleições de primeiro turno em 2006, Geraldo Alckmin quase que empata com Lula entre o

grupo que comporta aqueles que deduzem renda entre dois e cinco salários mínimos. Entretanto, ao verificar o eleitorado de baixíssima renda (até dois salários mínimos) torna-se discrepante a diferença, conferindo a Lula uma margem superior em torno de 26 pontos percentuais. Por outro lado, Alckmin consegue vantagem considerável na outra ponta da sociedade brasileira, com uma vantagem de 15 pontos percentuais entre aquele grupo que angaria mais de dez salários mínimos.

Já na Tabela 2 é possível se confirmar a clivagem social que se iniciou no primeiro turno. Enquanto que o candidato petista conseguiu obter 39 pontos percentuais acima do seu adversário no estrato de renda de até dois salários mínimos, o candidato da oposição Alckmin obteve vantagem expressiva nas camadas mais afortunadas na sociedade, aferindo, portanto, uma vantagem de 18 pontos percentuais entre aqueles que pertencem a famílias que ganham mais de dez salários mínimos.

Ainda que tenha havido igual vitória do candidato do PT, as eleições de 2002 apenas apresentam o aspecto numérico como denominador comum em comparação com as eleições de 2006. No que diz respeito ao perfil do eleitorado, Segundo Holzacker e Balbachevsky (2007), o voto em Lula não estava associado a nenhum estrato social, ao passo que, em 2006, os eleitores de classe baixa estavam mais inclinados a darem seu voto a Lula (ver Tabela 3).

Assim como há uma clivagem sob a ótica da renda, há também em relação à escolaridade. Ao observar a Tabela 3, é possível comparar o desempenho de Lula nos segundos turnos dos pleitos de 2002 e 2006 quanto ao nível de renda do eleitorado. Nos estratos de renda mais elevados, Lula (2002) leva a melhor se comparado com Lula (2006) em 11 % e 22 % para os estratos de renda entre cinco e dez salários mínimos e entre cinco e dez salários mínimos, respectivamente. No entanto, estratos de renda mais baixo, quem ganha é Lula (2006) em comparação com Lula (2002), ganhando 12 % e 3 % nos estratos de renda de até um salário mínimo e de um a dois salários mínimos, respectivamente.

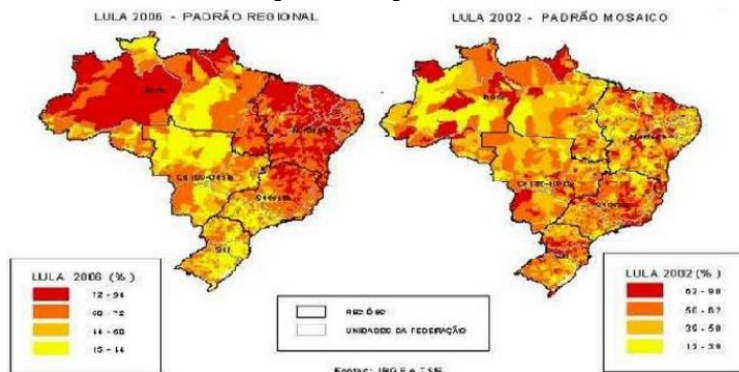
Tabela 3: Intenção de voto por renda familiar no 2º turno das eleições de 2002 e 2006 (em %)

	Eleições de 2002		Eleições de 2006		Dif. 06-02
	Lula	Serra	Lula	Alckmin	
Até 1 SM	57	35	69	24	12
De 1 a 2 SM	60	31	63	31	3
De 2 a 5 SM	61	31	58	36	-3
De 5 a 10 SM	62	31	51	45	-11
Acima de 10 SM	57	33	35	60	-22

FONTE: Pesquisas Ibope 21 de outubro de 2002 e 26 de outubro de 2006 *apud* SINGER (2012) **Nota:** Os dados são das respostas estimuladas. SM = Salário mínimo

No Infográfico 1 é possível comparar a distribuição de votos em Lula entre 2002 e 2006, comparando seus resultados nos segundos turnos. Apreende-se que na primeira eleição de Lula, as regiões nas quais ele obtém maior votação (mais vermelho) são um tanto quanto dispersas no mapa do Brasil, se localizando, por ora ou outra, em regiões metropolitanas. A partir de 2006, devido à adesão da fração de classe dos subproletários, a votação em Lula é marcadamente regional, ficando mais acentuando nas regiões mais pobres do Brasil (Norte e Nordeste).

Infográfico 1: Padrões Espaciais de Votação de Lula 2006 e 2002 - % de votos por município (2º turno)



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e Tribunal Superior Eleitoral (TSE)

Ao estabelecer um comparativo entre as tabelas 3 e 4, há uma correlação entre os votantes de Lula nos segundos turnos, ou seja, à medida que se desloca a observação para os estratos de escolaridade mais elevados, Lula (2006) perde votos proporcionais em relação a Lula (2002) - 9 % e 18 % para os níveis médio e superior, respectivamente. Ao passo que ganha votos proporcionais nas faixas de escolaridade nas quais estaria a população de baixíssima renda do lulismo, ganhando votos proporcionais de 10 % e 2 % entre o grupo até quarta série e oitava série, respectivamente.

Tabela 4: Intenção de voto por escolaridade nos segundos turnos de 2002 e 2006 (em %)

	Eleições de 2002		Eleições de 2006		Dif. 06-02
	Lula	Serra	Lula	Alckmin	
Até 4ª série	56	33	66	23	10
Até 8ª série	60	32	62	26	2
Ensino médio	64	29	55	40	-9
Ensino superior	61	32	43	47	-18

FONTE: Pesquisas Ibope 21 de outubro de 2002 e 26 de outubro de 2006.

Nota: Os dados são respostas estimuladas.

2.3.2 - As bases materiais da adesão do subproletariado

Para o cientista político da Vox Populi se apontou que

as primeiras pesquisas feitas após o começo do governo captaram uma nítida mudança nas atitudes dos eleitores de classe popular, apontando para o aumento de sua autoestima e da confiança, de que o Brasil iria melhorar, agora que as políticas de governo passariam a ter outra intenção e finalidades: um governo diferente, com gente diferente, fazendo coisas diferentes (COIMBRA, 2007: 7).

A aprovação do governo, segundo Coimbra (2007), foi de que houve aumento do poder aquisitivo de eleitores, com maiores gastos tanto em bens de consumo tradicionais (alimentos, calçados, material de construção) quanto em bens de consumo novos, a exemplo de celulares, DVDs, passagens aéreas.

2.3.2.1 - Bolsa Família

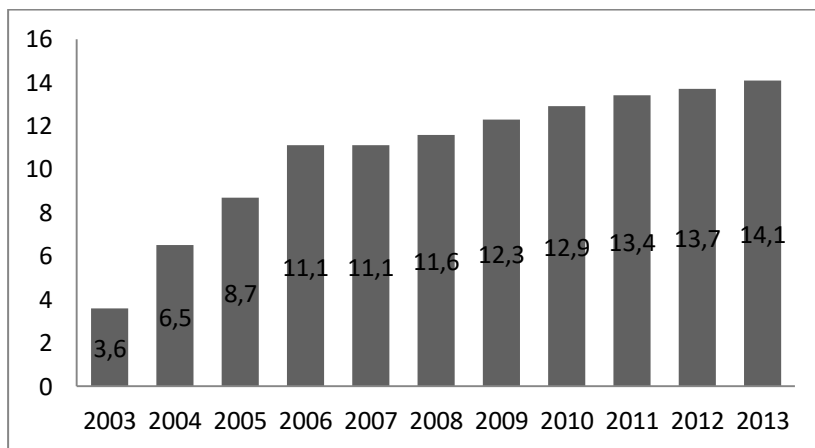
Em primeiro lugar, o Programa Bolsa Família (PBF)¹⁸, o qual se iniciou em setembro de 2003, promove uma gradual melhora nas condições de vida dos mais pobres. Em 2004, o programa recebeu verba 64 % maior e, em 2005, quando explode o “mensalão”, teve um aumento de outros 26 %, mais do que duplicando o número de famílias atendidas - passando de 3,6 milhões em 2003 para 8,7 milhões em 2005 – a conferir pelo gráfico 4. Perto das eleições de 2006, o número de famílias foi de 11,4 milhões (SINGER, 2012).

“A expansão do Programa foi rápida mesmo nos estados e municípios comandados pela oposição. Ao final de 2004, alcançou 59 % de sua meta, ao final de 2005 chegou a 80 %, finalmente alcançado 100 % da sua meta de 11,1 milhões e famílias em junho de 2006” (TCU, 2007 apud LÍCIO; RENNÓ; CASTRO, 2009:35).

Para estabelecer uma relação entre o PBF e votação em Lula em 2006, Carrerão (2007) aponta que Lula teve 60 % dos votos válidos do Nordeste ao passo que apenas 33 % no Sul no primeiro turno, levando em consideração que o investimento em PBF no Nordeste foi três vezes maior do que no Sul. Além disso, “Lula obteve percentualmente mais votos nos municípios que receberam mais recursos per capita do Bolsa Família” (NICOLAU; PEIXOTO, 2007: 21).

Como se pode observar o gráfico 4, o ritmo de crescimento de valores transferidos (em bilhões de reais) é maior do ritmo de crescimento de famílias atendidas. Entre 2001 e 2013, por exemplo, o número de famílias atendidas continua em um mesmo patamar, ao passo que os recursos destinados às mesmas no período crescem cerca de 40 % em termos nominais.

¹⁸ O PBF foi a unificação de programas de transferência de renda que existiam no governo de Fernando Henrique (auxílio gás, bolsa escola, etc.), os quais eram uma “cópia” de programas de transferência de renda de governos locais do PT (SINGER, 2012). Segundo Barbosa e Souza (2010), o programa se destina a famílias em situação de extrema pobreza e requer como contrapartida dos beneficiários o acompanhamento da saúde, da nutrição e da frequência escolar das crianças das famílias atendidas.

Gráfico 4: Bolsa Família – Número de Famílias Atendidas (Milhões)

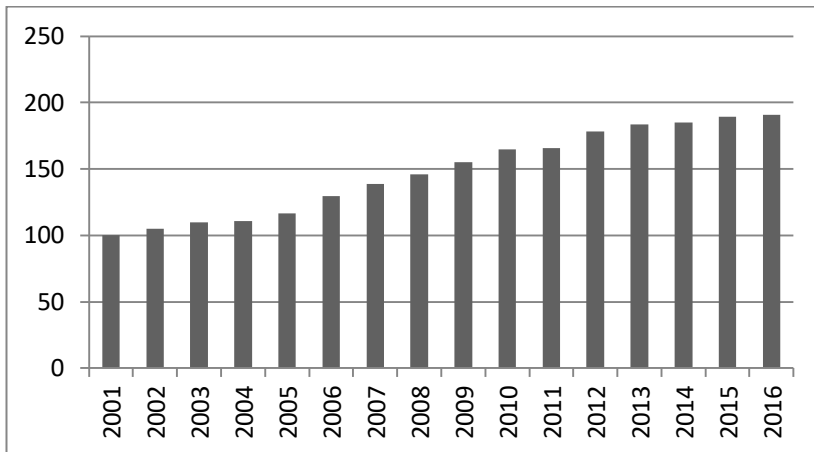
FONTE: Ministério do Desenvolvimento Social

2.3.2.2 - Política de Valorização do Salário Mínimo

Em segundo lugar, houve incremento de renda nas camadas mais pobres também via valorização real do salário mínimo¹⁹, a qual, em consonância com o PBF exerceria um papel fundamental em dinamizar as áreas mais pobres do país, nas quais se dão as atividades de pequeno comércio e atividades econômicas vinculadas ao varejo (HUNTER; POWER, 2007 apud SINGER, 2012)

De acordo com o gráfico 5, nos dois governos de FHC - entre 1994 e 1998 - o salário mínimo teve uma valorização de 40,1 % ao longo período, o que confere um crescimento real médio de 4,34 % ao ano. Entre 2002 a 2010 (dois governos Lula), a valorização acumulada do salário mínimo é de 49,31 %, o que sinaliza um crescimento médio de 5,13 % ao ano. Em resumo, comparando a taxa de crescimento médio entre os governos FHC e Lula - 4,34 % e 5,13 %, respectivamente, portanto a taxa de crescimento do governo Lula foi de cerca de 0,8 ponto percentual se comparado ao período FHC.

¹⁹ A valorização do salário mínimo se dá na ordem de 25 % no primeiro governo Lula. O impacto do aumento real do salário mínimo é significativo para a economia, na medida em que cerca de 10 % da população (beneficiários da Previdência) tinham como receita um salário mínimo. Ver Folha de São Paulo, 17 de fevereiro 2011.

Gráfico 5: Evolução do Salário Mínimo Real (2001 = 100)

FONTE: DIEESE e IPEADATA. Deflacionado pelo IPCA.

Ao estratificar o período Lula entre o primeiro mandato (pré-lulismo) e o segundo mandato (lulismo), no primeiro e no segundo mandato houve valorizações acumuladas do salário mínimo de, respectivamente, 27,18 % e de 17,39 %. Isto significa que, no período pré-lulismo e no lulismo houve valorizações médias de 6,19 % e de 4,09 % ao ano, respectivamente.

2.3.2.3 - Crédito Consignado

Em terceiro lugar, houve a inovação do crédito consignado. Como destaca os economistas pertencentes ao staff econômico à época:

Fruto de uma iniciativa da Central Única dos Trabalhadores (CUT), o crédito consignado começou com um acordo entre os sindicatos e as instituições financeiras ao final de 2003. Nos anos seguintes, o mesmo produto foi estendido aos servidores públicos e aos aposentados pelo INSS, ampliando substancialmente a oferta de crédito às famílias. Apesar das altas taxas reais de juros cobradas no crédito consignado, o crescimento dos salários reais e a grande demanda reprimida

de crédito por parte das famílias brasileiras acabariam resultando em um crescimento acelerado de tais operações a partir de 2004 (BARBOSA; SOUZA, 2010: 66).

Concebido em 2004, o crédito consignado permitia aos bancos descontar mensalmente da folha de pagamento do assalariado ou do aposentado as parcelas de seu empréstimo. Como a parcela era retida diretamente da folha de pagamentos, o nível de inadimplência cai, o que, por sua vez, reduz o risco de empréstimos da instituição financeira, o que diminui a taxa de juros (SINGER, 2012).

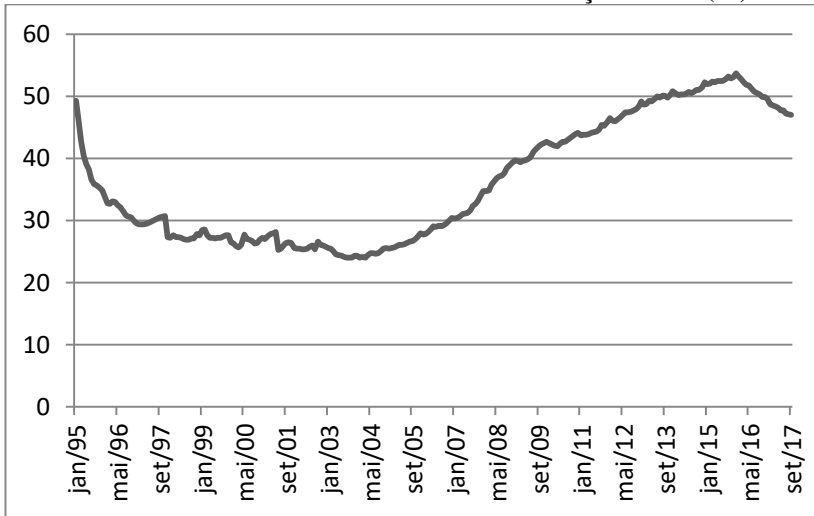
Portanto, com uma taxa de juros mais competitiva, o crédito consignado tinha como objetivo “expandir o financiamento popular, que inclui uma multiplicação expressiva do empréstimo à agricultura familiar [...], do microcrédito e da bancarização de pessoas de baixíssima renda” (SINGER, 2012: 67).

Como se pode observar pelo gráfico 6, o crédito total como percentual do produto interno bruto da economia brasileira alcança seu menor patamar em 2003 – na faixa de 24 % - e graças à reativação do mercado de consumo de massas e inovações e reformas microeconômicas – a exemplo do crédito consignado – em 2014 tal patamar alcança o percentual de 58,9 %.

Sendo assim, a conjunção do tripé formado por PBF, política de valorização do salário mínimo e crédito consignado fez com que a economia voltasse a crescer e a gerar empregos entre os anos de 2004 e 2005, sendo puxado pelo consumo das famílias.

Ao observar o gráfico 7, percebe-se que no primeiro ano do mandato do governo Lula o consumo das famílias apresenta um efeito negativo como uma resposta ao aprofundamento da política econômica conservadora (elevação da meta do resultado primário, aumento da taxa básica de juros, redução dos gastos). No entanto, já a partir de 2004, o consumo das famílias apresenta uma aceleração de crescimento que vai até 2007- o qual apresenta um crescimento anual médio de 4,9 % ao ano. Depois disto há uma desaceleração - ainda que presente crescimento anual positivo - até 2009.

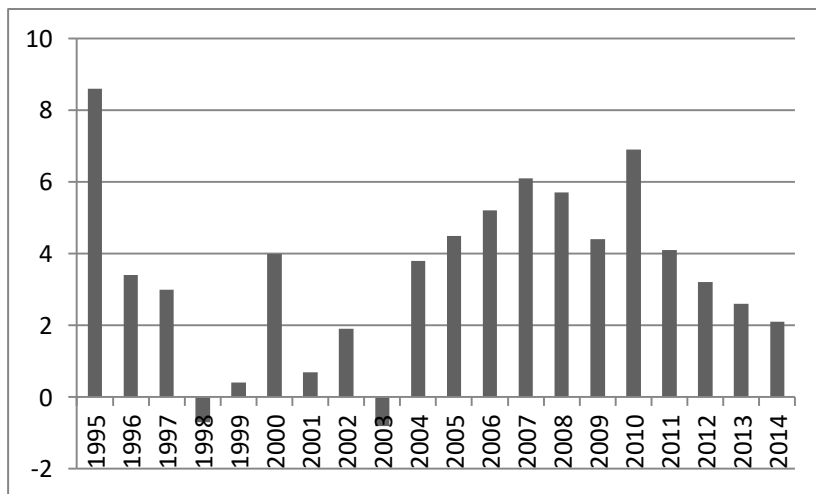
Em resumo, os dados estatísticos evidenciam que a hipótese de Singer (2012) no curto prazo é mantida como verdadeira, no entanto, se o realinhamento eleitoral vai perdurar no longo prazo, apenas o tempo aliado a pesquisas podem dizer no futuro.

Gráfico 6: Saldo da carteira de crédito em relação ao PIB (%)

FONTE: Banco Central do Brasil (BCB)

As bases materiais que atraíram o voto do subproletariado - o tripé de políticas econômicas (Bolsa Família, crédito consignado e valorização do salário mínimo) como apontam os gráficos evidenciam uma preferência do eleitorado de baixíssima renda à candidatura Lula em 2006. No entanto, professor de Economia da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) sinaliza que

é verdade que a retomada do crescimento em 2005 foi favorecida pela elevação do piso salarial, ampliação do gasto social e inovações financeiras (crédito consignado e microcrédito). É, contudo, improvável que esses efeitos dinâmicos iniciais, observados durante a fase de criação ou forte expansão de políticas redistributivas, possam ser repetidos indefinidamente, sustentando a longo prazo a estratégia de desenvolvimento. Isso exigiria graus de liberdade inexistentes no orçamento fiscal e da seguridade social (BASTOS, 2012: 795)

Gráfico 7: Variação Anual do Consumo das Famílias (em %)

FONTE: IBGE

Tal trecho de Bastos sinaliza o esgotamento do modelo distributivo que se vê no final de Lula 2, no entanto, antes de adentrar a esta discussão, a seção seguinte tem como objetivo analisar o porquê de o subproletariado ter se comportado historicamente de maneira conservadora nas eleições.

2.3.3 - O Conservadorismo Popular

Segundo Singer (2012), o único momento em que houve polarização por renda desde o processo de redemocratização foi durante o segundo turno nas eleições presidenciais de 1989. Collor conseguiu uma diferença de 10 pontos percentuais no estrato de renda que aferia até dois salários mínimos, Lula obtinha vantagem semelhante nos estratos mais abastados (com mais de dez salários mínimos) (ver Tabela 5). Ao contrário do pleito de 2006, nas eleições de 1989 era o adversário de Lula que ganhava mais sufrágios à medida que se reduzia a renda do eleitorado, ao ponto de Lula ter feito o seguinte discurso:

Tabela 5: Intenção de voto por renda familiar no segundo turno de 1989

	Até 2 SM	+ de 2 a 5 SM	+ de 5 a 10 SM	+10 SM
Collor	51 %	43 %	40 %	40 %
Lula	41 %	49 %	51 %	52 %
BR/Nulos/ind	8 %	8 %	9 %	8 %
Total	100 %	100 %	100 %	100 %

FONTE: IBOPE. Pesquisa com amostra nacional de 3650 eleitores realizada entre 13 e 16 de dezembro de 1989 APUD SINGER (1990)

A verdade nua e crua é que quem nos derrotou, além dos meios de comunicação, foram os setores menos esclarecidos e mais desfavorecidos da sociedade [...]. Nós temos amplos setores da classe média com a gente - uma parcela muito grande do funcionalismo público, dos intelectuais, dos estudantes, do pessoal organizado em sindicatos, do chamado setor médio da classe trabalhadora. [...] A minha briga é sempre esta: atingir o segmento da sociedade que ganha salário mínimo. Tem uma parcela da sociedade que é ideologicamente contra nós, e não há por que perder tempo com ela: não adianta um empresário que é contra o Lula a ficar do lado do trabalhador. Nós temos que ir para a periferia, onde estão milhões de pessoas que se deixam seduzir pela promessa fácil de casa e comida (SINGER, 1990b: 98-99).

Segundo Singer (2012), a perda do eleitorado mais pobre por parte do PT em 1989 se devia a uma postura mais conservadora deste próprio eleitorado. De acordo com pesquisa, por exemplo, os eleitores de baixíssima renda eram mais hostis à greve em comparação com o eleitorado mais abastado, ao contrário do que se pressupõe o senso comum.

Portanto, o subproletariado era avesso tanto às greves quanto à candidatura de Luís Inácio Lula da Silva em 1989, à medida que a imagem de Lula está muito “colada” à ideia de greve. De acordo com Singer (2012), tal fração de classe podia ser considerada como uma direita peculiar, na medida em que era favorável à intervenção do Estado à economia sem, contudo, defender movimentos que viessem a

desestabilizar a ordem. Como a esquerda era tida como uma solução que colocava a ordem em risco, então, era preterida em relação à direita. Assim, a solução para combater as desigualdades deveria vir do alto (Estado), de uma autoridade constituída que pudesse defender os mais pobres sem ameaçar a estabilidade.

Tabela 6: Concordância/discordância com o uso de tropas contra greves por renda familiar mensal, 1990

	Até 2 SM	+ de 2 a 5 SM	+ de 5 a 10 SM	+10 SM	+ de 20 SM
Concorda	41,6 %	24,3 %	15,7 %	15,7 %	8,6 %
Discorda	49,2 %	63,9 %	72,1 %	70,1 %	73,6 %
Depende	4,4 %	8,1 %	9,7 %	13,4 %	13,4 %
Não sabe	4,8 %	3,7 %	2,5 %	0,7 %	4,3 %

FONTE: CULTURA POLÍTICA (CONSÓRCIO USP/CEDEC/DATAFOLHA), PESQUISA REALIZADA COM AMOSTRA NACIONAL DE 2480 ELEITORES DE MARÇO DE 1990 APUD SINGER (1993)

Como sinaliza Singer (2012), ainda que tenha ocorrido o impedimento do presidente Collor, isto não afetou o comportamento do eleitorado mais pobre nas próximas eleições presidenciais de 1994 e 1998, dando continuidade, portanto, ao “conservadorismo popular”. Assim, nas duas campanhas seguintes, Fernando Henrique Cardoso conseguiu mobilizar eleitores de menor renda contra a esquerda.

Segundo Mendes e Venturi (1994 apud Singer, 2012), o melhor resultado de Lula em 1994 ocorreu entre estudantes, assalariados registrados com escolaridade secundária ou superior e entre a burocracia, enquanto que trabalhadores sem registro formal deram maior votação ao candidato Fernando Henrique. Já em 1998, a campanha conseguiu convencer de que Fernando Henrique seria melhor condutor no país em meio à crise internacional que ameaçava a estabilidade conquistada quatro anos antes²⁰. É apenas em 2002 que o ex-metalúrgico do ABC consegue vencer as eleições presidenciais

depois de unir-se a partido de centro-direita, anunciar candidato a vice de extração empresarial,

²⁰ Ver Paul Singer, “No olho do furacão”, Teoria e Debate, vol. 2, n. 2, dez. 1994

assinar carta-compromisso com garantias ao capital e declarar-se o candidato da paz e do amor, Lula contava com menos intenção de eleitores de renda mais baixa do que entre os de renda superior (SINGER, 2012: 62).

Para Hunter e Power (2007:334 apud Singer, 2012), “nas quatro tentativas de Lula [...], ocorridas entre 1989 e 2002, encontram-se os eleitores com maior nível de escolaridade, concentrados principalmente nos estados mais urbanos e industriais do Sul e Sudeste”. Na seção a seguir, Singer (2012) aponta a analogia entre o lulismo e o *New Deal* norte-americano.

2.4 -O *NEW DEAL* BRASILEIRO

A presente seção tem como foco tratar a agenda política nacional de combate à pobreza no governo Lula. Na primeira fase de seu mandato, ainda que tenha que acomodar a política econômica aos interesses do capital com aprofundamento das políticas ditas ortodoxas, a equipe econômica não negligenciou as camadas mais pobres da população. Assim, em um segundo momento, apresenta-se dados estatísticos acerca do aumento da “classe C” e a concomitante redução de pobres no país.

Ao citar Marx, segundo o qual é comum aos atores de certa época buscar imagens no passado para as ações no presente, o cientista social Singer (2012) estabelece no terceiro capítulo do seu livro um paralelo entre o governo de Roosevelt nos Estados Unidos da década de 1930 (*New Deal*) com o segundo mandato do governo de Lula. Para o autor, “a instauração de ambiente rooseveltiano no país foi alavancada a partir de 2007 pela aceleração do crescimento, pela geração de emprego e pelo modo de enfrentar a crise financeira internacional de 2008” (SINGER, 2012: 126). Para embasar tal comparação, Singer (2012) elenca três aspectos:

- 1) Para Hunter e Power (2007) o Programa Bolsa Família²¹, lançado em 2003, é comparável ao *Social*

²¹ Para Hunter e Power (2007), assim como o Social Security Act, o Programa Bolsa Família se tornaria um “terceiro trilho”, ou seja, aquilo que é intocável sob pena de morte política. Vale ressaltar que a candidata Dilma Rousseff tinha

Security Act, um sistema de previdência pública instituído por Roosevelt em 1935;

- 2) Sob a ótica de dois economistas que pertenceram ao *staff* econômico do governo Lula,

a superação de dogmas recentes encontra paralelos em momentos nos quais os Estados das economias capitalistas centrais optaram pela ruptura de seus modelos de atuação [...]. Assim foi, por exemplo, com o G. I. Bill (1944) e com o *Employment Act* (1946) [...] (BARBOSA; SOUZA, 2010:98 apud SINGER, 2012:127).

Segundo Singer (2012), o G.I. Bill dava direito aos militares veteranos dos Estados Unidos que retornavam da Segunda Guerra Mundial a ingressar nas universidades, enquanto que o *Employment Act* atribuiu ao governo federal norte-americano à incumbência de promover oportunidades de emprego. Por último, desde a Segunda Guerra o governo americano havia reconhecido sua responsabilidade pela manutenção do pleno emprego;

- 3) Assim como nos Estados Unidos do pós-guerra, no Brasil sob a égide do lulismo verifica-se eixo central das principais campanhas presidenciais de 2010 (Serra, Dilma e Marina) o combate à pobreza - inclusive o slogan do primeiro mandato de Dilma é: Brasil, país rico é país sem pobreza. Assim, como relata Krugman (2010 apud Singer, 2012) sobre a sensação admirável de viver em uma comunidade em que a maioria das pessoas leva uma vida material reconhecidamente decente e similar - referindo-se à época estadunidense. Nos anos mais recentes há o objetivo de tornar o Brasil um ‘país de classe média’ (*New Deal* brasileiro).

2.4.1 - Combate à pobreza monetária e “Nova classe média”

como objetivo ampliar o PBF para a totalidade da população pobre, inclusive a oposição (José Serra) defendia dobrar o programa Bolsa Família. Em suma, nenhum candidato propõe eliminar ou reduzir a amplitude do conhecido programa de transferência de renda.

Como é possível se depreender pelo gráfico 8, entre 2003 e 2008 o percentual de pessoas abaixo da linha de pobreza no Brasil²² se reduziu de 36 % para 23 %, ao passo que, durante o governo tucano de oito anos tal percentual se manteve estável - de 35 % em 1995 para 34 % em 2002.

Segundo Singer (2012), a melhoria da renda de 20 milhões de pessoas fez com que este contingente de pessoas atravessasse o limiar da pobreza absoluta. O salário mínimo, por exemplo, teve um aumento de 33 % entre 2003 e 2008, significando que houve aumento do número de cidadãos que passou a viver com mais de meio salário mínimo - tal medida é utilizada pelo IPEA para aferir pobreza absoluta.

Para Singer (2012) a emancipação deste contingente populacional não significa necessariamente que parte desta população se tornou classe média - como levava a crer a propaganda do partido político da situação à época através da ideia de “nova classe média”. O que houve, segundo o pesquisador, foi o fim da pobreza absoluta monetária, aquela que impede a pessoa de alcançar uma de suas necessidades básicas de sobrevivência que é a alimentação. A partir daí, Singer (2012) considera aí o ponto inicial para o *New Deal* brasileiro.

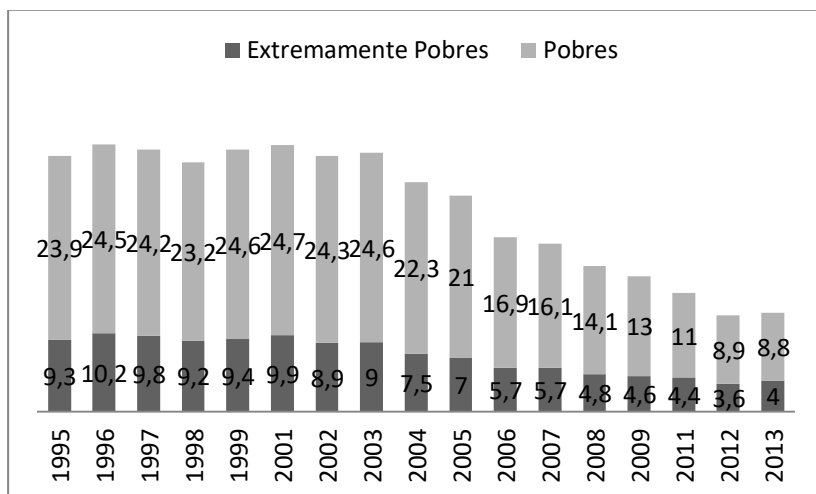
Neri (2010) adota como critério para pertencer à classe C pessoas com renda domiciliar entre 1126 e 4854 reais - preços a 2009 na Grande São Paulo. Assim, tal classe passou de 38 % da população em 2003, chegando a 50 % em 2009 (NERI, 2010: 31 apud SINGER, 2012: 135). Portanto, teria havido o ingresso de 29 milhões de pessoas na classe C - a propagada “nova classe média” dos governos Lula.

Houve forte incremento da classe C e redução das classes D/E, ao passo que as classes econômicas mais abastadas (A/B) não apresentaram significada variação (ver gráfico 9).

O professor Singer (2012) aponta duas críticas a esta “nova classe média”: em primeiro lugar, a amplitude da classe C é, de longe, a maior de todas as classes apontadas (ver Tabela 7), no qual o valor de teto é cerca de quatro vezes maior de que o valor de ingresso na referida classe. Assim, o autor defende que as classes B e D fossem ampliados para que houvesse uma amplitude mais homogênea entre as classes.

²² Considera-se linha de pobreza pessoas com rendimento inferior ao valor de uma cesta de alimentos com o mínimo de calorias necessárias para suprir adequadamente uma pessoa, tendo como base as informações nutricionista providas pela FAO e pela OMS.

Gráfico 8: Taxas de Pobreza - Percentual da População em Extrema Pobreza e Pobreza no País (1995-2013)



FONTE: Ministério do Desenvolvimento Social.

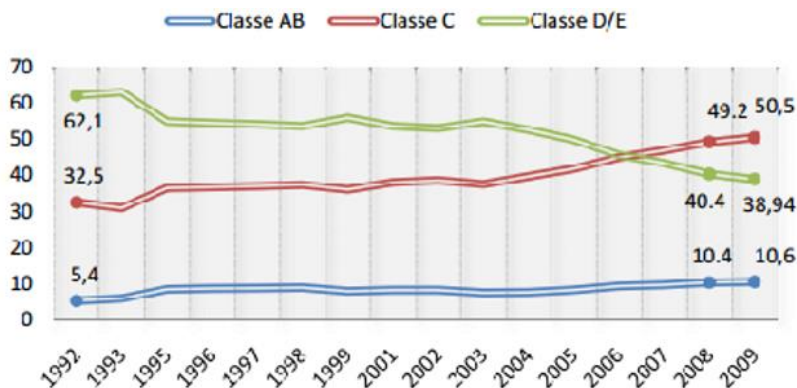
Obs.: Os anos de 1994, 2000 e 2010 não foram publicados

A segunda crítica de Singer (2012) reside na própria concepção do termo classe média, segundo a qual a classe média tradicional é aquela que realizou suas conquistas no passado e hoje tem seus ganhos estabilizados (Souza e Lamounier, 2009 apud Singer, 2012).

Tabela 7: Definição de classes econômicas

	Inferior	Superior
Classe E	0	705
Classe D	705	1126
Classe C	1126	4854
Classe B	4854	6329
Classe A	6329	

FONTE: (NERI, 2010: 30). NOTA: A preços de 2009 na grande São Paulo

Gráfico 9: Evolução das Classes Econômicas

FONTE: NERI (2010: 13)

De acordo com pesquisa realizada por Souza e Lamounier (2009), 16 % dos brasileiros se veem como pertencentes à classe média baixa. Do outro lado, 19 % dos brasileiros se veem como membros da classe trabalhadora. Somados estes dois grupos constituem esse grupo intermediário (classe C), o qual não significa necessariamente pertencer à classe média. Em outras palavras: não faz sentido chamar essa “nova classe C” de “nova classe média” na medida em que maior parte se vê como classe trabalhadora. Como sinaliza Singer (2012), faz mais sentido se falar em novo proletariado do que a nova classe média.

Para a professora de filosofia da Universidade de São Paulo Chauí (2013), torna-se necessário realizar um corte de classe de inspiração marxista, rejeitando, portanto, o corte sob viés estritamente econômico vinculado à renda, ou seja, dizer que uma família é pertencente a uma determinada classe social não se faz apenas observando o nível de renda da instituição familiar, porque a renda não constituiria critério familiar para conduzir o “corte” nas estratificações de classes sociais: Chauí (2013) sinaliza que a classe na sociedade se constitui como sujeito político, social, cultural e moral, embrenhado na luta de classes.

De acordo com esta perspectiva, como o nível de renda não é determinante com critério balizador de classe social, o consumo das famílias, por sua vez, uma vez sendo variável macro dependente do nível de renda, também não pode ser considerada critério. Portanto, as “conquistas de consumo” da “nova classe C” - tais como maior acesso a

eletrodomésticos e automóveis, por exemplo - não torna a “nova classe C” em um “nova classe média”. Isto é visto como uma ampliação da classe trabalhadora.

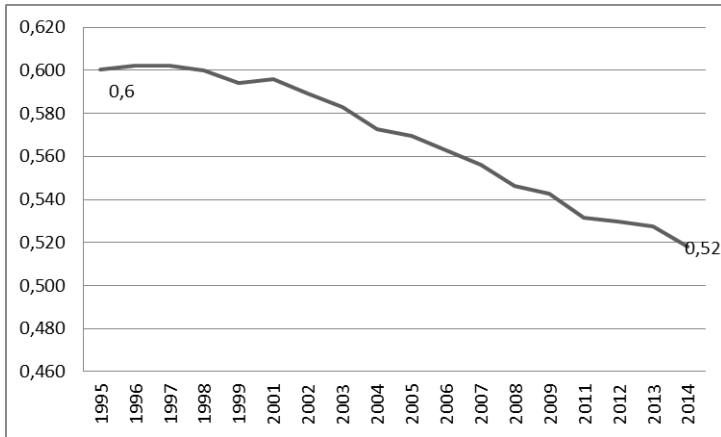
Por fim, ainda que tenha havido indiscutíveis avanços no combate à pobreza durante os governos Lula, passa a ser cada vez mais questionada a aplicação do conceito de “nova classe média” à expansão da classe trabalhadora. O que pode ser questionado é em que medida a redução das desigualdades sociais apresentam correlação com as condições internacionais favoráveis, especialmente no que diz respeito à valorização das *commodities*? Assunto a ser tratado na próxima seção.

2.5 - LULISMO COMO REFORMISMO FRACO

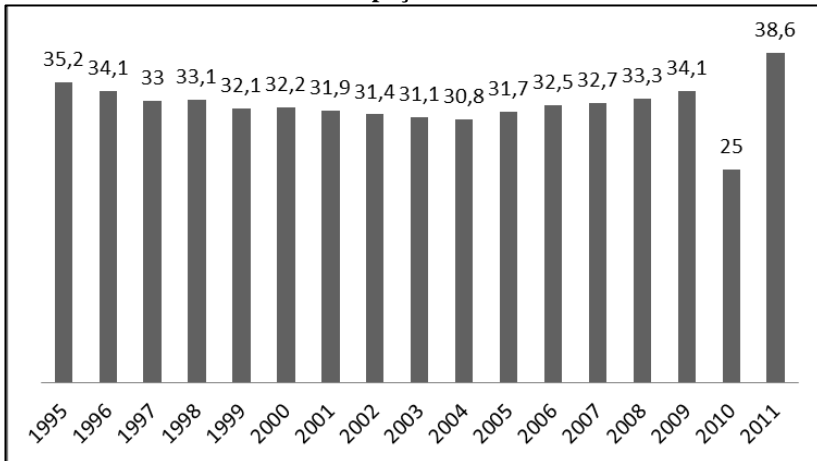
De acordo com Singer (2012), há três correntes que contestam o traço igualitário do lulismo: a primeira contesta os próprios instrumentos; a segunda aponta que políticas compensatórias de cunho neoliberal - a exemplo da Bolsa Família - seriam responsáveis pelos avanços obtidos e terceiro diz que o avanço promovido pelo lulismo é lento, ao ponto de não promover mudanças estruturais²³. A seguir será observada cada uma das abordagens quanto à capacidade de transformação do lulismo.

A partir da segunda metade de 2002, o nível de distribuição de renda (índice de Gini) apresenta melhoria: vai de 0,58 (2002) para 0,53 (2010), enquanto que nos governos de Fernando Henrique houve manutenção do nível de desigualdade de renda - indo de 0,59 em 1995 para 0,58 em 2002. A maior distribuição de renda fez com que, entre 2001 e 2009, “a renda dos 10 % mais pobres cresceu 456 % mais do que a os 10 % mais ricos” (NERI, 2010: 40 apud SINGER, 2012:181).

²³ Segundo Bastos (2012: 797): “O próprio PT tem como [...] meta reduzir a desigualdade e a exclusão, sem apontar para um horizonte além do capitalismo e sim, para ampliar direitos dentro do capitalismo – inclusive o direito de participar de um mercado de massas”.

Gráfico 10: Coeficiente de Gini no Brasil (1995-2013)**FONTE: IPEADATA**

No que diz respeito à desigualdade funcional da renda os indicadores também apresentaram melhorias, como se pode observar pelo gráfico 11 a seguir:

Gráfico 11: Participação dos Salários no PIB**FONTE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)**

A crítica quanto a estas metodologias é que “é difícil obter bons dados sobre a distribuição da renda, particularmente na base e, sobretudo, no topo da escala” (THERBORN, 2006:29 apud SINGER, 2012:182). Segundo o autor, muitos ricos tendem a omitir parte da renda nas pesquisas. Além disso, em poucos países do mundo os impostos são usados como fonte de dados.

Singer (2012) se furta a aprofundar tal corrente. No mais, se exime em dizer que os programas de transferência de renda não foram o principal mecanismo pelo qual se deu o combate à desigualdade de renda. Segundo o autor, Neri (2010) aponta que os rendimentos do trabalho foram responsáveis por 66 % da redução da desigualdade. Portanto, “o fator fundamental na redução da desigualdade durante o governo Lula foi o expressivo aumento do emprego e da renda” (SINGER, 2012: 184).

Tal vertente encontra apoio nos próprios dados do Índice de Gini, isto é, ainda que o país tivesse avançado na redução da desigualdade, esta se deu de maneira ainda a manter o país como umas das nações mais desiguais do mundo. Em síntese, tal seção busca fornecer as motivações pelas quais o lulismo constitui um reformismo fraco. A questão a ser posta é que, se fosse um reformismo forte – a exemplo das mudanças radicais defendidas pelo Partido dos Trabalhadores até 2002 – pode ser que não teria sido possível promover o tal realinhamento eleitoral em virtude do caráter conservador das camadas sociais mais pobres.

2.6 - O PRIMEIRO TESTE DO LULISMO: ELEIÇÕES DE 2010

A presente seção tem como objetivo apresentar dados referentes às eleições para presidente em 2010 para diagnosticar se a hipótese do lulismo – realinhamento eleitoral de longo prazo – se mantém válida, ou seja, se o realinhamento eleitoral propugnado pelo lulismo se mantém enquanto um fenômeno social, político e econômico de longo prazo.

A vitória da candidata Dilma em 2010 confere a manutenção do lulismo em 2010. Isso se deve ao fato de não apenas repetir as proporções pela terceira vez seguida, como também devido ao repetir o voto regional e socialmente polarizado de 2006 (SINGER, 2012).

Se compararmos as intenções de voto em Lula (2006) e em Dilma (2010) de acordo com a renda, verificaremos que ambos contaram com

expressivo apoio entre aqueles cujas famílias auferiram até dois salários mínimos mensais (SINGER, 2012:170).

No entanto, entre os membros da camada inferior da Classe C - entre aqueles que ganham de 2 a 5 salários mínimos - o comportamento foi distinto: nas eleições de 2006 este estrato de renda apresenta uma vantagem de nove pontos percentuais em para os candidatos da oposição à Lula; em 2010, o comportamento se manteve em relação à Dilma, ficando sete pontos percentuais abaixo de Serra e Marina somados (SINGER, 2012).

“Nos dois estratos de renda superiores de renda, a distância a favor da oposição tornava-se, então, gritante: acima de trinta pontos percentuais em 2006 e perto de vinte pontos percentuais em 2010” (SINGER, 2012: 170).

Tabela 8: Intenção de voto por renda familiar mensal no 1º turno de 2010 (em %)

	Até 2SM	De 2 a 5SM	De 5 a 10 SM	+ de 10 SM	TOTAL
Dilma	53	43	37	31	47
Serra	26	31	34	38	29
Marina	12	19	22	23	16
Outros	*	*	*	*	1
BR/Nulos/ Nenhum	2	2	2	3	2
Não Sabe	6	3	2	2	4
TOTAL	100	100	100	100	100

FONTE: DATAFOLHA, EM <WWW.DATAFOLHA.COM.BR>. PESQUISA COM AMOSTRA NACIONAL DE 20.960 ELEITORES EM 521 MUNICÍPIOS REALIZADA ENTRE 1º E 2 DE OUTUBRO DE 2010 APUD SINGER (2012: 171). * INFORMAÇÃO NÃO FORNECIDA PELO DATAFOLHA. ** PEQUENAS VARIACÕES NO TOTAL CORRESPONDEM AO ARREDONDAMENTO DAS PORCENTAGENS.

No segundo turno, em um extremo, o comportamento do eleitorado de baixíssima renda (até dois salários mínimos) permaneceu o mesmo em relação às duas últimas eleições, conferindo uma vantagem de cerca de 20 pontos percentuais à candidata da situação, Dilma Rousseff. Por outro lado, o eleitorado de maior renda (com renda

familiar superior a dez salários mínimos) conferia uma vantagem de 15 pontos percentuais à oposição em relação à Dilma (ver tabela 9).

Além de o realinhamento eleitoral estar vinculado a questões relativas à renda familiar, dadas as elevadas disparidades de renda regionais no país - o Norte pobre e o Centro Sul rico - este realinhamento, como visto desde 2006, se mantém (ver infográfico 2).

Para o cientista político Singer (2012), o que terminou a vitória de Dilma em 2010 foi a superioridade esmagadora de 40 pontos percentuais em relação ao seu opositor José Serra na região Nordeste. Para se ter uma ideia da importância desta região para a vitória do Partido dos Trabalhadores, dos 12 milhões de votos que colocaram Dilma à frente de Serra, 11 milhões vieram desta região.

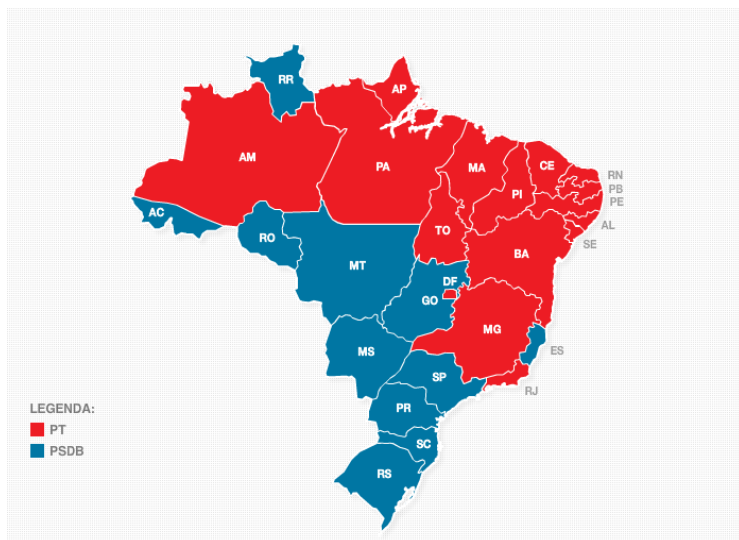
Tabela 9: Intenção de voto por renda no segundo turno/2010

	Até 2 SM	+de 2 a 5 SM	+ de 5 a 10 SM	+ 10 SM	TOTAL
Dilma	56 %	49 %	45 %	39 %	51 %
Serra	36 %	43 %	48 %	54 %	41 %
BR/Nulo/Ind.	3 %	5 %	5%	6 %	4 %
Não sabe	5 %	3 %	2 %	1 %	4 %
TOTAL	100 %	100 %	100 %	100 %	100 %

FONTE: DATAFOLHA, EM <WWW.DATAFOLHA.COM.BR>. PESQUISA COM AMOSTRA NACIONAL DE 6554 ELEITORES REALIZADA ENTRE 29 E 30 DE OUTUBRO DE 2010 APUD SINGER (2010: 172)

Portanto, as eleições conseguiram efetivar a transferência de votos de Lula a Dilma, além de dar continuidade a um modelo de desenvolvimento de manutenção da agenda de combate à pobreza sem confronto com a ordem (lulismo).

Infográfico 2: Disputa Presidencial entre PT e PSDB no segundo turno de 2010 por estado

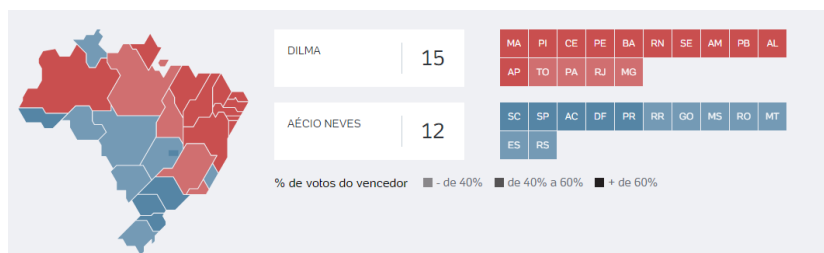


FONTE: IG. Disponível em: <http://extras.ig.com.br/infograficos/disputaeleitoral/>

2.7 – O SEGUNDO TESTE DO LULISMO: ELEIÇÕES DE 2014

As eleições presidenciais de 2014 foram marcadas por um acirramento político intenso no debate eleitoral e também nas urnas. Com Dilma Rousseff e Aécio Neves concorrendo ao cargo presidencial no segundo turno, a vitória ficou por conta da primeira em detrimento do último – por uma pequena margem. A candidata do Partido dos Trabalhadores venceu as eleições com 51,64 % dos votos válidos, ao passo que seu oponente candidato do Partido Social da Democracia Brasileira ficou com o restante: 48,36 %.

Infográfico 3: Disputas Presidenciais no segundo turno entre PT e PSDB em 2014



FONTE: Eleições UOL.

Disponível em: <<https://eleicoes.uol.com.br/2014/raio-x/presidente/#resultado-por-estado/candidato>>

Do ponto de vista eleitoral, o realinhamento eleitoral que se iniciou e que consolidou o lulismo continua, no entanto, com menos força e mais “desidratado” que anteriormente, tendo em vista que, nas eleições de 2010, a candidata do PT se consagrou vitoriosa com 56 % dos votos válidos no segundo turno. No entanto, Dilma ainda persiste com o voto do chamado subproletariado, responsável pela sua reeleição em 2014.

A seguir serão mostradas tabelas que confirmam a hipótese da continuidade do lulismo, ainda que mais enfraquecido.

Tabela 10: Pesquisa de intenção de voto por renda familiar para o segundo turno de 2014

	Até 2 SM	+de 2 a 5 SM	+ de 5 a 10 SM	+ 10 SM
Dilma	62	48	37	31
Aécio	38	52	63	69

FONTE: DATAFOLHA. **Disponível em**

<<http://g1.globo.com/politica/eleicoes/2014/blog/eleicao-em-numeros/post/datafolha-para-presidente-por-renda-idade-regiao-escolaridade-e-porte-do-municipio.html>>

Tabela 11: Pesquisa de intenção de voto por escolaridade para para o segundo turno de 2014 (em %)

	Dilma	Aécio
Ensino fundamental	61	39
Ensino médio	50	50
Ensino superior	62	38

FONTE: DATAFOLHA. Disponível em <http://g1.globo.com/politica/eleicoes/2014/blog/eleicao-em-numeros/post/datafolha-para-presidente-por-renda-idade-regiao-escolaridade-e-porte-do-municipio.html>

2.9 - CONCLUSÃO DO CAPÍTULO

O governo de Lula I foi extremamente bem sucedido no sentido de, com uma mão, manter e aprofundar as políticas macroeconômicas que contemplavam a convenção institucionalista restrita (tripé macroeconômico) ao mesmo tempo em que, com a outra mão, expandiu de modo vertiginoso os gastos com política de transferência de renda (Programa Bolsa Família), ao ponto de que Singer (2012) considerar um “suicídio político” de um candidato vir a um dia ter como proposta de campanha a extinção da supracitada política pública.

No entanto, a convenção desenvolvimentista propiciou a concepção institucionalista chamada progresso, ou seja, um processo econômico que se manifesta na permanente incorporação dos tratos inferiores da população ao padrão de consumo – na primeira década do século XXI, estima-se que tenha havido a inclusão de dezenas de milhões de brasileiros ao mercado de consumo de massas. Porém, a inclusão via consumo de massas não confere distribuição de riqueza ou de poder, tendo em vista que este último consiste na habilidade de trabalhar no desejo de uns, com a cooperação de outros (Conceição, 2001; Erber, 2011).

A chegada do fim de Lula 2 coincide com a queda da valorização das *commodities*, o que proporcionou abundância econômica para os anos 2000 no Brasil. Quais seriam as políticas econômicas pela sua sucessora, Dilma Rousseff, com o objetivo de manter o nível de crescimento da economia? Tal assunto será discutido no próximo capítulo.

3 – DILMA: O LULISMO ACELERADO

Neste terceiro e derradeiro capítulo, a primeira parte tem como objetivo fazer um breve retrospecto do que veio a ser o primeiro governo de Dilma Rousseff e suas relações com o lulismo - utilizando a metáfora de Singer (2015), de que modo ela “cutucou várias onças com varas curtas”. Portanto, no primeiro instante, será mostrado o que veio a ser conhecido a NME (Nova Matriz Econômica) adotada pelos governos de Dilma Rousseff; em seguida, demonstra a suposta ruptura de Dilma do lulismo enquanto “reformismo fraco”, ou seja, mostra como o intervencionismo estatal foi a tônica da sucessora de Lula; em terceiro lugar, demonstra como se comportou as coalizões produtivista e financeira ao longo do governo de Dilma I; a próxima seção apresenta cinco hipóteses do que teria levada os industriais a aderir uma frente burguesa contra o ensaio desenvolvimentista; por último, busca-se obter uma análise crítica dos governos de Dilma Rousseff.

Segundo Singer (2015), a segunda fase da crise financeira internacional cai sobre o governo Dilma. A exemplo do que ocorrera em 2008, o governo brasileiro resolve sustentar o ritmo de crescimento doméstico, tendo em vista que, segundos cálculos à época da eleição presidencial, o país precisava crescer a uma taxa de 5 % ao ano para dar cabo das reformas graduais do lulismo, daí surge a Nova Matriz Econômica, a qual vinha sendo planejada desde quando Henrique Meirelles tinha sido substituído por Alexandre Tombini à frente do Banco Central (novembro de 2010).

3.1 – NOVA MATRIZ ECONÔMICA

A nova matriz consiste em uma política anticíclica cujas principais ações são elencadas por Singer (2015):

1. Redução dos juros: o Banco Central reduziu a taxa básica de juros de 12,5 % para 7,25 % ao ano entre agosto de 2011 e abril de 2013, tendo a taxa Selic alcançando o valor mais baixo desde sua criação em 1986. O juro real chegou abaixo de 1 % ao ano,

levando em consideração uma inflação de 6,59 %. Ademais, o Executivo pressionou a redução dos *spreads* bancários via redução das taxas de juros praticados pelos bancos públicos (Caixa Econômica e Banco do Brasil);

2. Uso intensivo do BNDES. O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) obteve linha de crédito subsidiada para o investimento das empresas por meio de repasses recebidos do Tesouro. Segundo Singer (2015), o primeiro aporte foi da ordem de 100 bilhões de reais que ocorreu em 2009, mas teve expansão significativa no primeiro mandato de Dilma, chegando a 400 bilhões de reais.
3. Tentativa de reindustrialização. No segundo semestre de 2011 foi lançado o Plano Brasil Maior, uma política industrial que visava garantir o crescimento econômico em um cenário adverso. As medidas incluíam redução do IPI sobre bens de investimento à ampliação do MEI (microempreendedor individual).
4. Desonerações. A desoneração da folha de pagamentos para quinze setores intensivos em mão de obra foi anunciada em abril de 2012. Com o passar do tempo, de acordo com o poder de barganha de grupos de interesse junto ao Planalto, o número de setores foi aumentando, chegando a 42 setores em 2014.
5. Plano para Infraestrutura. Foi lançado o Programa de Investimentos em Logística (PIL), em 2012, cujo objetivo era estimular o investimento em rodovias e ferrovias. A primeira fase do pacote previa aplicação da ordem de 133 bilhões de reais.
6. Reforma do Setor Elétrico. Através da Medida Provisória 579, editada em setembro de 2012, barateou-se em 20 % o preço da eletricidade, reivindicação da indústria para reduzir custos e ganhar competitividade em relação aos importados. A Medida Provisória alterava as regras do jogo com respeito às companhias concessionárias de energia.
7. Depreciação cambial. Considerado o segundo objeto principal da nova matriz, pois uma considerava uma das maiores distorções da economia doméstica, tendo em vista que dificultava o acesso da indústria nacional ao mercado externo.
8. Controle de capitais. Com o objetivo de impedir a valorização do real perante o dólar, foram tomadas medidas que controlassem o fluxo de capitais estrangeiros, tais como elevação da alíquota de IOF sobre investimentos estrangeiros de

portfólio, imposição de recolhimento compulsório sobre as posições vendidas dos bancos no mercado de câmbio à vista e regulação das operações com derivativos cambiais.

9. Proteção ao produto nacional. Com a finalidade de gerar estrutura de incentivos para a produção nacional, o governo elevou em 30 pontos percentuais o IPI sobre veículos importados ou que tivessem menos de 65 % de conteúdo local em setembro de 2011.

3.2 – A RUPTURA COM O LULISMO *SUI GENERIS*: UMA TENTATIVA DE REFORMISMO FORTE

[...] em face do reformismo fraco até então vigente, a nova matriz implicava comprar brigas centrais, procurando acelerar o pacto conservador lulista. Mas seria errado pensar o ensaio desenvolvimentista como ponto fora da curva lulista. Procurou-se, isto sim, acelerar uma viagem cuja direção vinha traçada desde antes. Com a ascensão de Guido Mantega ao Ministério da Fazenda em 2006 começa a construção de condições para maior ativismo estatal.[...]. Enquanto Lula foi não confrontacionista, Dilma decide entrar em combates duros. Ao reduzir os juros e forçar os *spreads* para baixo, tensionou o pacto estabelecido com o setor financeiro. (SINGER, 2015: 50)

Além da briga com o setor financeiro, Dilma, no final de 2014, com indicadores macroeconômicos extremamente favoráveis - taxa de desemprego em 4,6 % e a renda dos trabalhadores em alta - resolveu reduzir o preço da energia elétrica, atendendo, portanto, a campanha lançada pela FIESP em 2011 e também para atender aos interesses da população pobre, cujo peso dos custos com as contas de luz é relevante dentro do orçamento familiar.

Com o BNDES capitalizado e disponível para financiar a produção a juros mais baixos, certo controle sobre o fluxo de capitais, o real menos valorizado, a desoneração da folha de pagamentos em curso, a obrigatoriedade de conteúdo local em

setores estratégicos e encomendas da Petrobras, compras governamentais e tarifas alfandegárias voltadas para a produção nacional, programa de investimento em infraestrutura lançado, aumento do limite de endividamento dos Estados e juros mais acessíveis nos bancos comerciais, o ensaio desenvolvimentista chegava ao auge (SINGER, 2015: 53)

No entanto, no início do ano de 2013 o nível geral de preços começa a demonstrar resiliência com uma subida de preços em janeiro, segundo uma declaração de Tombini fizera à imprensa. Em 24 horas, Guido Mantega, ministro da Fazenda, entrevistado discordando da posição de Tombini e tal postura foi endossada pela presidente Dilma Rousseff posteriormente, ou seja, tal episódio já sinaliza o descompasso existente dentro da própria equipe econômica da presidente petista. Ainda assim, a partir de abril de 2013 o Banco Central inicia um ciclo de elevação da taxa de juros que perdura por dois anos (SINGER, 2015).

Com o passar do tempo, agências internacionais (FMI, Banco Mundial, etc.) e mídia - nacional e internacional - engrossam o coro de críticas em relação ao ativismo estatal de Dilma.

Já na fase de campanha para a reeleição em 2014,

A propaganda dilmista insistia que o rumo não seria alterado e Mantega garantia a continuidade do desenvolvimentismo,[...]No entanto, reeleita pela reduzida margem de 4 pontos percentuais, a presidente faz o exato contrário do prometido, um verdadeiro cavalo de pau, para lembrar a expressão de Antônio Palocci em 2003. (SINGER, 2015: 58)

3.3 – REORDENAMENTO DAS COALIZÕES DE CLASSES

Há uma hipótese segundo a qual haveria ao longo dos mandatos de Lula duas coalizões: a rentista e a produtivista. Quanto à primeira, ela capitula tanto o capital financeiro quanto a classe média tradicional, ao passo que a segunda seria composta por empresários industriais associados à fração organizada da classe trabalhadora (SINGER, 2012 *apud* SINGER, 2015). “[...] os governos lulistas fariam um constante

arbitragem de acordo com a correlação de forças, ora de acordo com a correlação de forças, ora dando ganho de causa a uma, ora à concorrente” (SINGER, 2015: 58).

O programa rentista estava alinhado ao receituário neoliberal, subordinado ao capital internacional e, na política externa, adotava e aceitava a liderança geopolítica dos Estados Unidos. O programa produtivista tinha como objetivo acelerar o ritmo de crescimento da economia através da intervenção do Estado, conduzindo a economia à reindustrialização, imprimindo maior velocidade ao processo de distribuição de renda. Singer (2015) retoma a narrativa de como se portou a coalizão produtivista durante o ensaio desenvolvimentista do lulismo (2011-2014).

No início de 2011, centrais sindicais (Central Única dos Trabalhadores e Força Sindical), a FIESP (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo) e os Sindicato dos Metalúrgicos do ABC e Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo publicaram um documento em conjunto chamado *O Brasil do diálogo, da produção e do emprego*. Tal documento apontava um diagnóstico relativo à economia industrial brasileira, dentre eles, a crescente pauta de reprimarização da pauta exportadora, a substituição da produção doméstica por produtos e insumos industriais importados e a expressiva queda de conteúdo nacional na produção. Em maio daquele ano, tal documento foi entregue ao então vice-presidente da República, Michel Temer. Singer (2015) aponta a elevada sinergia entre aquilo que foi proposto por este documento e as políticas adotadas por Dilma durante seu primeiro mandato, dentre eles, podem-se elencar: redução da taxa de juros para nível internacional, diminuição dos *spreads* bancários, facilitação do crédito para o investimento, aumento do IOF sobre entrada de capital estrangeiro, desonerações tributárias, adoção do conteúdo nacional como diretriz de política industrial.

Em agosto de 2011, como resposta a este documento pela coalizão produtivista, Dilma lança o Plano Brasil Maior. No entanto, embora houvesse uma elevada convergência entre aquilo proposto pelos industriais e pelo Plano Brasil Maior, cada vez mais os industriais iriam se afastando do governo e se se aproximando lentamente da coalizão rentista da oposição. A crítica dos industriais era de que o elevado intervencionismo estatal reduzia a confiança industrial, ainda que tal intervencionismo fosse para beneficiá-los (SINGER, 2015).

Durante o encontro anual da CNI (Confederação Nacional da Indústria), em dezembro de 2012, é lançado documento com medidas para flexibilizar a CLT (Consolidação das Leis Trabalhistas). Em abril

de 2012, a FIESP divulga estudo apontando as vantagens de as indústrias brasileiras se instalarem no Paraguai, alegando mão de obra mais barata do que a brasileira por não haver encargos trabalhistas. Tal iniciativa foi rechaçada por um dos signatários do pacto de 2011, ex-presidente da CUT Artur Henrique diz:

Talvez esse seja o grande sonho da FIESP: uma região onde a carga tributária seja a menor possível, aquela capaz de atender minimamente, de maneira paternalista, apenas aos que estão em situação de extrema pobreza e condenar vários países da região, começando pelo Paraguai, a ser verdadeiras maquiladoras para ampliar lucros das grandes empresas (SINGER, 2015; 60).

De acordo com Singer (2015), a coalizão produtivista mostra sinais de rachadura e isso se consolida com as manifestações de junho de 2013, quando a FIESP adota símbolos da direita - a exemplo da bandeira nacional - em plena Avenida Paulista. Isso acontece porque as medidas adotadas pelos Planaltos e que foram solicitadas pelos industriais, como a redução dos juros e a desoneração da folha de pagamentos, não teriam produzido o efeito esperado, gerando, ao contrário, desconfiança generalizada no meio empresarial. Como resposta, de acordo com Singer (2015), o Executivo faz concessões garantindo maior retorno às empresas concessionárias de obras públicas, para reverter o quadro. Mesmo assim, a oposição se torna cada vez mais evidente.

Decorridos três anos da coalizão produtivista, a situação se alterou completamente. Segundo Singer (2015), os industriais haviam aderido ao programa rentista. Assim,

do setor financeiro ao industrial, passando pelo agronegócio, o comércio e os serviços, a unidade capitalista em torno do corte de gastos públicos, queda no valor do trabalho e diminuição da proteção aos trabalhadores tornava-se completa. Como reflexo, em novembro de 2014, o presidente da CNI (Confederação Nacional da Indústria), Robson Andrade, fez a defesa nítida do ajuste fiscal e até mesmo do aumento da taxa de juros (SINGER, 2015: 61).

A hipótese sustentada por Singer (2015) é que o deslocamento da burguesia industrial pode ter levado Dilma a recuar a partir de abril de 2013. Assim, restava a presidente se apoiar no subproletariado e, sobretudo, na classe trabalhadora organizada para reagir. Sem o apoio dos industriais, o eixo central do desenvolvimentismo ficou sem um norte. Pouco a pouco, Dilma foi recuando ao ponto de entregar o Ministério da Fazenda a Joaquim Levy (SINGER, 2015).

De acordo com Bresser-Pereira *apud* Singer (2015: 61): “Em uma sociedade capitalista não se governa sem os empresários. Eles têm direito de veto sobre o país”. Assim, Dilma tentou recompor união junto ao empresariado nacional, no entanto, sem sucesso: único quadro que conseguiu atrair foi do agronegócio, a senadora Kátia Abreu. Singer (2015) faz uma pergunta-chave: por qual(is) motivo(s) levaram os industriais a abandonarem a coalizão produtivista, quando ela estava sendo atendida pelo governo?

Acima do aspecto produtivo ou rentista da atividade estaria no caráter nacional ou internacional o elemento-chave para compreender a posição de cada segmento. Empresas controladas pela “grande burguesia interna”, que “teme ser engolida ou destruída pelos grandes grupos econômicos estrangeiros”, precisariam contar com “a ação protetora e ativa do Estado brasileiro (BOITO JR, 2012: 77 *apud* SINGER, 2015: 62).

Segundo Boito, o anseio de proteção por parte do Estado separaria bancos nacionais em relação a estrangeiros e indústria nacional da internacional. Independentemente se a burguesia é rentista ou produtivista, toda a burguesia deseja ser defendida da concorrência externa. Para Singer (2015), a burguesia interna teria uma sólida lista de interesses comuns: protecionismo alfandegário para os produtos nacionais; barreiras de entrada ao capital estrangeiro no setor bancário; proteção da produção de etanol nacional; preferência pelos estaleiros nacionais nas compras do Estado; ação política do Estado no exterior para auxiliar as empresas brasileiras de exportação e construção pesada fora do país; financiamento das empresas nacionais via BNDES; apoio à exportação de mercadorias e capitais das empresas brasileiras; manutenção da demanda interna e investimento estatal em infraestrutura.

Em vez de expor a contraposição entre coalizão produtivista e rentista, arbitrada pelo lulismo, de acordo Boito haveria uma contraposição da grande burguesia interna aliada ao movimento sindical e popular com a burguesia perfeitamente integrada e subordinada ao capital financeiro internacional. Adotando o ponto de vista de Boito, a grande burguesia interna teria se tornada hegemônica dentro do bloco no poder lulista (produtivista).

Singer (2015) se questiona: Por que a burguesia interna não se mobilizou em defesa do ensaio desenvolvimentista quando este foi cercado pelas potentes forças do grande capital internacional?

Mais uma vez recorrendo a Boito, Singer (2015) aponta que as disputas concorrenciais intercapitalistas não apagam os acordos burgueses gerais, a exemplo de: desindexação de salários, desregulamentação das relações de trabalho e de redução dos direitos sociais, ou seja, ainda que haja divergências, prevaleceu uma frente única burguesa como a que se formou entre 2013/2014.

De acordo com Singer (2015), as relações entre a burguesia interna e o grande capital internacional podem estar em transformação. Para isso, ele cita Cardoso, para quem “o resultado da crise capitalista deflagrada em 2008 será um mundo dominado pela “coexistência competitiva” de dois gigantes: EUA e China” (SINGER, 2015: 63). Daí poderia surgir uma onda de inovações lideradas pelos norte-americanos, na qual países como Canadá, México, Argentina e Brasil poderiam ter um lugar ao sol. No entanto, para isso, o Brasil deveria descartar a China e optar pelos Estados Unidos.

Segundo Singer (2015), a análise de Cardoso encontra ressonância com aquilo que vem sendo discutido na TTIP (*Transatlantic Trade and Investment Partnership*), e que consistiria em uma parceria transatlântica sobre comércio e investimento. Tal parceria seria uma resposta à ascensão de China e Índia. A TTIP prevê que as legislações em vigor dos dois lados do Atlântico (EUA e União Europeia) às regras de livre comércio. Singer (2015) aponta que uma das ameaças da TTIP seria o desrespeito aos direitos fundamentais do trabalho. Assim, pode-se imaginar que a iniciativa da TTIP encontrou repercussão dentro dos meios industriais brasileiros (SINGER, 2015).

Inclusive, dois ministros de Dilma 2 emitiram declarações contra o Mercosul e a favor da reaproximação com os Estados Unidos. Singer (2015) resgata que no decênio anterior - em especial, a partir de 2003 - a política externa de orientação lulista bloqueou a ALCA e investiu em um relacionamento Sul-Sul, gerando um vínculo privilegiado com MERCOSUL e a China. No entanto, dez anos depois, o presidente da

CNI, Robson Andrade, defende acordo de livre comércio com os Estados Unidos, deixando o MERCOSUL em segundo plano.

3.4 – CINCO INTERPRETAÇÕES E UMA SÍNTESE: CUTUCANDO ONÇAS

Voltando a pergunta: o que teria levado a burguesia industrial a aderir a uma frente única burguesa contra o ensaio desenvolvimentista?

A primeira hipótese é que as características estruturais da burguesia industrial geram fragilidade na coalizão produtivista, tendo em vista a financeirização do capitalismo, no qual se misturam o capital da indústria e das finanças.

A segunda hipótese reside no foco de luta de classes, no qual o intervencionismo estatal promoveu expansão do emprego e, em razão disto, o poder relativo da classe trabalhadora. O pleno emprego conferiu aos sindicatos um poder de barganha que garantia contínua elevação dos salários reais, para se ter uma ideia, o número de greves saiu da marca de 873 em 2012 para cerca de duas mil greves em 2013 (BRAGA, 2015). Singer (2015) resgata a ideia de Kalecki, para quem que, quando o Estado coloca em prática políticas de pleno emprego, os empresários tendem a se afastar, pois sentem perda de poder de barganha. Para recompor o equilíbrio de forças de classes em situações “normais” - não pleno emprego - a burguesia usaria a “greve de investimentos”.

A terceira explicação reside no papel da ideologia. Para Bresser-Pereira (2013), os empresários, mesmo os produtivos, são muito sensíveis aos argumentos propalados pelo pensamento rentista. Ainda se utilizando de Bresser-Pereira (2013), critica-se o intervencionismo estatal através dos argumentos de incompetência, arbítrio, autoritarismo e corrupção. Ademais, a piora de indicadores macro potencializou o efeito ideológico descrito por Bresser-Pereira: crescimento do PIB de 0,9 % em 2012 e certo aumento do nível de inflação foram usados como argumentos antidesenvolvimentistas. De acordo com Singer (2015), as camadas populares ainda que possam ter ficado incólumes ao bombardeio midiático em torno do baixo crescimento e do aumento dos preços, o mesmo efeito não se pode atribuir às classes média e industrial.

Quanto ao empresariado ainda prevalece mais um fator: a queda da taxa de lucro. Isso é explicado porque o encarecimento da mão de obra via política de valorização de salário mínimo não poderia ser

repassado aos preços devido ao desaquecimento econômico e isso, por sua vez, reduziria a lucratividade.

A quarta explicação coloca análise na correlação de forças internas. De acordo com Sampaio Jr (2013), Dilma subestimou o poder de constrangimento externo. Para ele, o Brasil deveria romper com os parâmetros da ordem global, sendo necessário limitar o movimento de capitais, obrigando-os a investimentos de interesse nacional.

A quinta explicação reside no fato de que Dilma Rousseff teria aberto excessivas frentes de luta simultaneamente. No Programa de Investimentos em Logística (PIL), a própria Dilma se encarregou de que as concessões, via parceria público-privada, não resultassem em privatizações. A mesma ideia foi implementada para impor limites de ganhos às empresas envolvidas na produção de energia elétrica, de acordo com a reforma do setor que se deu em 2012. “Nos dois casos, certamente movida pelo interesse público, feriu interesses privados que foram se juntar ao bloco rentista no momento em que a “batalha do spread” motivava crescentes ataques do setor financeiro ao “intervencionismo”” (SINGER, 2015: 67).

A ideia subjacente que contaminava a mentalidade empresarial era de que “hoje foi ele, amanhã pode ser eu”. Daí foi uma questão de tempo para que o capital se unificasse contra a “nova matriz”.

Ao núcleo rentista (interno e externo), insatisfeito desde a “batalha do spread”, foram se juntar, sucessivamente, os importadores, descontentes com a desvalorização do real e as barreiras aos produtos importados, as empreiteiras, descontentes com a “modicidade tarifária”, as “elétricas”, insatisfeitas com a MP 579, os grupos prejudicados com o aumento da competição no setor portuário, os produtores de álcool, pela baixa competitividade do etanol em virtude da opção por segurar o preço e retirar as Contribuições de Intervenção do Direito Econômico (Cide) da gasolina, o agronegócio em geral, desconfiado de que tenderia a ser mais tributado, os setores da indústria automotiva descontentes com as dificuldades de importação, as empresas aéreas insatisfeitas com as novas regras vigentes nos aeroportos, as empresas de celular punidas por falta de investimento, a classe média tradicional irritada com a alta do preço dos serviços, das

viagens e dos importados e os industriais afetados pelas políticas pró-trabalho (SINGER, 2015: 102).

De acordo com Singer (2015), todas as cinco interpretações são complementares entre si. Para o autor, ao tentar acelerar o processo do lulismo, Dilma “cutucou várias onças com varas muito curtas”.

3.5- ANÁLISE CRÍTICA DO GOVERNO DILMA

A ideia apresentada por Singer (2015) sobre a questão da política externa encontra ressonância em Bresser-Pereira como também na concepção de convenção institucionalista restrita em Erber (2011):

Lula passou a receber elogios de Washington e de Nova York. O Norte dedicava-se, assim, ao processo clássico de cooptação das elites econômicas e políticas dos países em desenvolvimento às quais procura se associar, repetindo a estratégia de todos os impérios de se associar à elite local e subordiná-la. Concorrentes que são do Brasil, os países ricos estavam naturalmente satisfeitos, já que seus interesses estavam sendo atendidos: (1) que a taxa de juros seja alta para remunerar seus capitais especulativos; (2) que a entrada e saída de capitais seja livre, de forma a poderem nos emprestar capitais a juros altos; (3) que os investimentos de suas multinacionais sejam considerados necessários, e, portanto, que haja um déficit em conta corrente que possam financiar com seus investimentos diretos, com direito à entrada no país e capturar o mercado interno sem condições de transferência de tecnologia, e sem que tenham de oferecer seu mercado interno em reciprocidade (como acontece entre países ricos); (4) que a taxa de câmbio se aprecie gradualmente, porque assim, além de os especuladores externos ganharem com os juros elevados, ganham também com a apreciação do real (essa prática é denominada *carry trade*); (5) que, durante o ciclo de

apreciação, a taxa de câmbio permaneça cronicamente sobreapreciada, o que permite que as remessas de lucros das multinacionais para suas matrizes sejam maiores, e que as exportações provenientes do Norte sejam também maiores (BRESSER-PEREIRA, 2016: 360)

Bresser-Pereira (2006) pormenoriza a concepção de política externa adotada pelo lulismo de Singer (2015): era uma política de cunho mais nacionalista e mais cooperativa com os demais países, em especial, os países do hemisfério Sul geoeconômico - em especial os países dos BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), daí a razão da relação de política externa ser conhecida como Sul-Sul. Assim, o Brasil rejeitava a dependência em relação aos países ricos capitaneados pelos Estados Unidos - segundo o autor, o episódio que marca essa diferenciação de política externa foi quando foi quando “o Brasil condicionou sua entrada na ALCA a uma série de princípios de autonomia nacional, os Estados Unidos desistiram” (BRESSER-PEREIRA, 2016: 363).

Trazendo a análise política do antigo ministro da Fazenda mais adiante, a partir dos governos de Dilma, para Bresser-Pereira (2016), a rejeição da burguesia brasileira só ficou muito clara no governo dela, pois ela não possuía a habilidade política que Lula tinha, assim, ela não conseguiu lograr as taxas de crescimento que seriam necessárias para sustentar a coalizão desenvolvimentista a qual Singer (2015) se refere. Muito além da questão de ter ou não habilidades necessárias para comandar um país do alto do Executivo, Bresser-Pereira (2016) aponta para o fato de que a Dilma herdara de seu antecessor uma taxa de câmbio altamente apreciada (R\$ 2,20 por dólar a preços de janeiro de 2016) quando o preço de equilíbrio industrial ou competitivo girava em torno de R\$ 3,50 por dólar. Para Bresser-Pereira (2016), Dilma não tinha apoio político para promover uma depreciação da moeda superior a 50 %, levando em consideração as consequências de curto prazo, a exemplo da redução dos salários reais e aumento de inflação.

Por quais razões Dilma Rousseff não consegue lograr as taxas de crescimento dos governos Lula? Há uma convergência entre economistas de distintas vertentes teóricas que isso se deve ao fim do *boom* de commodities. No entanto, para Bresser-Pereira (2016), a convergência para por aí: adotando a ótica dos economistas liberais, Dilma não consegue fazer a economia crescer como seu antecessor porque o governo não realizou um forte ajuste fiscal no início do

governo em 2011, em um momento que a receita deixou de crescer e as despesas continuaram se expandindo. Já para os keynesianos, a causa foi inversa: foi por que o governo não expandiu a despesa em 2011 como uma resposta à crise do euro que se desencadeou em 2010 e a resposta foi considerada tardia e na qual se prevaleceram às desonerações fiscais em detrimento do investimento público, sendo este usado na crise entre 2008-2009. Imagina-se que este seja um motivo de fazer com que Singer (2015) considere o surgimento da “nova matriz econômica” apenas a partir de Dilma e não na segunda metade de Lula 2 como preconiza alguns analistas econômicos, fazendo com que “nova matriz econômica” não seja a mesma coisa que a inflexão econômica adotada em Lula 2 (BARBOSA, 2010).

Em consonância com Singer (2015), Bresser-Pereira (2016) aponta que Dilma Rousseff promoveu um ataque direto aos capitalistas rentistas e aos financistas, os quais têm uma senhoriagem em torno de 6 % do PIB. No entanto, Bresser-Pereira (2016) aponta que o erro se deu porque a política monetária anticíclica não foi acompanhada por um ajuste fiscal, isto porque se considerava que as contas públicas estavam sob controle. Porém, a queda da taxa de juros levou a uma depreciação cambial na ordem de 20 % e isto, por sua vez, gerou inflação. Para o autor, as inversões industriais não acompanharam a depreciação porque esta era insuficiente - a taxa de câmbio havia se desvalorizado para R\$ 2,60/US\$ ao passo que a taxa de câmbio industrial era da ordem de R\$ 3,80/US\$. E o governo estava prestes a voltar a crescer, no entanto, para o economista Bresser-Pereira (2016) eles estavam enganados por que

Dos cinco preços macroeconômicos, quatro ainda estavam fora do lugar: (1) a taxa de câmbio, que mantinha-se muito abaixo do equilíbrio industrial; (2) devido a isto, a taxa de lucro das empresas caía a cada ano [...] e a taxa de lucro esperada continuava muito baixa senão negativa, desestimulando os investimentos; (3) a taxa de salários, que continuava a crescer mais rapidamente do que a produtividade, devido à política de salário mínimo e à relativa escassez de mão de obra, esta associada à queda da natalidade desde os anos 1980 e (4) a taxa de inflação, que estava abaixo de 6 % e começou a subir devido à depreciação (BRESSER-PEREIRA, 2016: 369).

A tabela 12 é bastante elucidativa no sentido de demonstrar como as margens de lucro do empresariado industrial foram sendo corroídas ano após ano na primeira metade dos anos 2010:

Tabela 12: Retorno sobre Investimento e Selic/Over (%)

ANO	RETORNO	SELIC/OVER
2010	16,5	9,8
2011	12,6	11,7
2012	7,2	8,5
2013	7,0	8,2
2014	4,3	10,9

FONTE: Bresser-Pereira (2016: 370). Taxas médias

Segundos Bastos (2015), as desonerações promovidas pela nova matriz econômica foram utilizadas pelos empresários para recompor as margens de lucros que se deterioraram ao longo dos anos como demonstrado anteriormente e não geraram aumento do nível de investimentos como o Planalto esperava.

Utilizando a terminologia por Singer (2015), por quais razões o ensaio desenvolvimentista não logrou ou por que não foi possível superar o tripé macroeconômico adotado pelo país desde 1999, nas palavras de Bresser-Pereira (2016)? Para Bresser-Pereira (2016), a resposta reside principalmente no câmbio valorizado, porque isto impulsionou a importação de bens manufaturados aliada a queda drástica das taxas de lucro das empresas industriais.

A partir de 2007, a apreciação cambial impedira as exportações, mas as empresas industriais se sentiram compensadas pelo aumento do mercado interno. Entretanto, quando os importadores de bens manufaturados se organizaram para importar e, a partir de 2011, o mercado interno vazou para as importações, a indústria entrou em crise, os empresários industriais não tiveram alternativa senão parar de investir e o processo de desindustrialização se acelerou. (BRESSER-PEREIRA, 2016: 369)

3.5.1 – O Pacto Desenvolvimentista Fracassa

Segundo Bresser-Pereira (2016), os empresários industriais faziam parte do grupo dominante no Brasil durante todo o período nacional-desenvolvimentista (1930-1987), e tiveram papel decisivo na transição democrática. No entanto, o fracasso do Plano Cruzado desorientou, ao ponto das organizações representativas (FIESP e CNI) ficarem sem discurso ainda mais frente à ascensão da onda neoliberal no mundo - a exemplo do Consenso de Washington.

Uma parte do empresariado industrial se deixou levar pelo discurso da ortodoxia liberal; outra vendeu suas empresas para as multinacionais e se transformou em capitalista rentista - o que gerava perda de poder político para indústria brasileira, tendo em vista a entrega de mercado interno para as empresas estrangeiras sem uma contrapartida razoável.

Da mesma forma que Singer (2015), Bresser-Pereira (2016: 372) salienta que “o peso do pensamento hegemônico, liberal desde 1980, é muito forte sobre eles” - e isto pode ser um dos fatores explicativos para tempo de vida útil tão curto da convenção keynesiana de Erber (2011). Além disso, os industriais à época apontavam o Estado e sua burocracia como seus adversários e isso é uma estratégia no Norte para dividir a Nação - e fortalecer a convenção institucionalista restrita ainda mais sobre qualquer outro tipo de convenção (ERBER, 2011; BRESSER-PEREIRA, 2016).

De acordo com Bresser-Pereira (2016), Lula tentou construir um pacto político desenvolvimentista e social através da “Carta ao povo brasileiro” e a formação do Conselho de Desenvolvimento Econômico, o “Conselhão”, de 2003. No entanto, segundo o autor, tal empreendimento falhou a partir de 2013 e o país voltou ao cenário de luta de classes tocado pela classe abastada.

Para Bresser-Pereira (2016), os empresários industriais se descolam de Dilma a partir do final de 2012. A principal explicação para o autor reside na queda das taxas de lucro em razão da sobreapreciação cambial que se dá a partir de 2007.

Em 2013, a burguesia industrial, cansada de baixos lucros, senão de prejuízos, debilitada pelos anos de desindustrialização e desnacionalização, sem líderes com clareza ideológica, repetiu o que tinha feito na crise de 1960 e juntou-se aos capitalistas rentistas, incluindo a classe média

rentista, o setor de agronegócios e os financistas. Embora o liberalismo econômico não esteja no sangue dos industriais, o projeto de desenvolvimento sem lucros que o PT lhes oferecerá evidentemente não fazia sentido, e a burguesia brasileira voltou a se unir, novamente sob a hegemonia do liberalismo conservador. (BRESSER-PEREIRA, 2016: 373)

Tal análise de Bresser-Pereira (2016) apresenta bastante convergência para com aquela que foi apresentada por Singer (2015). Ademais, é neste mesmo momento que se dá a dissolução temporária da convenção keynesiana de Erber (2011).

Ainda, Bresser-Pereira (2016) aponta um aspecto macroeconômico que Singer (2015) negligencia em sua análise: Dilma repesou os preços administrados (energia elétrica e gasolina) para conter o nível de inflação e isto gerou inúmeros prejuízos as estatais nacionais, ou seja, o intervencionismo estatal foi tão agressivo que mesmo empresas estatais se saíram prejudicadas com adoção de determinadas medidas de política econômica.

Para Bresser-Pereira (2016), o fracasso da coalizão de classes desenvolvimentista ficou evidente por meio das manifestações de junho de 2013, quando, inicialmente foram conduzidas por um grupo de esquerda que exigia o cancelamento do aumento da tarifa de ônibus urbanos, mas em seguida as ruas formaram espaço de reivindicação de melhorias em serviços públicos, a exemplo de saúde e educação.

Desde que os escândalos envolvendo políticos de todos os partidos políticos e grandes empresas explodiram com o Mensalão e, depois, com a Petrobras, esta classe média, em parte grande também rentista, recebendo rendimentos não apenas sob a forma de salários, mas também de juros, aluguéis e dividendos, sentiu-se abandonada pelos governos Lula e Dilma e, conseqüentemente, flertou para a direita. [...]. Com isso a oposição ao governo que ganhara força graças aos erros de política econômica e ao conservadorismo da mídia se fortaleceu, alimentada por um moralismo que lembrava o moralismo golpista do partido político liberal pré-1964, a UDN (BRESSER-PEREIRA, 2016: 375).

Bresser-Pereira (2016) aponta como um dos momentos que levou a radicalização política e ideológica da classe média contra o Partido dos Trabalhadores foi quando Dilma lançou o programa de governo “Mais Médicos”, o qual foi lançado em julho de 2013, o qual colocou médicos estrangeiros, principalmente cubanos, nas regiões pobres do país, onde os médicos se recusavam a ir trabalhar. Outro momento se deu durante os jogos da Copa do Mundo realizados no Brasil em 2014, onde, “principalmente nos locais em que as cadeiras eram mais caras, vaias e ofensas à presidente. Essa era a classe média que estava se deixando levar pelo ódio” (BRESSER-PEREIRA, 2016: 376).

Foi quando chegaram as eleições presidenciais do final do ano

A oposição tinha dois candidatos, e estava segura que venceria, já que não apenas as elites econômicas mas também as elites em termos de nível de educação se opunham ao governo, e contavam com forte apoio da mídia. Supunha, assim, que sua hegemonia ideológica desceria até os pobres. Não obstante, a presidente Dilma Rousseff se reelegeu, por uma pequena margem, com o apoio dos mais pobres, dos pouco educados e do Nordeste. As perspectivas que se abriram para seu segundo mandato eram, portanto, extremamente adversas. Não apenas o pacto desenvolvimentista falhara, mas à sociedade civil, entendida como somatória dos ricos e da classe média tradicional, recusava legitimidade ao governo recém-eleito. (BRESSER-PEREIRA, 2016: 376)

Para Rossi e Mello (2016), a desaceleração econômica vista no primeiro governo de Dilma e a recessão que se dá a partir de 2015 é explicada a partir de quatro hipóteses:

a. À adoção de políticas econômicas heterodoxas - nova matriz econômica. Constituiria em uma nova forma de gestão da política econômica, incompatível com as regras que orientam o tripé tradicional (Barbosa, 2015; Mesquita, 2014 *apud* Rossi & Mello, 2016). Para estes autores a adoção de tal política econômica foi responsável pela geração de pressões inflacionárias e deterioração fiscal.

b. À adoção de câmbio apreciado - aqui se enquadra a abordagem novo desenvolvimentista - a qual já foi extensamente referida através de Bresser-Pereira (2016)

c. À adoção da desaceleração rudimentar, que consiste, por sua vez, na adoção de políticas fiscais e monetárias restritivas em Dilma I os quais teriam provocado efeitos recessivos, tendo em vista que desarticulou uma série de investimentos que estavam prestes a ser efetivados. (SERRANO; SUMMA, 2012, 2014, 2015 *apud* Rossi e Mello, 2016).

d. À adoção de políticas econômicas voltadas a estimular a oferta agregada, chamada de estratégia “industrialista”, consiste em uma tentativa de responder à deterioração estrutural do complexo industrial brasileiro e às pressões políticas das entidades empresariais (Rossi e Biancarelli, 2015). A agenda central passa a ser a de garantir condições de competitividade para a indústria nacional em meio a um cenário internacional adverso, reduzindo custos de insumo (energia elétrica e combustível), de crédito (redução de juros e spread bancário), desvalorizando a taxa de câmbio e com uma ampla política de subsídios e desonerações fiscais.

Das quatro hipóteses explicativas, a última é a que está mais alinhada com a abordagem de Singer (2015). Já para Bresser-Pereira (2016), a crise econômica que acomete o segundo mandato de Dilma Rousseff é explicado por:

(a) a brutal queda dos preços das commodities exportadas pelo país, ocorrida no segundo semestre de 2014, que atingiu uma economia fragilizada pelo desequilíbrio dos preços macroeconômicos, pelo decorrente baixo crescimento; (b) da deterioração das relações de troca que começa já em 2012; (c) da queda da taxa de lucro das empresas industriais desde 2011; (d) da forte elevação da taxa de juros desde maio de 2013; (e) do grande aumento da dívida do setor privado (empresas e famílias) que foi de 35 % para 73 % do PIB de 2005 para 2014; (f) de uma política fiscal desastrosa adotada pelo governo no segundo semestre de 2013 (já um pouco abaixo do necessário para estabilizar a dívida pública) para um déficit primário de 0,6 % do PIB em 2014; (g) de uma política fiscal fortemente contracionista patrocinada em 2015 pelo ministro da Fazenda, Joaquim Levy, que subestimou a gravidade da recessão que estava começando e supôs que um

ajuste fiscal devolveria a confiança às empresas
(BRESSER-PEREIRA, 2016: 376-377)

3.6 - CONCLUSÃO

Com o final do *boom* das *commodities*, Dilma Rousseff se depara com um problema: como continuar distribuindo renda na economia nacional? A opção foi a de botar o pé no acelerador das políticas econômicas heterodoxas para alcançar o almejado crescimento anual de cinco por cento ao ano. É quando a prioridade inclusão social se sobrepõe à prioridade de estabilidade de preços. No entanto, como é sabida, qualquer oscilação no nível de preços gera impactos mais negativos aqueles que são os mais pobres, via imposto inflacionário. E isso explica o fato de que a convenção restrita tem que ser hegemônica em relação à neodesenvolvimentista. Além disso, havia suspeitas de ingerência dentro do Banco Central, quando Rousseff, por exemplo, indica um funcionário de carreira da autarquia para assumir a presidência – Alexandre Tombini. Dentro da composição da equipe econômica, Dilma e Guido Mantega estavam afinados em “manchar” a credibilidade e a reputação do Banco Central. Além disto, o intervencionismo estatal foi muito forte, ao ponto de ferir um dos pilares fundamentais da convenção institucionalista restrita: a do direito da propriedade. Isso ocorre, em ao menos, dois atos: reforma do setor elétrico e redução dos *spreads* bancários. Além disso, por razões eleitorais, Rousseff promove uma agenda negativa à convenção dominante: o represamento dos preços administrados. Por último, como principal erro de condução de política econômica, Rousseff gera vultosos desonerações fiscais para indústria com finalidade de gerar investimento, no entanto, a expectativa não foi atendida. Em outras palavras, a chamada Nova Matriz Econômica conseguiu desorganizar os fundamentos macroeconômicos no Brasil porque se abdicou do tripé macroeconômico: (i) a inflação divergia cada vez mais em relação ao centro da meta, (ii) desonerações fiscais explicam em grande parte a crise fiscal do governo e (iii) o “câmbio sujo” não foi o suficiente para gerar o câmbio a equilíbrio industrial de modo a permitir que as empresas nacionais se tornem competitivas no mercado internacional (BRESSER-PEREIRA, 2016; SINGER, 2012, 2015).

Em suma, pode-se dizer que o efeito negativo da desconfiança gerada pelo forte intervencionismo estatal promovido por Dilma

Rousseff é maior que o efeito positivo gerado pelas benesses ao setor produtivo, seja via desonerações fiscais, ou seja, via empréstimos subsidiados pelo BNDES, de tal maneira que os empresários vão se afastando cada vez mais do governo ao ponto de “pedir a cabeça” da presidente em plena Avenida Paulista com seu pato amarelo em frente à FIESP em 2016. Resumindo, Rousseff tentou – e o autor até o autor até acredita que tenha conseguido – gerar uma reversão hierárquica entre as convenções de desenvolvimento, no entanto, dada sua baixa capacidade de promover coordenação entre os agentes e até de aumentar o nível de incerteza devido ao intervencionismo estatal – tal manobra política e econômica teve um caráter muito limitado no tempo.

4. CONCLUSÃO

Pode-se falar que, da mesma forma que Dilma foi ousada na medida em que tentou cutucar várias onças com varas curtas - usando a metáfora usada por Singer (2015) - há uma tentativa de gerar uma reversão quanto à hierarquia das convenções de Erber (2005), ou seja, a partir de Dilma há uma tentativa em fazer com que a convenção institucionalista restrita esteja subordinada à convenção keynesiana – e isto se dá pelo forte ativismo do Estado, seja via reforma do setor elétrico – afetando diretamente o direito de propriedade- seja via desonerações fiscais – que afetam diretamente em um dos pilares do tripé macroeconômico da convenção institucionalista restrita, a meta de superávit primário – seja via represamento de preços administrados – um dos elementos constituintes da agenda negativa da convenção hegemônica. Como salienta Singer (2015), a própria coalização rentista – representante dos anseios da convenção institucionalista restrita – ganha força em meio a um cenário inflacionário em meados do primeiro governo de Dilma Rousseff e isso com todo o aparato da grande imprensa para “cobrar” a restituição da prioridade da economia nacional: a estabilidade de preços - ainda que, ao fim de Dilma I, os níveis de desemprego e o de renda tenham se demonstrado os mais favoráveis para economia.

Sendo assim, uma das hipóteses defendidas pela presente dissertação é que a nomeação de Levy representa um “cavalo de pau” na condução da política econômica – o estelionato eleitoral – e assim se reestabelece a hierarquia entre as convenções de desenvolvimento – sendo a restrita a dominante. No entanto, em 2016, com o *impeachment* de Rousseff, o fortalecimento da convenção dominante é tamanho que deixa de existir a hierarquia devido à desativação da convenção neodesenvolvimentista, a qual pode ser conferida por uma série de ações do governo interino do presidente Michel Temer que promove uma agenda que reduz o ativismo do Estado enquanto agente protagonista do desenvolvimento econômico. Dentre estas ações, podem-se destacar: a extinção da política de valorização do salário mínimo; extinção da Taxa de Juros de Longo Prazo do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, considerada um dos principais instrumentos de ação do banco público, a aprovação do Projeto de Emenda Constitucional 55 que representa o congelamento dos gastos relacionados à saúde e educação por vinte anos. E ainda, a depender dos ventos políticos nos próximos meses, estão em pauta no Congresso

Nacional duas reformas que atingem diretamente a classe trabalhadora: a reforma da previdência e a reforma trabalhista. Enfim, a hipótese defendida é que o lulismo associado a uma política keynesiana chega ao sem fim. Ainda que o realinhamento eleitoral se confirme nas próximas eleições presidenciais, a agenda de combate à pobreza se dá exclusivamente pela estabilidade monetária, cabendo ao Estado apenas resguardar o direito de propriedade e os contratos, a menos que o Projeto de Emenda Constitucional de congelamento dos gastos sociais sejam revista no curto prazo. Esta é uma análise através do “andar de cima” da economia.

A hipótese aqui sustentada é que o lulismo, uma vez responsável pela emergência da convenção neodesenvolvimentista também está sendo responsável pela readequação da subordinação daquela convenção em relação à convenção restrita através do mitos autorizados (Conceição, 2000) – quando as classes subalternas adquirem valores das classes superiores, tendo em vista que eles adotam a meritocracia como valor e esta mesma meritocracia constitui um dos valores da convenção restrita de Erber (2011).

Agora o que acontece com o *New Deal* lulista? A hipótese defendida neste trabalho é o que o *New Deal* brasileiro persiste, inclusive, porque a tentativa de reversão de subordinação entre as convenções fez com que a convenção neodesenvolvimentista não soubesse manter o nível de preços estabilizado – há quem defenda a ideia de que havia ingerência junto ao Banco Central quando Alexandre Tombini, funcionário de carreira e nomeado por Dilma, era presidente. Sendo assim, a ingerência no BACEN pela presidente da República feria um dos pilares fundamentais da teoria de política econômica novo-clássica que é o da independência do BACEN. Sendo assim, a ancoragem de expectativas dos agentes estava inviabilizada – como visto no modelo de Lucas – e isso afetava, pouco a pouco, a credibilidade da instituição financeira. Neste sentido, dado o caráter regressivo da estrutura tributária brasileira, o aumento da inflação vai deteriorando a qualidade de vida de todos os brasileiros, especialmente, aquela que constitui a base eleitoral do lulismo, os mais pobres, os subproletariados²⁴. (SINGER, 2012)

²⁴ Aqui há um questionamento do autor da dissertação em relação ao conceito adotado por Singer (2012) chamado subproletariado, apontando ora representar parte do mercado de trabalho que afere até dois salários mínimos e ora o mercado informal. Pode não haver convergência total entre as duas definições, ou seja, existem muitos trabalhadores, com CLT, que ganham até dois salários

Ademais, a Nova Matriz Econômica foi uma política macroeconômica adotada pelo governo Dilma Rousseff que não encontra respaldo em teoria econômica – o erro mais grave, como salienta Bresser-Pereira (2016) foi a questão da desoneração fiscal. Não havia sentido desonerar a folha de pagamentos para determinados setores sem critérios objetivos bem delineados – a depender, especialmente, do *lobby* das empresas frente ao Palácio do Planalto – além de não cobrar nenhuma espécie de contrapartida por parte do governo. Em uma perspectiva setorial, tanto a agricultura quanto o setor de comércio e serviços, bem ou mal, absorvem bem a política de valorização de salário mínimo, no entanto, o mesmo não pode dizer para o setor industrial, tendo em vista que isso ampliava significativamente seus custos industriais, aliada a uma produtividade que se encontra estagnada na economia desde 1980. Traduzindo: as desonerações fiscais foram utilizadas para recompor massa de lucro perdida com a queda da rentabilidades dos empresários industriais nacionais e isso não gerou o aumento do nível de investimento que o governo esperava – tendo em vista que Dilma I queria deslocar o eixo central do desenvolvimento econômico do consumo das famílias para o investimento. Concomitantemente e em razão disto, o pacto social firmado no prenúncio de Dilma fracassa porque não houve as inversões esperadas pelos empresários e isto irá desloca-los para formar aquilo que Singer (2012) chama de frente burguesa, tornando a coalização produtivista mais frágil no âmbito de conduzir um projeto de desenvolvimento nacional.

mínimos. Por outro lado, a maior parte do mercado informal, seguramente, pertence a este estrato de renda.

REFERÊNCIAS

- ALESINA, A.; SUMMERS, L.. Central Bank independence and macroeconomic performance: some comparative evidence. **Journal Of Money, Credit And Banking**, Atens, v. 25, n. 2, p.151-162, 1993.
Disponível em:
<<http://www.people.fas.harvard.edu/~iversen/PDFfiles/AlesinaSummers1993.pdf>>. Acesso em: 23 ago. 2017.
- BARBOSA, F. H.. Crises econômicas e política de 2015: origens e consequências, **Revista Conjuntura Econômica**, vol. 69, nro. 09, setembro de 2015.
- BARBOSA, Nelson; SOUZA, José Antonio Pereira de. A inflexão do governo Lula: política econômica, crescimento e distribuição de renda. In: SADER, Emir; GARCIA, Marco Aurélio (Org.). **Brasil entre o passado e o futuro**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo/boitempo, 2010. p. 57-110.
- BASTOS, P. P. Z. A economia política do novo-desenvolvimentismo e do social desenvolvimentismo. **Economia e Sociedade**, v. 21, Número Especial, Campinas, 2012
- BIELSCHOWSKY, R.. **Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo**. Rio de Janeiro: Ipea, 1988.
- BOITO JR, Armando. A Hegemonia Neoliberal no Governo Lula. **Crítica Marxista**, Rio de Janeiro, n. 17, p.10-36, dez. 2003. Semestral.
Disponível em:
<http://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/artigo98artigo1.pdf>. Acesso em: 05 nov. 2016.
- BOITO Jr., A. Governos Lula: a nova burguesia nacional no poder. In: Boito Jr., Armando e Galvão, Andréia (orgs.). **Política e classes sociais no Brasil dos anos 2000**. São Paulo: Alameda, 2012
- BOITO Jr., Armando. A hegemonia neoliberal no governo Lula. **Crítica Marxista**, n. 17. Rio de Janeiro: Revan, 2003, p. 10-36.

BRESSER-PEREIRA, L. C.. O Pacto que Não Houve. In: BRESSER-PEREIRA, L. C.. **A Construção Política do Brasil**. 3. ed. São Paulo: Editora 34, 2016. Cap. 22. p. 353-385. Disponível em: <<http://www.bresserpereira.org.br/papers/2016/Cap-22-O-Pacto-que-nao-houve.pdf>>. Acesso em: 04 mar. 2017.

CARDIM DE CARVALHO, F. A Influência do FMI na Escolha de Políticas Macroeconômicas em uma Economia Emergente: o Caso do Brasil. In: J. Sicsú, J. L. Oreiro e L. F. de Paula (orgs.) **Agenda Brasil: Políticas Econômicas para o Crescimento e Estabilidade de Preços**. Barueri-SP: Manole e Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer. 2003

CARNEIRO, Ricardo de Medeiros. Velhos e novos desenvolvimentismos. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 21, n. , p.749-778, 2012

CARRERÃO, Yah de Souza. **Evolução das opiniões do eleitorado durante o governo Lula e as eleições presidenciais brasileiras de 2006**. 2007. Disponível em . Acesso em: 09/09/2014.

CARVALHO, Fernando Cardim de et al (Org.). **Economia Monetária e Financeira: Teoria e Prática**. Rio de Janeiro: Campus, 2000. 456 p.

CARVALHO, Fernando Cardim de *et al* (Org.). **Economia Monetária e Financeira: Teoria e Prática**. Rio de Janeiro: Campus, 2007.

CHAUÍ, Marilena. Uma nova classe trabalhadora. In: SADER, Emir (Org.). **10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma**. São Paulo: Boitempo, 2013. p. 123-134. Disponível em: <http://www.flacso.org.br/dez_anos_governos_pos_neoliberais/archivos/10_ANOS_GOVERNOS.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2014.

COIMBRA, Marcos. Quatro razões para a vitória de Lula. **Cadernos Fórum Nacional** (Instituto Nacional de Altos Estudos), Rio de Janeiro, n. 6, p.5-13, fev. 2007.

CONCEIÇÃO, O. A. C.. **Instituições, crescimento e mudança na ótica institucionalista**. 2001. 227 f. Tese (Doutorado) - Curso de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2001. Disponível em: <http://cdn.fee.tche.br/teses/teses_fee_01.pdf>. Acesso em: 08 jul. 2016.

COUTINHO, Maurício.. A Política Econômica do Novo Governo. In: PAULA, João Antonio de (Org.). **A Economia Política da Mudança: os desafios e os equívocos do início do governo Lula**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

CUKIERMAN, A.; WEBB, S.; NEYAPTI, B.. Measuring the Independence of Central Banks and its Effects on Policy Outcomes. **World Bank Economic Review**, Washington, v. 6, n. 3, p.353-398, 1992. Disponível em: <<http://documents.worldbank.org/curated/pt/797831468739529187/pdf/multi-page.pdf>>. Acesso em: 02 ago. 2017

DUGGER, William. Radical institutionalism: basic concepts. **Review of Radical Political Economics**, v. 20, n. 1, p. 1-20. 1988

ERBER, Fabio S.. As convenções de desenvolvimento no governo Lula: um ensaio de economia política. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 31, n. 1, p.31-55, mar. 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rep/v31n1/a02v31n1.pdf>>. Acesso em: 02 ago. 2016.

FISCHER, Stanley. Central Bank Independence Revisited. **The American Economic Review**, [s.i.], v. 8, n. 6, p.201-206, 1994.

GIAMBIAGI, Fabio. Rompendo com a Ruptura: 2003-2010. In: GIAMBIAGI, Fabio. **Economia Brasileira Contemporânea: 1945-2010**. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011. Cap. 8. p. 197-237.

HOLZHACKER, D. O.; BALBACHEVSKY, E.. Classe ideologia e política: uma interpretação dos resultados das eleições de 2002 e 2006. **Opinião Pública**, Campinas, v. 13, n. 2, p.283-306, nov. 2007. Mensal. Disponível em: . Acesso em: 05 ago de 2014

HUNTER, Wendy; POWER, Timothy J.. Recompensando Lula: Poder executivo, política social e as eleições brasileiras de 2006. In: MELO, C. R.; SÁEZ, M. A.. **A democracia brasileira**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007. 488p. (Humanitas).

JODELET, D.. **Les représentations sociales**. Paris: Press Universitaire de France, 1989.

LICIO, E. C.; RENNÓ, L. R.; CASTRO, H. C. de O. Bolsa Família e voto na eleição presidencial de 2006: em busca do elo perdido. **Opinião Pública**, Campinas, v. 15, n. 1, p.31-54, jun. 2009.

MENDES, A. M. T.; VENTURI, G.. Eleição Presidencial: o Plano Real na sucessão de Itamar Franco. **Opinião Pública**, Campinas, v. 2, n. 2, p.43-45, dez. 1994.

MESQUITA, M.. A política econômica do governo Dilma: A volta ao experimentalismo, In: **Sob a Luz do Sol, Uma Agenda para o Brasil: A Política Econômica do Governo Lula: a volta do experimentalismo**. CDPP, 2014, p. 3-15.

MORAIS, L. e SAAD-FILHO, A. Lula and the Continuity of Neoliberalism in Brazil: Strategic Choice, Economic Imperative or Political Schizophrenia? **Historical Materialism**, 13 (1), 2005. pp. 3-31.

MORAIS, Lecio; SAAD-FILHO, Alfredo. Da economia política à política econômica: o novo-desenvolvimentismo e o governo Lula. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 31, n. 4, p.507-527, dez. 2011

NERI, Marcelo. **A nova classe média: o lado brilhante dos pobres**. Rio de Janeiro: Cps/fgv, 2010. 121 p. Disponível em: <[http://www.cps.fgv.br/ibrecps/ncm2010/NCM_Pesquisa_FORMATA DA.pdf](http://www.cps.fgv.br/ibrecps/ncm2010/NCM_Pesquisa_FORMATA_DA.pdf)>. Acesso em: 05 ago. 2014.

NICOLAU, J.; PEIXOTO, V. As bases municipais de votação de Lula em 2006. **Cadernos Fórum Nacional** (Instituto Nacional de Altos Estudos), Rio de Janeiro, n. 6., fev. 2007.

NORTH, D.. Economic Performance Through Time. **The American Economic Review**, [s.i.], v. 84, n. 3, p.359-368, jun. 1994.

NORTH, D.. **Institutions, Institutional Change and Economic Performance**. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

NORTH, Douglass C. Institutions. **Journal Of Economic Perspectives**, [s.l.], v. 5, n. 1, p.97-112, fev. 1991

NOVELLI, M. N. A Questão da Continuidade da Política Macroeconômica entre o Governo Cardoso e Lula (1995-2006)', **Revista de Sociologia e Política**, 18 (36), 2010. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/rsocp/v18n36/14.pdf>>. Acesso em 28/2/2011.

OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica à razão dualista/ O ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo, 2003.

OLIVEIRA, Fabrício A. de. **Política Econômica, Estagnação e Crise Mundial: Brasil, 1980-2010**. Rio de Janeiro: Beco do Azogue, 2012. 394

ORLÉAN, A.. L'économie des conventions: définitions et résultats. In: ORLÉAN, A. (Ed.). **Analyse économique des conventions**. Paris: Presses Universitaires de France, 2004

PAULANI, L. *Brasil Delivery: Razões, Contradições e Limites da Política Econômica nos Primeiros Seis Meses do Governo Lula*. In: J. A. de Paula (org.) **A Economia Política da Mudança**. Belo Horizonte: Autêntica. 2003

ROSSI, P.; BIANCARELLI, A. M.. Do industrialismo ao financismo, **Revista Política Social e Desenvolvimento**, pp. 14-17, 29 de janeiro de 2015.

ROSSI, P.; MELLO, G.. Componentes Macroeconômicos e Estruturais da Crise Brasileira: o Subdesenvolvimento Revisitado. **Brazilian Keynesian Review**, São Paulo, v. 2, n. 2, p.252-263, dez. 2016. Semestral. Disponível em: <<http://pedrorossi.org/componentes->

macroeconomicos-e-estruturais-da-crise-brasileira-o-subdesenvolvimento-revisitado/>. Acesso em: 03 fev. 2017.

SALLUM Jr., B. e KUGELMAS, E. Sobre o Modo Lula de Governar. In: B. Sallum Jr. (org.) **Brasil e Argentina Hoje: Política e Economia**. Bauru-SP: USC. 2004

SAMPAIO JR., Plínio de Arruda. 2013: o gato subiu no telhado. **Jornal dos Economistas** (Conselho Regional de Economia do Rio de Janeiro), nº 282, janeiro de 2013.

SARGENT, T.; WALLACE, N.. Rational Expectations and the Theory of Economic Policy. In: LUCAS, R.; SARGENT, T. (Ed.). **Rational Expectations and Econometric Practice**. Minneapolis: University Of Minnesota Press, 1981

SERRANO, F.; SUMMA, R.. A desaceleração rudimentar da economia brasileira desde 2011, **OIKOS** (Rio de Janeiro), Vol. 11, n.2. 2012

SERRANO, F.; SUMMA, R.. Aggregate demand and the Slowdown of Brazilian Economic Growth from 2011-2014, en **CEPR**, agosto de 2015.

SERRANO, F.; SUMMA, R.. Notas sobre a desaceleração rudimentar da economia brasileira. In: Sa Earp, F. ; Bastian, E. ; Modenesi, A.. (Org.). **Como vai o Brasil?** A Economia Brasileira No Terceiro Milênio. 1ed.: , 2014.

SINGER, A. **Ideologia e voto no segundo turno da eleição presidencial de 1989**. Dissertação (Mestrado) - Curso de Ciências Políticas, Departamento de Ciências Políticas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1993.

SINGER, A. **Os sentidos do Lulismo: reforma gradual e pacto conservador**. 1ª ed.. São Paulo: Companhia das Letras, 2012

SINGER, André. Cutucando Onças com Varas Curtas. **Novos Estudos**, São Paulo, p.43-71, jul. 2015. Disponível em: <http://novosestudos.uol.com.br/v1/files/uploads/contents/content_1604/file_1604.pdf>. Acesso em: 10 set. 2016.

SINGER, Paul. **Dominação e desigualdade:** Estrutura de classe e repartição da renda no Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

SOUZA, Amaury de; LAMOUNIER, Bolívar. **A classe média brasileira:** ambições, valores e projetos de sociedade. Rio de Janeiro: Campus, 2009. 192 p.

TCU. Relatório de Acompanhamento do Programa Bolsa Família. [Online]. 2007. Disponível em: http://www.projetobr.com.br/c/document_library/get_file?folderId=71&name=DLFE-323.pdf>. Acesso em: 30 jul. 2008.

THERBORN, Göran. **Inequalities of the world.** Londres: Verso, 2006.

WERNECK, Rogério L. F.. Alternância política, redistribuição e crescimento: 2003-2010. In: ABREU, Marcelo de Paiva (Org.). **A Ordem do Progresso:** Dois Séculos de Política Econômica no Brasil. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014. Cap. 19. p. 357-381.

WERNECK, Rogério L. F.. Alternância Política, Redistribuição e Crescimento: 2003-2010. In: ABREU, Marcelo de Paiva. **A Ordem do Progresso:** dois séculos de política econômica no Brasil. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014. Cap. 17. p. 357-381.

WOLF, T. de; HOLVOET, T.. Emergence versus self-organisation: different concepts but promising when combined. In: BRUEKNER (Org.). **Engineering Self Organizing Systems:** Methodology and Applications. Berlim: Springer-verlag, 2005.